

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CSA)**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PCE)**

**INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO: TEORIAS E  
EVIDÊNCIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA (2011-2021)**

**MURILO FLORENTINO ANDRIATO**

Maringá  
2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CSA)**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PCE)**

MURILO FLORENTINO ANDRIATO

**INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO: TEORIAS E  
EVIDÊNCIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA (2011-2021)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia – área de concentração: Teoria Econômica.

Orientadora: Profa. Dra. Elisangela Luzia Araujo

Maringá  
2023

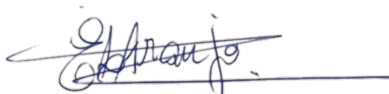
MURILO FLORENTINO ANDRIATO

**INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO: TEORIAS E  
EVIDÊNCIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA (2011-2021)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em  
Teoria Econômica da Universidade Estadual de Maringá  
como requisito para obtenção do título de Mestre em  
Economia – área de concentração: Teoria Econômica.

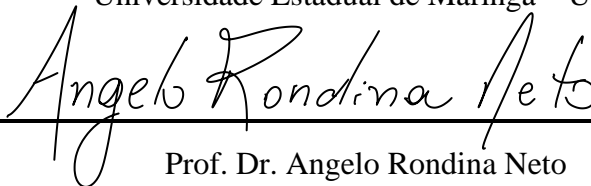
Aprovada em: Maringá, 21 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA:



---

Prof. Dra. Elisangela Luzia Araujo – Orientadora  
Universidade Estadual de Maringá – UEM



---

Prof. Dr. Angelo Rondina Neto  
Universidade Estadual de Londrina – UEL



---

Prof. Dra. Cassia Kely Favoretto  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

A573i

Andriato, Murilo Florentino

Inclusão financeira e desenvolvimento : teorias e evidências para a economia brasileira (2011-2021) / Murilo Florentino Andriato. -- Maringá, PR, 2023.  
138 f.: il. color., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Elisangela Luzia Araujo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2023.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Economia brasileira. 3. Desigualdades regionais. 4. Sistema Financeiro. I. Araujo, Elisangela Luzia, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDD 23.ed. 330.981

À minha amada Esposa Daniele Andriato, aos meus pais Aledson e Gislaine Andriato e minha irmã Maria Eloisa Andriato.

## AGRADECIMENTO

Tecer agradecimentos são quase sempre arriscados, pois qualquer realização, por menor que seja, conta com o apoio direto e indireto de muitas pessoas, por isso inicialmente agradeço a todos que cruzaram meu caminho ao longo desse tempo no Mestrado, pois cada conversa, sorriso, dica e crítica me levaram a conquistar esse título.

Agradeço a Jesus Cristo e à minha família que me transmitiu a fé. Em todos os momentos, puder sentir a presença do Espírito Santo de Deus me conduzindo, me apoiando e fortalecendo.

Agradeço à minha esposa Daniele Andriato, que, ao entrar na minha vida, me deu novos motivos para perseverar nos meus sonhos, ela me deu refúgio no sofrimento, esperança nas tempestades, impulso ao alçar novos voos. Ainda, teve a paciência em todas as horas que me retirei para estudar e escrever essa dissertação, por isso, esta também tem parte do seu sacrifício, meu amor.

Agradeço aos meus pais, Aledson e Gislaine Andriato, minha irmã Maria Eloisa, meus avós maternos Aparecida e Valmir Florentino e paternos Alécio e Estael. Vocês sempre me respeitaram e acreditaram em mim, apoiaram minhas escolhas, discordando por vezes com muito carinho, acolhendo-me todas as vezes que errei, exaltando-me todas as vezes que venci. Esse trabalho é fruto de todo o esforço que vocês fizeram para serem exemplo, mantendo-me no caminho correto.

Agradeço à minha Orientadora Elisangela Luzia Araujo, que, com inteligência fora do comum, conduziu esse trabalho ao meu lado, podando os galhos secos e nutrindo as raízes desse projeto. Soube aceitar minhas diferenças e respeitar meu processo de construção, confiando, até mais que eu, que este seria finalizado.

Agradeço à CAPES e ao CNPq, pelo suporte financeiro durante o primeiro ano de estudos no Mestrado. Também agradeço à Sicredi *Dexis*, que, na pessoa do Superintendente de Produtos e Serviços, David Conchon, me permitiram frutificar essa dissertação e alcançar esse título.

Agradeço aos meus amigos e amigas, em especial ao Roberto dos Santos Rodrigues, que esteve comigo, suportando-me durante esses anos. Você me ajudou a evoluir muito nesse tempo juntos, como acadêmico, como profissional e como ser humano.

Por fim, agradeço a todos os Professores e Professoras que me formaram durante esses dois anos, que me auxiliaram, que participaram comigo dessa caminhada.

“Pelos seus frutos os conhecereis. Colhem-se, porventura, uvas dos espinhos e figos dos abrolhos? Toda árvore boa dá bons frutos; toda árvore má dá maus frutos. Uma árvore boa não pode dar maus frutos; nem uma árvore má, bons frutos. Toda árvore que não der bons frutos será cortada e lançada ao fogo. Pelos seus frutos os conhecereis.”

Mateus 7, 16-20

## RESUMO

As instituições financeiras desempenham um papel essencial no processo de desenvolvimento. Evidências teóricas e empíricas, todavia, demonstram que o acesso aos produtos e serviços financeiros não é homogêneo, podendo resultar em exclusão financeira. Esse fato corrobora com abordagens como as de orientação Keynesiana, segundo a qual os mercados podem se equilibrar em níveis indesejáveis, aquém do pleno emprego de fatores, de modo prejudicial ao crescimento econômico. A fim de lograr desenvolvimento sustentável, a busca pela inclusão financeira já é reconhecida entre os países desenvolvidos, mas pouco difundida nos países em desenvolvimento, fato que reduz as suas chances de *catch up* ou emparelhamento com os países de renda alta, pois a inclusão permite reduzir custos de transação, melhorar o desempenho das políticas econômicas e reduzir desigualdade. Essa dissertação tem por objetivo fazer uma investigação teórica e empírica acerca da temática da inclusão financeira no contexto da economia brasileira, no período entre 2011 e 2021. Buscou-se compreender como evoluiu o processo de inclusão financeira na fase recente, marcada por avanços no âmbito do desenvolvimento das tecnologias bancárias. A pesquisa foi realizada por meio de três abordagens, sendo essas: teórica, histórica e empírica. Na análise teórica, tem-se a caracterização do processo de inclusão financeira, seus principais conceitos e teorias, bem como sua relação com o processo de desenvolvimento, destacando-se, também, o processo de exclusão financeira, intensificado pelas desigualdades marcantes da economia brasileira. A contextualização destaca a evolução do sistema financeiro e seus avanços recentes e analisa os principais indicadores e dados relativos à inclusão financeira no país. A análise empírica, finalmente, é dividida em duas partes – uma no âmbito microeconômico e outra no âmbito macroeconômico, sendo que a primeira traz um modelo *logit multinomial* destinada a compreender os determinantes da inclusão financeira e a segunda, uma análise de dados em painel, para investigar a relação entre inclusão e desenvolvimento, no período de 2011 a 2021, a partir dos dados do *Global Financial Index*. Dentre os principais resultados empíricos obtidos, observou-se que, de um modo geral, estes corroboram com outros trabalhos nacionais e internacionais, sugerindo que as desigualdades socioeconômicas e, inclusive, regionais estão ligadas à inclusão financeira, de modo que fatores como o gênero, idade, escolaridade e renda mostraram-se relacionados ao acesso e uso de serviços financeiros, ou, ainda, à inclusão bancária no Brasil. Os dados ainda corroboram o entendimento de que a inclusão financeira está relacionada ao desenvolvimento econômico, embora não seja uma relação de impacto unilateral, evidencia-se que o maior acesso e uso de serviços financeiros é uma ferramenta para o desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Desigualdades Regionais. Desigualdades Socioeconômicas. Sistema Financeiro. Bancarização.

ANDRIATO, Murilo Florentino. **Inclusão Financeira e Desenvolvimento:** teorias e evidências para a economia brasileira (2011-2021). 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Teoria Econômica, Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023.

## ABSTRACT

Financial institutions play an essential role in the development process. Theoretical and empirical evidence, however, show that access to financial products and services is not homogeneous, and may result in financial exclusion. This fact corroborates with approaches such as those of Keynesian orientation, according to which markets can balance at undesirable levels, short of full employment of factors, in a way that is harmful to economic growth. In order to achieve sustainable development, the quest for financial inclusion is already recognized among developed countries, but not widespread in developing countries, a fact that reduces their chances of catching up or matching high-income countries, as inclusion allows reduce transaction costs, improve the performance of economic policies and reduce inequality. This dissertation aims to carry out a theoretical and empirical investigation about the theme of financial inclusion in the context of the Brazilian economy, in the period between 2011 and 2021. It sought to understand how the process of financial inclusion evolved in the recent phase, marked by advances in the scope of the development of banking technologies. The research was carried out using three approaches, namely: theoretical, historical and empirical. In the theoretical analysis, there is a characterization of the process of financial inclusion, its main concepts and theories, as well as its relationship with the development process, also highlighting the process of financial exclusion, intensified by the marked inequalities of the Brazilian economy. The contextualization highlights the evolution of the financial system and its recent advances and analyzes the main indicators and data related to financial inclusion in the country. The empirical analysis, finally, is divided into two parts - one at the microeconomic level and another at the macroeconomic level, the first of which brings a multinomial logit model designed to understand the determinants of financial inclusion and the second, an analysis of panel data, to investigate the relationship between inclusion and development, from 2011 to 2021, based on data from the Global Financial Index. Among the main empirical results obtained, it was observed that, in general, these corroborate other national and international studies, suggesting that socioeconomic and even regional inequalities are linked to financial inclusion, so that factors such as gender, age, schooling and income were related to access and use of financial services, or even banking inclusion in Brazil. The data also corroborate the understanding that financial inclusion is related to economic development, although it is not a unilateral impact relationship, it is evident that greater access and use of financial services is a tool for development.

**Keywords:** Sustainable Development. Regional Inequalities. Socioeconomic Inequalities. Financial System. banking.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	33
FIGURA 2 – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	40
FIGURA 3 – NÚMERO DE BANCOS AUTORIZADOS NO BRASIL DE 2011 A 2021.....	52
FIGURA 4 – ADULTOS COM CONTA BANCÁRIA (MILHÕES E %) DE 2011 A 2021.....	52
FIGURA 5 – CAIXAS ELETRÔNICOS E AGÊNCIAS NO BRASIL DE 2011 A 2021.....	53
FIGURA 6 – UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO NO BRASIL DE 2011 A 2021.....	53
FIGURA 7 – COMPARAÇÃO ENTRE AMÉRICA LATINA E ECONOMIAS AVANÇADAS EM RELAÇÃO À POSSE DE CONTAS BANCÁRIAS POR PERCENTIL DE RIQUEZA.....	70
FIGURA 8 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE DE INCLUSÃO FINANCEIRA POR ESTADOS BRASILEIROS – 2020.....	90
FIGURA 9 – PENETRAÇÃO BANCÁRIA NOS ESTADOS BRASILEIROS – 2021.....	91
FIGURA 10 – DEPÓSITO POR HABITANTES NOS ESTADOS BRASILEIROS – 2021.....	92
FIGURA 11 – CRÉDITO POR HABITANTES NOS ESTADOS BRASILEIROS – 2021.....	93
FIGURA 12 – PRESENÇA DE AGÊNCIAS E PONTOS DE ATENDIMENTO – 2021.....	94
FIGURA 13 – RESULTADO DO MODELO DE REGRESSÃO <i>LOGIT</i> MULTINOMIAL TRANSFORMADO PARA RAZÃO DE RISCO RELATIVO.....	105
FIGURA 14 – EFEITOS MARGINAIS DO MODELO DE REGRESSÃO <i>LOGIT</i> MULTINOMIAL.....	107
FIGURA 15 – RESULTADO DE REGRESSÃO MODELO GERAL.....	113
FIGURA 16 – RESULTADO DA REGRESSÃO: MODELO PARA PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	115
FIGURA 17 – RESULTADO DE REGRESSÃO MODELO PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	116
FIGURA 1 – TESTE LR DE IMPACTO PARA CADA VARIÁVEL.....	122
FIGURA 2 – TESTE DE IGUALDADE DE IMPACTO DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS SOBRE DESBANCARIZADOS E INCLUÍDOS.....	122
FIGURA 3 – TESTE DE IMPACTO NULO DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS SOBRE DESBANCARIZADOS E INCLUÍDOS .....	122
FIGURA 4 – TESTE DE HAUSMAN MODELO GERAL.....	123
FIGURA 5 – TESTE DE BREUSCH E PAGAN MODELO GERAL.....	123
FIGURA 6 – TESTE DE CHOW MODELO GERAL.....	123
FIGURA 7 – TESTE DE WALD PARA HETEROCEDASTICIDADE MODELO GERAL.....	124
FIGURA 8 – TESTE DE HAUSMAN PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	124
FIGURA 9 – TESTE DE BREUSCH E PAGAN PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	124
FIGURA 10 – TESTE DE CHOW PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	125
FIGURA 11 – TESTE DE WALD DE HETEROCEDASTICIDADE PARA PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	125
FIGURA 12 – TESTE DE HAUSMANN PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	125
FIGURA 13 – TESTE DE BREUSCH E PAGAN PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	125
FIGURA 14 – TESTE DE CHOW PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	126
FIGURA 15 – TESTE DE WALD DE HETEROCEDASTICIDADE PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	126

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO (2011–2021) DO PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS COM CONTA BANCÁRIA SEGMENTADO POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL .....	75
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS COM CARTÃO SEGMENTADO POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL (2011–2021) .....	76
TABELA 3 – PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS USANDO CARTÃO EM 2021 SEGMENTADO POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL.....	77
TABELA 4 – EVOLUÇÃO (2014–2021) DO PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS QUE POUPARAM RECURSOS E QUE POUPARAM DE MANEIRA FORMAL (EM ITÁLICO) NO BRASIL .....	79
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS QUE TOMARAM RECURSOS E QUE O TOMARAM DE MANEIRA FORMAL (EM ITÁLICO) NO BRASIL (2014–2021).....	80
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS COM CONTA <i>MOBILE</i> /DIGITAL SEGMENTADO POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL (2014–2021) .....	82
TABELA 7 – UTILIZAÇÃO DAS CONTAS DIGITAIS/ <i>MOBILE</i> EM 2021 SEGMENTADO POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS .....	83
TABELA 8 – PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS QUE REALIZARAM TRANSAÇÕES DIGITAIS, POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL.....	84
TABELA 9 – PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS QUE PAGARAM COMPRAS EM LOJAS FÍSICAS OU ON-LINE POR MEIO DIGITAL EM 2021 SEGMENTADO POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS .....	86
TABELA 10 – PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS SEM CONTA BANCÁRIA OU DIGITAL E AS MOTIVAÇÕES PARA NÃO A TER EM 2011 E 2021 .....	87
TABELA 11 – MOTIVAÇÕES PARA NÃO TER CONTA BANCÁRIA EM 2021 SEGMENTADO POR CARACTERÍSTICA SOCIOECONÔMICA NO BRASIL.....	88
TABELA 12 – CLASSIFICAÇÃO DOS INDIVÍDUOS.....	98
TABELA 13 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS .....	101
TABELA 14 - EVOLUÇÃO (2011–2021) DOS INDIVÍDUOS ESTUDADOS CONFORME CLASSIFICAÇÃO APRESENTADA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA (EM ITÁLICO) NO BRASIL .....	103
TABELA 15 – DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS – 2011 A 2021.....	103
TABELA 16 – VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O MODELO.....	109

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1 – RESUMO DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>65</b>
<b>QUADRO 2 – ÍNDICE DE INCLUSÃO FINANCEIRA DO BCB – 2021 .....</b>	<b>127</b>
<b>QUADRO 3 – ESTIMATIVA DE AGÊNCIA, DEPÓSITOS E CRÉDITO POR HABITANTES .....</b>	<b>128</b>
<b>QUADRO 4 – DADOS REGIONAIS E ESTADUAIS DE POPULAÇÃO SEM ACESSO DIRETO A AGÊNCIAS BANCÁRIAS .....</b>	<b>129</b>
<b>QUADRO 5 – OBJETIVOS PRINCIPAIS E ESPECÍFICOS DOS ODS LIGADOS À INCLUSÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>130</b>

## LISTA DE SIGLAS

AFI - *Alliance for Financial Inclusion*  
ALC – América Latina e Caribe  
ATISG - *Access Through Innovation Subgroup*  
BCB - Banco Central do Brasil  
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CDI - Certificado de Depósito Interbancário  
CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos  
CVM - Comissão de Valores Mobiliários  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
DI - Taxa de Depósito Interbancário  
ESG - *Environmentl, Social and Governance*  
FGC - Fundo Garantidor de Crédito  
FIEG - *Financial Inclusion Experts Group*  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GPF - *Global Policy Forum*  
GPFI - *Global Partnership for Financial Inclusion*  
IFC - *International Finance Corporation*  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
MPMEs - micro, pequenas e médias empresas  
MQO - modelo de regressão mínimos quadrados ordinários  
OCDE - *Organization for Economic Cooperation and Development*  
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio  
ONGs - organizações não governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo  
PCA - Análise de Componente Principal  
PIX – sistema de pagamentos instantâneos  
PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro  
PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária  
PVAR - Painel de Dados com Vetor Autorregressivo  
p.p. - Pontos percentuais  
SAARC - Associação de Cooperação Regional do Sul da Ásia  
SELIC - Sistema de Liquidação e Custódia  
SFH - Sistema Financeiro de Habitação  
SME - *Small and Medium Enterprise Finance*  
SUMOC - Superintendência de Moeda e Crédito  
TI – Tecnologia da Informação

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2. INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIAS E EVIDÊNCIAS</b> .....	<b>21</b>
2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO.....	21
2.2 A RELAÇÃO ENTRE SISTEMA FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO .....	22
2.3 INCLUSÃO FINANCEIRA: CONCEITO E RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	25
2.3.1. <i>Conceito e importância da inclusão financeira</i> .....	25
2.3.2 <i>Teorias sobre a inclusão financeira</i> .....	27
2.4 INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	30
2.4.1 <i>INCLUSÃO FINANCEIRA, OS ODM E ODS</i> .....	33
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	35
<b>3. EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL</b> .....	<b>37</b>
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO.....	37
3.2 ANTECEDENTES: BREVES NOTAS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO DE 1808 A 1963 .....	37
3.3 A REFORMA FINANCEIRA DE 1964 (1964–1989) .....	38
3.4 ABERTURA FINANCEIRA E O PLANO REAL (1991 – 2008) .....	42
3.5 TRANSFORMAÇÕES RECENTES: DE UMA CRISE À OUTRA (2008–2021) .....	45
3.5.1 <i>Bancos Digitais ou Fintechs</i> .....	46
3.5.2 <i>Pandemia de Covid-19</i> .....	48
3.5.3 <i>Outras evoluções recentes</i> .....	50
3.6 INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OPERACIONAL BANCÁRIA (2011–2021) .....	51
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	54
<b>4. EVIDÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS DA INCLUSÃO FINANCEIRA (2011–2021)</b> .....	<b>56</b>
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO.....	56
4.2 MEDIDAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA .....	57
4.2.1 <i>Indicadores e Índices de Inclusão Financeira</i> .....	58
4.2.2 <i>Maximização de utilidade dos agentes incluídos financeiramente</i> .....	60
4.2.3 <i>Proxies para Inclusão Financeira e relações entre variáveis</i> .....	61
4.3 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA .....	63
4.3.1 <i>Revisão da literatura internacional</i> .....	63
4.3.2 <i>Revisão da literatura nacional</i> .....	71
4.4 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS DA INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL (2011–2021) .....	73
4.4.1 <i>Inclusão Financeira Tradicional: Evolução e principais características</i> .....	74
4.4.2 <i>Inclusão Financeira Digital: Evolução e principais características</i> .....	81
4.4.3 <i>Desbancarização</i> .....	87
4.4.4 <i>Desigualdades Regionais Brasileiras relativamente à inclusão financeira</i> .....	89
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	95
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS MODELOS DE INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>96</b>
5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO.....	96
5.2 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES MICROECONÔMICOS DA INCLUSÃO FINANCEIRA.....	96
5.2.1 <i>ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE A INCLUSÃO FINANCEIRA</i> .....	96
5.2.2 <i>MODELO LOGÍSTICO PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA</i> .....	98
5.2.3 <i>ANÁLISE DOS DADOS UTILIZADOS NO MODELO</i> .....	102
5.2.4 <i>RESULTADOS E DISCUSSÃO DO MODELO MICROECONÔMICO</i> .....	104
5.3 A RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL .....	108
5.3.1 <i>DADOS DO MODELO</i> .....	108
5.3.2 <i>MODELO DE DADOS EM PAINEL</i> .....	109
5.3.3 <i>RESULTADOS E DISCUSSÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO</i> .....	112
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	117
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>119</b>

<b>APÊNDICE A – TESTE ESTATÍSTICO MODELO LOGÍSTICO MULTINOMIAL .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE B – TESTE ESTATÍSTICO MODELO DE DADOS EM PAINEL .....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE C – DESIGUALDADES REGIONAIS BRASILEIRAS .....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE D – ODS E INCLUSÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>130</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As instituições financeiras desempenham um papel essencial no processo de desenvolvimento. A maior disponibilidade de produtos e serviços financeiros, a um custo adequado e disponibilizado à maior parcela possível da população, pode funcionar como propulsora do consumo e do investimento, trazendo ainda uma série de outros estímulos que vão desde o apoio ao empreendedorismo, empoderamento feminino, até redução da pobreza e desigualdade.

A despeito disso, as evidências trazidas por vários estudos na atualidade demonstram que, especialmente nos países em desenvolvimento, o acesso aos produtos e serviços financeiros não é homogêneo. Dessa forma, uma parcela expressiva da população pode ser excluída financeiramente, ou, ainda, sub-bancarizada (*underbanking*), que designa as pessoas que possuem conta bancária, mas o acesso e uso dos produtos e serviços financeiros ocorre de modo limitado (DEMIRGÜÇ-KUNT *et al.*, 2022).

Estas assimetrias, tais como a distribuição não homogênea do acesso a instituições financeiras ou à bancarização, corroboram com a abordagem de orientação Keynesiana, que afirma que os mercados podem se equilibrar em níveis indesejáveis, aquém do pleno emprego de fatores, de modo prejudicial ao crescimento econômico, isso porque haveria demanda por *financing* que não é atendida, especialmente em função das decisões de alocação de crédito dos grandes conglomerados financeiros – que são, na prática, os definidores da oferta de moeda, acrescentando-se à natureza suas estratégias de atuação geográfica, com maior oferta de moeda disponibilizada em regiões com maior nível de atividade econômica<sup>1</sup>.

Nesse sentido, reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida dos indivíduos é pauta ressoante no desenvolvimento econômico. Como definido pela Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>2</sup> em 1991, desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1991). Essa discussão se ampliou, inclusive no âmbito corporativo, dada a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>3</sup>, por meio da popularização e das práticas da agenda ESG (*Environmentl, Social and Governance*).

Segundo UNCDF (2021), a inclusão financeira é um proeminente facilitador de outras metas de desenvolvimento apresentada nos ODS para 2030, relacionando-se a oito das

---

<sup>1</sup> A este respeito, ver Carvalho (1996), que argumenta que a criação e a oferta de moeda é principalmente um passivo do sistema bancário, não do governo – e, quase sempre, de modo pró-cíclico.

<sup>2</sup> Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

<sup>3</sup> Criado pelo Pacto Global da ONU em 2015.

dezessete metas traçadas. Exemplos são: a erradicação da pobreza, igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres, promoção do crescimento econômico e empregos, apoio à indústria, inovação e infraestrutura. Além disso, sobre o fortalecimento dos meios de implementação, há um papel implícito para maior inclusão financeira por meio de uma maior mobilização de poupança para investimento e consumo, que são agregados macroeconômicos fundamentais para o crescimento econômico.

Embora o tema da inclusão financeira seja amplamente conhecido e discutido entre os países desenvolvidos, é uma área com vasto potencial a ser explorado nos países em desenvolvimento. Assim, enquanto lida-se com a escassez de literatura sobre o tema, observa-se que uma parte considerável da população opera na economia informal baseada em dinheiro, economizando, remetendo dinheiro e acessando crédito por meio de serviços financeiros não regulamentados e não supervisionados (KOKER; JENTZSCH, 2013).

Essa exclusão ou acesso limitado/parcial aos serviços financeiros formais, por sua vez, reduz o potencial de crescimento econômico, enquanto prejudica o desenvolvimento social e reduz a eficácia das políticas econômicas. A inclusão, por sua vez, traz uma maior estabilidade do sistema financeiro, melhora nas condições de vida da população, aumenta o uso dos serviços financeiros, incrementando a oferta de moeda em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), melhorando a liquidez no sistema financeiro e na economia (DANISMAN; TARAZI, 2020).

Maiores níveis de inclusão financeira, portanto, podem reduzir transações financeiras informais. Isto beneficia a supervisão fiscal e monetária dos agentes econômicos, enquanto melhora o desempenho de políticas macroeconômicas, principalmente nos países em desenvolvimento, como no caso brasileiro. Ainda, a maior inclusão financeira pode beneficiar a população por reduzir mais custos de transação, aumentar o nível de poupança formal, reduzir riscos atrelados ao crédito informal e melhorar a qualidade de vida dos incluídos.

O Brasil aumentou a bancarização na última década, entretanto, faz-se necessário estudar em que nível essa evolução dos indivíduos com conta verteu-se em utilização efetiva do sistema financeiro, isto é, gerou efetiva inclusão financeira. Ainda, avaliar como as desigualdades, marcantes no País, refletem nesse processo. Em virtude disso, a presente pesquisa se justifica pelo modesto volume de estudos sobre o tema, principalmente no Brasil, além de buscar uma contribuição adicional no sentido de mensurar a relação entre a desigualdade e a inclusão financeira e entre esta e o desenvolvimento. Ainda, ao apresentar a evolução dos indicadores de inclusão financeira, permite avaliar políticas de incentivo.

Diante do exposto, essa dissertação tem por objetivo investigar, teórica e empiricamente, a inclusão financeira no contexto da economia brasileira, no período entre 2011 e 2021. A ideia

central é compreender como evoluiu o processo de inclusão financeira na fase recente, que foi marcada por grandes avanços no âmbito do desenvolvimento das tecnologias bancárias, discutindo-se as suas características e, sobretudo, implicações para o desenvolvimento.

A fim de alcançar esse objetivo, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, sendo estes: evidenciar como o sistema financeiro e a inclusão financeira estão relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável; apresentar como a evolução do sistema financeiro nacional impactou no processo de inclusão financeira no Brasil; caracterizar a inclusão financeira, seus principais métodos de análise e resultados e, no contexto brasileiro, explorar como as desigualdades, sociais e econômicas, influenciam o nível de inclusão financeira do país; explorar o impacto das novas tendências e desafios do setor bancário no campo da inclusão financeira, como a digitalização e a pandemia de Covid-19.

A hipótese da qual parte esta pesquisa é a de que o desenvolvimento do sistema financeiro, no caso brasileiro, gerou um processo de exclusão financeira, sendo esse intensificado pelas desigualdades marcantes na economia, tais como aquelas relativas ao gênero, nível educacional e má distribuição de renda. Embora no período recente se apresente melhoras na bancarização, a inclusão financeira se deu de forma mais tímida, sendo as desigualdades como determinantes nesse processo.

Os procedimentos metodológicos contemplam três partes, a saber: i) uma análise da literatura teórica, que traz os principais conceitos e teorias relativas à inclusão financeira e a sua relação com o processo de desenvolvimento; ii) uma contextualização histórica do tema na economia brasileira, apontando-se a evolução do sistema financeiro e seus avanços recentes, analisando-se, ainda, os principais indicadores e uma análise descritiva dos dados relativos à inclusão financeira no país; e, por fim, iii) uma investigação empírica, que se divide em duas partes: a primeira, um modelo *logit* destinada a compreender os determinantes da inclusão financeira e, a segunda, uma análise de dados em painel, que visa analisar a relação entre inclusão e desenvolvimento, no período de 2011 a 2021. Os dados utilizados são da pesquisa *Global Financial Index*, realizada nos anos de 2011, 2014, 2017 e 2021, que tem a finalidade de levantar dados sobre os processos de inclusão em mais de 140 países, e apresenta informações sobre o nível de bancarização, utilização de serviços e motivações para não terem conta. Em razão da periodicidade da base de dados, esta pesquisa terá o recorte temporal de 2011 a 2021.

Dentre os principais resultados, esta pesquisa sugeriu que o processo de evolução do sistema financeiro nacional está relacionado ao processo de inclusão bancária, sendo que a abertura financeira não resultou como esperado em melhorias nos serviços e bancarização. Por

outro lado, o processo de digitalização tem ampliado o acesso, bem como o uso de produtos financeiros, embora o último em menor grau que o primeiro. Os resultados empíricos corroboram com os trabalhos nacionais e internacionais, que mostraram que as desigualdades sociais e econômicas estão ligadas ao acesso e uso de serviços financeiro, sendo o gênero, idade, escolaridade e renda diretamente relacionados à inclusão (ou exclusão) bancária no Brasil. Outro fator a ser destacado é que as desigualdades regionais predominantes no Brasil também refletem na inclusão financeira, maior no Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Para cumprir com o objetivo a que se propõe, esse trabalho foi dividido em cinco seções, além dessa introdução. A seção 2 apresenta um estudo da relação entre o sistema financeiro e a inclusão financeira, com a discussão das principais teorias a respeito da orientação do sistema financeiro, bem como da inclusão financeira. A seção 3 (três) resume a evolução do sistema financeiro brasileiro, bem como as novas tendências do setor bancário, como bancos digitais, *open banking* e a modalidade de pagamento instantâneo - PIX. A seção 4 (quatro) realiza uma apresentação das evidências teóricas e empíricas da inclusão financeira, as principais formas de mensuração e análise dos dados referentes à inclusão financeira no contexto brasileiro, bem como aborda as motivações para a desbancarização de um indivíduo, isto é, de não ter uma conta em instituições financeiras formais. A seção 5 (cinco) traz uma análise empírica por meio de dois modelos econométricos *logit* multinomial e dados em painel, que analisam, respectivamente, os determinantes da desbancarização e a relação entre inclusão financeira e desenvolvimento. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## 2. INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIAS E EVIDÊNCIAS

### 2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO

O sistema financeiro tem como papel realizar a intermediação financeira entre os agentes superavitários e deficitários. Considerando mercados assimétricos e imperfeitos, esse serviço prestado pode gerar valor à sociedade, reduzindo principalmente os custos e riscos inerentes aos dois lados do processo de tomada/empréstimo de recursos financeiros.

Dois sistemas são tratados na literatura, sendo esses os sistemas baseados em mercado e em bancos. O primeiro tem o processo de intermediação focada no mercado de capitais, enquanto o segundo é focado nas instituições bancárias. Não existem comprovações de que um, comparado ao outro, promova maior desenvolvimento. Assim, formatos híbridos de mercado têm sido desenvolvidos, como no Brasil.

O desenvolvimento financeiro de um país está correlacionado com o crescimento e o desenvolvimento deste. Dado que o nível de inclusão financeira de um país impacta o desenvolvimento do sistema financeiro, de forma direta e indireta, a inclusão financeira impacta o desenvolvimento, sendo vista atualmente como um instrumento na promoção do ODS estabelecidos pela ONU na agenda 2030.

A inclusão financeira já é um tópico muito discutido entre os países desenvolvidos, porém tem ganhado espaço entre os em desenvolvimento. Algumas teorias sobre a inclusão financeira podem ser exploradas, sendo possível dividi-las entre as teorias a respeito dos beneficiários da inclusão, sobre o processo de inclusão e sobre o agente financiado da inclusão.

Dessa forma, esse capítulo objetiva analisar como a inclusão financeira impacta o sistema financeiro e como ambos impactam o desenvolvimento. Para isso, esse capítulo está estruturado da seguinte forma: além dessa introdução, a seção 2.2 busca explorar como o sistema financeiro colabora com o desenvolvimento. A seção 2.3 apresenta a relação da inclusão financeira com o desenvolvimento, enquanto a seção 2.4 destaca como esta impacta no Desenvolvimento Sustentável, como proposto pela ONU, relacionando a inclusão financeira aos ODS, mostrando como aquele pode facilitar na implementação e cumprimento desses objetivos.

## 2.2 A RELAÇÃO ENTRE SISTEMA FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO

O sistema financeiro tem como principal finalidade a intermediação financeira, processo no qual os agentes deficitários e os agentes superavitários são interligados satisfazendo suas necessidades de poupança e investimento (LEVINE, 1997).

Sob a suposição de mercados perfeitos e completos, seguindo o modelo de Arrow-Debreu<sup>4</sup>, a intermediação financeira, bem como o sistema financeiro, deixa de ter qualquer utilidade, sendo sua existência meramente regulatória, sem impacto no desenvolvimento de um país ou região. Assim, os teóricos alinhados a esta visão de mercado ignoram ou negam a importância do sistema financeiro (ALLEN; SANTOMERO, 1997; LEVINE, 1997).

Não sendo escopo desse trabalho abordar os aspectos mais peculiares a este debate, mas assumindo o pressuposto básico de que a realidade das economias na atualidade é condizente com mercados incompletos e imperfeitos, tem-se que ganhos econômicos para a sociedade podem advir do sistema financeiro. Levine (1997) discute que os mercados financeiros e as instituições financeiras têm como papel fundamental amenizar os problemas criados pelas lacunas de informação e transação, e as diferentes formas de interação entre estas, que gera a necessidade de diferentes estruturas. Segundo o autor, a função geral do sistema financeiro é melhorar a alocação de recursos, no espaço e no tempo, considerando o ambiente de incerteza. Para isso, o sistema financeiro deve facilitar as transações, a diversificação e reduzir os riscos, monitorar e exercer o controle corporativo, aumentar a poupança, além de facilitar a comercialização de bens e serviços.

Levine (1997) também apresenta dois caminhos pelos quais o sistema financeiro impacta o crescimento econômico. O primeiro é pela via da acumulação de capital, o que pode ser visualizado nos modelos de crescimento econômico, no qual o maior desenvolvimento do sistema financeiro afeta a taxa de formação/acumulação de capital, pois pode ampliar os recursos poupados ou realocar recursos considerando a tecnologia de produção. Um segundo caminho pode ser observado nos modelos de inovação tecnológica como fonte para o crescimento econômico, uma vez que o sistema financeiro atua alterando a taxa de inovação tecnológica ao longo do tempo.

A compreensão da influência do sistema financeiro sobre o crescimento econômico também pode ser observada analisando-se o formato pelo qual o sistema financeiro se constitui

---

<sup>4</sup> Modelo apresentado por Arrow e Debreu (1954), que evidencia provas da existência de um equilíbrio para um modelo integrado de produção, troca e consumo. Para isso, considera um conjunto de suposições feitas sobre as tecnologias dos produtores e a preferência dos consumidores, como concorrência perfeita, independência da demanda e preferências convexas. Esse modelo é base para outros modelos de equilíbrio geral.

e atua em uma economia. Em sua primeira distinção, Zysman (1994) afirmou existir três tipos diferentes de sistemas financeiros, com distintas consequências para o relacionamento entre bancos, indústria e finanças, bem como diferentes implicações para o processo pelo qual a mudança industrial ocorre. O sistema pode ser: i) baseado no mercado de capitais, com recursos alocados por preços estabelecidos em mercados competitivos; ii) baseado em crédito, com preços críticos administrados pelo governo; ou iii) baseado em crédito dominado por instituições financeiras.

Para fazer a distinção entre os três formatos de sistema financeiro, é necessário compreender o processo pelo qual se transformam recursos financeiros em investimento. Zysman (1994) enfatiza os arranjos estruturais, isto é, as relações entre os diversos mercados e instituições pelos quais os recursos fluem e moldam a transformação em cada país. Por exemplo, existem modelos de interferência/influência que podem ser de saída ou de pressão. Um modelo de influência por meio da saída significa que, se o investidor/empreendedor não está contente com o preço ou o serviço, buscará novo espaço para exercer sua atividade. O modelo de influência por meio da pressão significa que, sendo um cliente principal, este pressiona a gerência por mudanças.

Nos sistemas baseados no mercado de capitais com mercados secundários elaborados, a facilidade de entrada e saída se torna a primeira influência mais relevante. Já em sistemas baseados em crédito, tendo-se arranjos para saída mais difíceis/custosos, as instituições financeiras são obrigadas a permanecer fiéis aos seus clientes, tornando, assim, a influência por pressão mais facilmente encontrada. Em um sistema financeiro de crédito com preços administrados, o governo agirá e influenciará as decisões das instituições financeiras; e, finalmente, em um sistema baseado em crédito e dominado por bancos, as instituições financeiras terão maior força para impor seus desejos.

Atualmente, o debate teórico a respeito da relação entre sistema financeiro e desenvolvimento divide-se em duas visões pautadas na estrutura de funcionamento do Sistema, sendo elas o *bank-based* e o *market-based*. Levine (2002) destaca que o *bank-based* leva em conta o papel positivo dos bancos em adquirir informações sobre empresas e gerentes para melhorar a alocação de capital e a governança corporativa, bem com administrar o risco de liquidez, aumentando a eficiência do investimento e o crescimento econômico ou mobilizar capital para explorar economias de escala. Já o *market-based* destaca o papel potencializador do crescimento de mercados que funcionam bem em promover maiores incentivos para empresas de pesquisa, uma vez que é mais fácil lucrar com essas informações negociando em mercados grandes e líquidos. Ainda, melhora a governança corporativa, facilitando as

aquisições e tornando mais fácil vincular a remuneração gerencial ao desempenho da empresa e facilitando o gerenciamento de risco.

Ambas as vertentes, *bank* e *market-based*, oferecem críticas ao seu oposto. Os teóricos do *bank-based* argumentam que mercados bem desenvolvidos revelam informações de forma rápida e pública e, individualmente, é difícil e custoso acompanhar tais informações. Por isso, bancos são melhores ao formar relacionamentos de longo prazo, bem como monitorar as empresas e reduzir o risco moral pós-empréstimo. Assim, o modelo *market-based* pode dificultar a tomada de decisão do investidor, pois, tendo a capacidade de vender facilmente suas ações, tem menor incentivo para exercer controle corporativo. Assim, de acordo com a visão *bank-based*, um maior desenvolvimento do mercado pode dificultar o controle corporativo e o crescimento econômico (LEVINE, 2002).

Já os teóricos do *market-based* enfatizam os problemas com os bancos. Primeiramente, criticando a concentração bancária, em que bancos poderosos podem exercer poder de mercado ou *lobby* favorecendo empresas menos eficientes em detrimento de outras, ou não realizar uma governança corporativa adequada. E dessa forma, os mercados de capitais competitivos desempenham um papel positivo ao evidenciarem as informações e permitirem aos investidores receberem melhores informações, de forma mais eficaz. Assim, os defensores da visão baseada no mercado enfatizam que os mercados reduzirão as ineficiências inerentes associadas aos bancos e aumentarão o crescimento econômico (LEVINE, 2002).

Entretanto, como demonstra Levine (2002), a polarização dessas visões ao analisarem os países modelos, Estados Unidos e Reino Unido, no caso do *market-based*, e o Japão e Alemanha, no caso do *bank-based*, não oferecem uma conclusão clara, sendo possível encontrar outras variações intermediárias entre essas. Assim, considerar os serviços financeiros minimiza a dualidade exposta, dando ênfase aos arranjos financeiros (contratos, mercados e intermediários) como ferramenta frente às imperfeições do mercado e melhores serviços financeiros.

Levine (2002) destaca que os arranjos financeiros surgem para avaliar potenciais oportunidades de investimento, exercer controle corporativo, facilitar a gestão de risco, aumentar a liquidez e facilitar a mobilização de poupança. A questão principal é criar um ambiente no qual os intermediários e os mercados forneçam serviços financeiros sólidos, promovendo o crescimento econômico.

Os resultados encontrados por Levine (2002) revelaram que distinguir os países por estrutura financeira não ajuda a explicar as diferenças entre países no desempenho econômico de longo prazo. Por outro lado, os resultados apoiam fortemente a visão dos serviços

financeiros. Pois, ao se diferenciar os países por seu nível geral de desenvolvimento financeiro, é possível diferenciar, também, seu crescimento econômico. Quanto mais desenvolvido financeiramente, maiores as taxas de crescimento econômico. Outro ponto a ser destacado é que os resultados sugerem que o sistema jurídico influencia de forma importante o desenvolvimento do setor financeiro e isso, por sua vez, impacta no crescimento de longo prazo.

Chakraborty e Ray (2006) também buscaram compreender como o tipo de sistema influencia o crescimento por meio de um modelo de crescimento endógeno. A análise se assemelha à de Levine (2002), no sentido em que nenhum dos sistemas é inequivocamente melhor para o crescimento, mas que depende crucialmente da eficiência das instituições financeiras e jurídicas. Um destaque especial é dado aos sistemas baseados em bancos, uma vez que o estudo sugeriu que o investimento e a renda *per capita* são maiores, a desigualdade de renda menor, e ainda facilitam a industrialização de base ampla, comparativamente ao sistema *market-based*.

Diante do exposto, percebe-se que o sistema financeiro pode ser um instrumento importante para o desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, o debate que se impõe é o de que: será que o impacto do sistema financeiro no crescimento tem relação com o nível de inclusão financeira de um país? Para buscar responder essa pergunta, é necessário definir o que é inclusão financeira, qual sua relação com o desenvolvimento econômico e como é possível ampliar os impactos do sistema financeiro no crescimento econômico.

## 2.3 INCLUSÃO FINANCEIRA: CONCEITO E RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### 2.3.1. Conceito e importância da inclusão financeira

Um primeiro passo no sentido de buscar compreender como a inclusão financeira influencia no sistema financeiro e no desenvolvimento é entender o que é inclusão financeira. O *Global Partnership for Financial Inclusion* (GPII), publicado em 2011, define alguns termos, tais como a exclusão financeira e inclusão financeira. Excluídos financeiramente são aqueles que não têm acesso ou são mal atendidos por serviços financeiros formais. Já a inclusão financeira é o estado em que todos os adultos em idade ativa, incluindo aqueles atualmente excluídos pelo sistema financeiro, têm acesso efetivo aos serviços financeiros fornecidos por instituições formais, como crédito, poupança, pagamentos e seguros. O acesso efetivo envolve a prestação de serviços conveniente e responsável, a um custo acessível ao cliente e sustentável

para o provedor. Além disso, os clientes usam serviços financeiros formais em vez de opções informais existentes (GPFI, 2011).

A instituição formal se refere a um provedor de serviços financeiros que tem um *status* legal reconhecido e inclui entidades e/ou indivíduos, com atributos regulatórios amplamente variados, sujeitos a diferentes níveis e tipos de supervisão externa. No entanto, o fato de ser atendido por uma instituição formal não significa que o cliente deva ser considerado financeiramente incluído, pois, para isso, todas as condições de acesso efetivo devem ser cumpridas (GPFI, 2011).

Koker e Jentzsch (2013) destacam que parte da população dos países em desenvolvimento opera na economia informal baseada em dinheiro. Eles poupam, remetem dinheiro e acessam o crédito por meio de serviços financeiros não regulamentados e não supervisionados. Os autores consideram que essa exclusão de serviços financeiros formais pode reduzir o crescimento econômico, prejudicar o desenvolvimento social e ter efeitos ruins sobre a política monetária.

Nesta linha de raciocínio, Lenka e Bairwa (2016) afirmam que a inclusão financeira é um tema bem conhecido em países desenvolvidos, mas é uma área nova para os países em desenvolvimento. Esse fato acarreta certa escassez de literatura sobre o tema para os países em desenvolvimento.

Outra questão a ser evidenciada, segundo Lapukeni (2015), é que a inclusão financeira passou de uma definição dicotômica (estar ou não inserido financeiramente), para uma visão multidimensional. Esta visão multidimensional vai desde o caráter garantidor de acesso a recursos financeiros formais e serviços, passa pelo custo acessível, justo e transparente, até a efetiva utilização desses serviços. Nessa linha de raciocínio, Demirgüç-Kunt, Klapper e Singer (2017) salientam que, para o *Global Financial Index*, a inclusão financeira implica que o indivíduo pode usar efetivamente uma variedade de serviços financeiros apropriados, desde um depósito ou conta de transação, serviços digitais, acesso ao crédito e a segurança no uso de seus produtos, gerenciando melhor os riscos financeiros, de forma mais eficiente e segura.

Para Voica (2017), a inclusão financeira é o processo de proporcionar acesso a produtos financeiros a toda a população de um país. Quanto mais inclusivo, maior a eficiência de recursos e menor o custo de capital. Além disso, a inclusão reduz os sistemas financeiros informais, garantindo uma maneira segura de acessar os serviços financeiros, dado que os agentes formais são regulamentados e fiscalizados.

Segundo Santos (2020), a inclusão financeira tem papéis múltiplos, desde combater a desigualdade de renda, até fomentar o desenvolvimento econômico sustentável da economia e

do próprio sistema financeiro. Isso leva à melhoria nas condições de vida da população, enquanto aumenta o uso dos serviços financeiros, incrementando a oferta de moeda em relação ao PIB, melhorando a liquidez no sistema. Wang'oo (2008) exprime a capacidade de indivíduos e empresas gerirem seu dinheiro diariamente, de forma eficaz e segura, enquanto planejam o futuro e lidam com as pressões financeiras por meio da gestão financeira.

Finalmente, Ozili (2020a) analisa que a inclusão financeira implica no acesso aos serviços financeiros para todos os membros da sociedade. Além disso, ressalta que muitos países e *policy makers* têm buscado aumentar o nível de inclusão financeira utilizando diversas ferramentas, como redução de documentação exigível, ofertando cartões gratuitos, ampliando os correspondentes bancários, entre outras ações.

### **2.3.2 Teorias sobre a inclusão financeira**

Desde o início do milênio, formas de pensar a inclusão financeira começaram a ser desenvolvidas. Os trabalhos teóricos foram resumidos por Ozili (2020a) que apresenta uma construção teórica da inclusão financeira, partindo das estruturas de trabalho utilizadas, a saber, traduzidas por Timotio (2021, p. 29–31) como “teorias sobre os beneficiários da inclusão financeira, teorias sobre os processos de entrega da inclusão financeira e teorias do financiamento da inclusão financeira”. Dentro desses conjuntos de teorias, existem ainda outras análises. Um resumo sobre as vertentes descritas por Ozili (2020a) é apresentado a seguir.

#### *2.3.2.1 Teorias sobre os beneficiários da inclusão financeira*

Dentre os teóricos da visão acerca de quem se beneficia com a inclusão financeira, estão os que acreditam que esta é um bem público, isto é, um bem cuja utilização por um indivíduo não atrapalha a utilização do outro. Assim, esse bem deve ser oferecido a todos, pois aumenta o benefício coletivo sem lesar nenhum agente.

Nessa teoria, alguns destaques são importantes. Como um bem público, todos se beneficiam da inclusão financeira, sendo papel do governo subsidiar esse processo, bem como ter a responsabilidade de gerenciá-lo. Entretanto, interpretar como um bem público dificulta compreender as causas da exclusão financeira e, ao mesmo tempo que o foco repousa sobre o uso de recursos públicos para financiar projetos de fomento, isso distorce a precificação dos serviços financeiros.

A segunda teoria focada nos beneficiários se desdobra sobre a insatisfação dos usuários do sistema financeiro formal, que resolvem deixá-lo, porque não receberam um bom serviço ou

foram lesados por processos inerentes ao sistema (como fraudes, roubo de dados), e que esses devem ser os indivíduos trabalhados para inclusão financeira.

Novamente, é possível destacar pontos positivos e negativos. Em linha com os pressupostos dessa teoria, é possível explicar a autoexclusão, bem como utilizar de caminhos persuasivos ou de afirmação para direcionar tais indivíduos para o sistema financeiro, não sendo necessário inverter recursos vastos, pois os registros desses indivíduos outrora bancarizados estão salvos nas instituições financeiras. Contudo, essa teoria não ajuda a buscar os excluídos *ad hoc*, que nunca fizeram parte do sistema e, por muitos motivos, continuam excluídos.

Já a teoria dos grupos em vulnerabilidade tem como centro e vê como objetivo central das políticas a inclusão dos excluídos. O foco são os que não foram inseridos no sistema formal ainda, pois são vistos como os mais afetados pelas crises, pelo que é necessário incluí-los. Vale destacar que, embora essa teoria ajude a compreender as causas da exclusão, a criar ferramentas para combatê-la, bem como para identificar tais grupos, ela não expressa a busca de inclusão para todos, nem se preocupa com os não vulneráveis, também excluídos.

Por fim, tem-se a teoria dos sistemas, que interpreta a inclusão financeira como sendo criada por subsistemas (econômico, social e financeiro) e o resultado do processo de ampliação da inclusão gera retornos para esses subsistemas. Essa teoria possibilita compreender a interação entre os sistemas/instituições e a inclusão financeira, facilitando o seu estudo por meio de uma visão macroeconômica, porém, não compreende resultados oriundos de fora desses sistemas.

Em resumo, nenhuma teoria a respeito dos beneficiários se preocupou em promover a inclusão financeira, como destacado anteriormente. Portanto, deixam de lado o seu papel relevante que é o de ofertar serviços de qualidade, bem como promover seu uso por todos, independentemente dos motivos e do grau de inclusão que se encontra.

### *2.3.2.2 Teorias sobre os processos de entrega da inclusão financeira*

Esse conjunto de teorias diz respeito a quem cabe propagar a inclusão financeira, além disso, como cada agente influencia na opção pelo setor financeiro formal.

A teoria da influência salienta que, em grupos comunitários, em que se preze, os seus líderes ou pessoas influentes na comunidade devem apresentar o sistema financeiro formal aos seus membros, que por confiarem em sua liderança estarão propensos a engajar no processo. O maior problema, neste caso, poderia estar na qualidade do líder, que pode ser egoísta e/ou

corrupto. Além disso, podem ocorrer dúvidas entre aqueles que utilizam o sistema financeiro que não são de conhecimento do líder ou que ele não tenha resposta clara para elas.

A teoria dos serviços públicos compreende como fonte e propagador da inclusão financeira o próprio governo, que deve ofertar instituições públicas que levem aos cidadãos o setor financeiro formal. Embora o governo seja uma parte importante no processo de inclusão, os teóricos dessa vertente não dão abertura a parcerias público-privadas para fomento da inclusão, o que acaba sendo inviável devido ao volume de subsídios e recursos públicos para atender grandes populações com serviços financeiros.

Por fim, a teoria dos agentes especializados vê a necessidade de a inclusão financeira ser levada aos excluídos por pessoas especiais, com habilidade e conhecimento sobre o setor formal, mas com empatia para lidar com as peculiaridades do setor informal e dos excluídos e buscar integrar o sistema informal ao formal, facilitando o processo de inclusão.

Em suma, nenhuma das três teorias descritas sobre a entrega mostrou métodos escalonáveis para promover a inclusão ou levá-la aos excluídos. Embora alguns pontos sejam interessantes, tais como contar com o apoio dos líderes de uma comunidade, com o governo e com especialistas, não é fácil promover esses modelos em um país como o Brasil, com suas regionalidades e dimensões geográficas.

### *2.3.2.3 Teorias do financiamento da inclusão financeira*

As teorias sobre o financiamento da inclusão, de um modo geral, estão divididas em três: as que acreditam que o financiador deve ser o setor público, o setor privado ou uma parceria público-privada.

Os que veem o financiamento privado como melhor promotor da inclusão financeira afirmam que os financiadores privados exigirão maior responsabilidade dos usuários de seus fundos, além de assegurar que os fundos privados sejam utilizados de forma eficiente e que os serviços financeiros formais sejam prestados aos membros excluídos da população.

Essa teoria traz alguns pontos interessantes, como menor tempo de aprovação ao financiamento privado para programas de inclusão financeira, bem como o fato de que os agentes podem obter rendimentos quando gerirem eles próprios os programas de inclusão financeira. Ainda, os financiadores privados podem oferecer melhores habilidades de gerenciamento de projetos, instalações inovadoras e gerenciamento de risco eficaz para alcançar os objetivos de inclusão financeira. Como ponto negativo, tem-se que o custo de angariar fundos privados para financiar projetos de inclusão financeira pode ser muito alto, ou, ainda, corromper

o sentido do programa, comprometendo a obtenção de resultados, bem como pode haver perda de controle governamental sobre a infraestrutura de inclusão financeira criada por investidores privados.

Já para aqueles que veem no recurso público o financiamento para a inclusão financeira, nota-se que o volume de recursos cresce mais rápido no setor público, mesmo tendo mais processos, o volume final é maior. Isso pode ser facilitado quando o governo taxa mais os ricos e reverte os recursos para a inclusão de todos. O custo de levantar mais recursos para o programa é mínimo, além disso, o governo pode reduzir o egoísmo ou autointeresse no processo de inclusão. Os principais problemas com essa fonte de recursos já são conhecidos: dificuldade de *timing*, gerenciamento dos recursos, má distribuição e aumento dos gastos públicos.

Por fim, a teoria das parcerias público-privadas vê na utilização de recursos externos, advindos de filantropia e organizações não governamentais (ONGs), o melhor financiamento, pois não utiliza recursos públicos, recebendo apoio de pessoas especializadas, o que cria instituições pró-desenvolvimento para ajudar nesse processo. Algumas ressalvas são importantes, pois esses projetos precisam ser munidos de informações e ter o delineamento claro acerca de quem são os excluídos e como serão realizadas as abordagens para a inclusão.

Em suma, Ozili (2020a) traz teorias a respeito da inclusão financeira que podem ser usadas em pesquisas e debates sobre políticas que envolvam esse tema. Ao argumentar que a inclusão financeira precisa ser estudada a partir de uma perspectiva teórica, também insere elementos que podem ser usados de forma prática e, até mesmo, ensinar estudos para testar a eficácia relativa destas teorias, aplicar em modelagens empíricas, permitindo maiores conhecimentos sobre seus beneficiários, entrega e financiamento.

## 2.4 INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Ozili (2020b), a inclusão financeira se tornou objeto de discussão entre os formuladores de política e acadêmicos nos últimos anos por alguns fatores, sendo os principais: a instrumentalização desta para cumprir os ODS ou os efeitos que esses geram como melhoria na inclusão social, bem como redução do nível de pobreza, além de outros benefícios econômicos e sociais, como promoção de desenvolvimento, estabilidade financeira e crescimento econômico.

Voica (2017) descreve que a inclusão financeira é considerada um motor da inclusão social, e esta, por sua vez, um motor do desenvolvimento sustentável. É promovida por canais

diversos, desde as microfinanças, educação financeira, acesso ao crédito, poupança, entre outros.

Neste sentido, Timotio (2021) analisa que, embora as políticas liberalizantes do final do século XX ensejassem muitas mudanças, ao serem pautadas em modelos eficientes e completos de mercado, estas não conseguiram cumprir as demandas de ampliação dos serviços bancários. Já no início dos anos 2000, os órgãos internacionais começaram a se preocupar com a inclusão financeira e, em 2002, a ONU, em reunião com diversos organismos internacionais, bem como chefes de estados e ministros, debateram ferramentas para a promoção da inclusão financeira.

Vislumbrando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), notaram que seria necessário um trabalho conjunto, que fosse além da disponibilização de recursos, mas que envolvesse a cooperação, sustentabilidade, ampliação do comércio internacional, bem como a união de recursos externos e internos dos países para financiar esse processo. Até mesmo foi sugerido pelo presidente da ONU à época que serviços financeiros sustentáveis e a totalidade da população no sistema financeiro formal fossem incluídos nos ODM (TIMOTIO, 2021).

O grupo das 20 maiores economias mundiais (G20) também criou estruturas para se pensar a inclusão financeira em 2009, sendo uma dessas ligada ao financiamento de pequenos e médios negócios (*Small and Medium Enterprise Finance – SME*) e a outra, ao acesso por meio da inovação (*Access Through Innovation Subgroup – ATISG*), sendo esse último coordenado pelo Brasil e a Austrália. Em 2010, foi criado um plano de ação para inclusão inovadora pelo ATISG que atribuiu alguns princípios a esse projeto, a saber: liderança para combater a pobreza, diversidade e competição para melhoria dos serviços, inovação e tecnologias para promover o acesso, proteção ampla ao consumidor, capacitação financeira, cooperação público-privada, conhecimento por meio de dados, proporcionalidade dos riscos por meio de regulamentação, estrutura de governança e combate a crimes financeiros.

O G20, ainda em 2010, criou o Parceira Global para Inclusão financeira (*Global Partnership for Financial Inclusion – GPFi*) que era o mecanismo responsável por coordenar e implementar os princípios destacados anteriormente, dando sequência ao trabalho do FIEG (*Financial Inclusion Experts Group*) criado em 2009. A GPFi conta com o apoio de diversos organismos internacionais como a *Organization for Economic Cooperation and Development* (OCDE) e o *International Finance Corporation* (IFC), mas também com grupos especializados em inclusão financeira como a AFI (*Alliance for Financial Inclusion*), constituída de Bancos Centrais e instituições de regulação financeira de vários países, com o objetivo de promover pesquisas e compartilhar conhecimentos e experiências.

Em 2011, durante o *Global Policy Forum* (GPF), foi publicada a Declaração de Maya, idealizada pela AFI e assinada por dezessete países, incluindo o Brasil, com objetivo de promover um ambiente propício para o acesso aos serviços financeiros, utilizando tecnologias inovadoras para reduzir os custos, bem como desenvolver um conjunto sólido de regulações que facilitem a inclusão financeira, fortalecendo a defesa do consumidor, necessária para a inclusão financeira. Por fim, visa tomar decisões e criar políticas com base em dados, facilitando o acompanhamento do processo de inclusão, sendo estes um compromisso, pautado nos valores da autodeterminação, troca de saberes, e cooperação internacional (TIMOTIO, 2021).

Timotio (2021) destaca que a inclusão financeira também está presente e colabora na promoção de ao menos oito ODS criado para a Agenda 2030 da ONU. Esses serão abordados na seção 2.3 desse capítulo.

Nacionalmente, a inclusão financeira começou a ser pensada pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 2011, por meio do Plano Nacional de Inclusão Financeira (PNIF) que buscava fomentar ações para promoção da inclusão financeira utilizando agentes públicos e privados. A primeira ação efetiva desse projeto foi de 2012-2014 buscando aumentar o acesso aos serviços financeiros, fortalecer a responsabilidade financeira e acesso à informação, bem como adequar serviços financeiros às reais necessidades dos indivíduos. Em 2013, foi lançado o Programa Cidadania Financeira constituído de quatro partes: inclusão financeira, educação financeira, proteção do consumidor e participação.

A cidadania financeira é uma abordagem tangente à inclusão financeira, utilizada com mais ênfase no Brasil. Crocco, Santos e Figueiredo (2013) trazem uma metodologia que classifica os indivíduos entre os que gozam de plena cidadania financeira e outros com cidadania financeira limitada ou inexistente.

O primeiro grupo tem acesso pleno e irrestrito aos produtos e serviços financeiros, podendo explorar toda a potencialidade que isso representa em termos de acesso a crédito e/ou aplicação de recursos para rentabilizar suas reservas financeiras. Já o segundo refere-se aos que são bancarizados, mas que acessam os produtos e serviços de forma restrita (*underbanked*). Há ainda o grupo dos que não gozam de cidadania financeira por não terem uma conta bancária ou não têm acesso a nenhum produto ou serviço de instituições financeiras (*unbanked*). Os indivíduos nas situações *underbanked* ou *unbanked* podem ser levados a procurar alternativas em mercados informais e de custos excessivos, contribuindo, assim, para potencializar a fragilidade de sua situação e para a elevação de seu endividamento.

## 2.4.1 INCLUSÃO FINANCEIRA, OS ODM E ODS

Em setembro de 2000, os líderes mundiais se reuniram na sede da ONU em Nova York e, como resultado, assumiu-se um novo pacto Global para reduzir a pobreza. Esse pacto, constituído de 8 passos, foi nomeado ODM. Estes tinham como prazo de execução o ano de 2015. Esses objetivos são: erradicar a extrema pobreza e a fome, educação básica universal, promover igualdade de gênero e empoderar as mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater HIV/AIDS, a Malária e outras doenças, garantir sustentabilidade ambiental e parceria global pelo desenvolvimento.

Em 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou um novo compromisso, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, juntamente com um novo conjunto de objetivos nomeados de ODS. Klappler, El-Zoghbi e Hess (2016) destacam que a Agenda é o resultado de anos de negociação e foi assinada por todos os 193 países membros da Assembleia Geral, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Os ODS foram divididos em 17 partes, como apresentado na Figura 1. Cada objetivo principal possui conjuntos de objetivos específicos, sendo que Klappler, El-Zoghbi e Hess (2016) destacam que a inclusão financeira não é um objetivo, porém, o acesso a serviços financeiros é um fator-chave para muitos deles. Seu objetivo é relacionar a inclusão financeira e o desenvolvimento, mostrando onde e como os serviços financeiros podem ajudar a alcançar os ODS.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2023, [s. p.]).

O quadro 5 do Apêndice D apresenta os Objetivos Principais de cada ODS, bem como os objetivos específicos ligados à inclusão financeira. Klappler, El-Zoghbi e Hess (2016) destacam que o primeiro ODS, acabar com a extrema pobreza, é impactado diretamente pela inclusão financeira. Os serviços financeiros, como a poupança, podem ter impactos diretos e indiretos sobre a pobreza, pois pode aumentar a poupança líquida, levando ao aumento do investimento e do consumo. Poupar permite que as famílias aumentem sua capacidade de absorver choques financeiros, suavizar o consumo, acumular ativos e investir em capital humano, como saúde e educação. Ainda, produtos de pagamentos financeiros digitais permitem que as pessoas recebam dinheiro de parentes e amigos distantes em tempos de crise, reduzindo a probabilidade de cair na pobreza, assim como possibilitam acesso ao crédito. Por fim, a inclusão promove um sistema financeiro saudável e igualitário que apoia o Objetivo 1.4 de que todos tenham disponíveis recursos e serviços financeiros.

De forma direta e indireta, a inclusão financeira pode colaborar com o ODS 2, indiretamente ao reduzir a fome e promover a segurança alimentar, melhorando a estrutura financeira das famílias, mas, também, de forma direta considerando o objetivo 2.3, de acesso a serviços financeiro aos agricultores, que incluídos podem investir mais recursos em sua lavoura, seja pela melhor administração de seus recursos, seja pelo acesso ao crédito e a programas de financiamento rural (KLAPPLER; EL-ZOGHBI; HESS, 2016).

Boa saúde e bem-estar (ODS 3) pode ser promovido, pois a inclusão financeira pode contribuir para a melhoria da saúde, principalmente o item 3.8, dando às pessoas a capacidade de gerenciar despesas médicas e se recuperar de uma crise de saúde, sem o risco financeiro, seja por meio de reservas prévias, de acesso a seguros ou crédito. A poupança é uma ferramenta importante para gerenciar as despesas médicas, sejam elas planejadas ou não, podendo ampliar o acesso a serviços médicos ou planos de saúde.

Alcançar uma educação de qualidade (ODS 4) depende de as pessoas terem a capacidade de investir em oportunidades de aprendizagem, por isso os produtos de poupança ajudam as famílias a planejar e gerenciar esse investimento em educação. Ainda, serviços de crédito ou programas de financiamento podem ampliar o acesso à educação, a preços acessíveis, auxiliando principalmente o objetivo 4.3.

Um ponto importante ressaltado por Klappler, El-Zoghbi e Hess (2016) é que a maioria dos indivíduos excluídos são mulheres pobres, o que significa que também promoveria a igualdade de gênero (ODS 5). Isso porque ajudaria a afirmar seu poder econômico, que é fundamental para promover essa igualdade e ainda dar maior controle sobre suas finanças, apoiando, dessa forma, muitos objetivos de desenvolvimento além do objetivo 5.a, pois ao

incluí-las, oportuniza gerenciar outros gastos, como alimentação, taxas escolares, assistência médica familiar e o bem-estar infantil.

Quanto ao ODS 8, promover o crescimento econômico compartilhado, acredita-se que quando existem excluídos do sistema financeiro formal, as bases do crescimento econômico compartilhado são enfraquecidas. Assim o item 8.3 prevê o acesso a instituições e produtos financeiros, que permite que as pessoas obtenham maiores retornos sobre o capital. Isso leva a aumentos em sua renda e, conseqüentemente, afeta o crescimento econômico, geração de emprego e o desenvolvimento. Promover a inovação e a industrialização sustentável (ODS 9) requer fácil acesso ao crédito e outros serviços financeiros que facilitem o investimento, como prevê o objetivo 9.3, pois esses permitem que mais negócios sejam iniciados e que as empresas existentes expandam seus serviços, permitindo maior investimento em estoque, mão de obra e outros meios de produção.

As pessoas com acesso a serviços financeiros estão mais bem posicionadas para ter sucesso econômico e construir uma vida próspera, facilitando a redução da desigualdade (ODS 10). Ao fornecer uma base para o crescimento equitativo e melhorar a vida dos pobres, a inclusão financeira ajuda a reduzir a desigualdade e promover a inclusão social, como previsto no objetivo 10.2. Ainda, é importante destacar que se objetiva, no item 10.5, um monitoramento e regulamentação dos mercados financeiros para reduzir as desigualdades de acesso aos serviços.

A inclusão financeira amplia a promoção da paz (ODS 16), quando facilita o controle fiscal, mitigando crimes de caráter financeiro, financiamento do crime e terrorismo (16.4) e facilitando controle sobre corrupção e suborno (16.5). Embora Klappler, El-Zoghbi e Hess (2016) afirmem que os ODS 11, 12, 13, 14, 15 e 17 não têm relação evidente com os serviços financeiros, a inclusão financeira tem a capacidade de melhorar a desigualdade, o nível de renda e a educação, estes, por sua vez, colaboram com a promoção de produção e consumo sustentável (ODS 12), bem como acelerar o processo de busca por comunidades e cidades sustentáveis (ODS 11). Assim, dada a ligação entre inclusão financeira e desenvolvimento, os governos deveriam continuar a buscar formas de promover maior acesso e uso de serviços financeiros.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O sistema financeiro impacta diretamente na promoção do desenvolvimento, embora não seja possível diferenciar impactos em relação aos tipos de orientação, seja pró-mercado de capitais, pró-bancos ou híbridos. Alguns autores, pautados no modelo de Arrow-Debreu,

considerando os mercados perfeitos e sem assimetria, desconsideram o impacto do sistema financeiro, enquanto intermediador, no desenvolvimento. Por outro lado, as literaturas não ortodoxas, baseadas em mercados incompletos e assimétricos, veem na intermediação financeira capacidade de reduzir os custos e riscos inerentes a esse processo.

A inclusão financeira amplia a capacidade do sistema financeiro de atuar, ampliando os impactos da política monetária, elevando o volume de crédito e melhorando a capacidade dos agentes em responder a crises. Algumas teorias sobre a inclusão financeira são destacadas na literatura, sendo esses a quem os projetos de inclusão financeira devem integrar, quais os processos que facilitam a inclusão e quem deve promovê-la. Alguns destacam que a inclusão deve servir aos excluídos no processo de bancarização, enquanto outros acreditam que deva atingir primeiro os que estavam incluídos e deixaram de atuar por instituições financeiras formais.

O método de financiamento fica dividido entre aqueles que acreditam que o governo deve atuar financiando esses projetos de inclusão, enquanto outros acreditam que as entidades bancárias privadas é que devem promover, financiar e organizar tais projetos. Por fim, existem autores que destacam a possibilidade de uma atuação conjunta, com financiamento e gerências compartilhada.

A inclusão financeira não impacta apenas o sistema financeiro, mas é uma ferramenta importante no desenvolvimento de um país, pois amplia a capacidade dos agentes em poupar, tomar crédito e possuir serviços financeiros que propiciam um melhor gerenciamento de recursos, reduzem o impacto de crises e potencializam o consumo individual.

Por esses motivos, a inclusão financeira tem sido pautada como instrumento para a promoção dos ODS, impactando indireta ou diretamente em pelo menos 8 (oito) deles, sendo desde reduzir a desigualdade, a fome, promover igualdade de gênero, até melhorar a industrialização.

### 3. EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO

O sistema financeiro, por meio da intermediação financeira, pode trazer benefícios a uma economia, influenciando decisivamente os níveis de crescimento e desenvolvimento. Entretanto, esse papel é melhor desempenhado quanto mais desenvolvido for o sistema financeiro do país.

Ainda, sendo a inclusão financeira um processo pelo qual os indivíduos de um país podem acessar e utilizar serviços e produtos financeiros de qualidade, ela também está diretamente ligada ao nível de desenvolvimento do sistema financeiro e bancário do país. Por esse motivo, faz-se necessário compreender como o sistema financeiro brasileiro está estruturado e regulamentado e, além disso, como as políticas aplicadas a esse sistema poderiam contribuir para a inclusão financeira.

Com essa finalidade, esse capítulo objetiva, primeiramente, destacar pontos importantes da evolução do sistema bancário e financeiro brasileiro desde os seus primórdios até a fase recente, explicitando as mudanças pós-crise de 2008, tais como as regulamentações que permitiram novos modelos de atuação por meio de Bancos Digitais e *fintechs*, por exemplo. Adicionalmente, é destacado o papel que a Pandemia da Covid-19 exerceu sobre o sistema produtivo e financeiro, que aceleraram mudanças como o projeto do BCB lançado em 2021, do *open banking*, bem como sua ferramenta mais conhecida, o PIX.

A estrutura do capítulo se divide em três partes, a primeira traz um relato da evolução do setor financeiro do país, desde seus primórdios até a implantação do Plano Real (1994). A segunda parte explora os impactos do Plano Real, bem como os efeitos do processo de abertura econômica e financeira da última década do século XX sobre o sistema bancário e financeiro. Na terceira, são discutidas as mudanças recentes no sistema financeiro, resultantes da crise de 2008, além das evoluções tecnológicas recentes, aceleradas no contexto pandêmico da Covid-19.

#### 3.2 ANTECEDENTES: BREVES NOTAS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO DE 1808 A 1963

Vieira, Pereira e Pereira (2012) consideram que a vinda da família real em 1808 motivou a criação do Banco do Brasil, assim como o retorno para Portugal em 1821 culminou em um processo que levou ao encerramento das atividades do banco em 1833. Ao longo do Segundo

Reinado (1840–1889), desenvolvem-se bancos privados, sem possibilidade de emitir papel moeda, mas realizando a intermediação financeira, ao administrar depósitos e conceder créditos. Em 1851, o Banco do Brasil é recriado, sendo que, em 1853, ele se funde ao banco privado, Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Camargo (2009) registra que as Caixas Econômicas Federais foram criadas em 1861, sendo responsáveis por estimular a poupança e conceder empréstimos com garantia (penhor). Em 1906, o Banco do Brasil se funde ao Banco da República do Brasil, sendo essa a origem do Banco do Brasil que temos atualmente. Camargo (2009) revela que de 1808, quando foi criado o Banco do Brasil, até 1920 o Brasil passou por um processo de aberturas, fechamentos, reabertura e adaptação das Instituições financeiras. Ainda, Vieira, Pereira e Pereira (2012) ressaltam que, até 1905, não havia nenhuma regulamentação do Sistema financeiro, o que gerou um processo de regiões monetárias isoladas, que emitiam títulos de crédito em moedas locais conversíveis na moeda nacional, sendo considerada uma maneira indireta de criação de moeda.

Foi em 1906, com a consolidação do Banco do Brasil, que se apresentou um órgão que gerenciasse a emissão de moeda. Em 1920, foi criada a Inspeção Geral dos Bancos, o primeiro órgão fiscalizador dos bancos e casas bancárias, sendo que por meio desta se criou a política de redesconto, sendo o Banco do Brasil o banco dos bancos. Em 1934, a Caixa Econômica Federal passou a ser responsável por todos os empréstimos com garantia, extinguindo particulares dessa tarefa. Já em 1945, com a criação da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), esta passou a realizar o controle de mercado monetário, bem como a gerenciar a Carteira de Redesconto dos Bancos (CAMARGO, 2009; VIEIRA; PEREIRA; PEREIRA, 2012).

Camargo (2009) destaca que, de 1920 até 1964, ocorreu um processo de fortalecimento do sistema bancário, o qual contou com a instituição de um órgão fiscalizador (Inspeção Geral dos Bancos), bem como de um processo de regulamentação das atividades bancárias. O fim desse período foi marcado pelo aumento dos depósitos, a criação de órgãos reguladores e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE).

### 3.3 A REFORMA FINANCEIRA DE 1964 (1964–1989)

Do começo do século XX até 1960, os bancos atuaram principalmente em operações de curto prazo. Em 1950, deu-se um processo de avanço intermediário, que, devido à expansão econômica nacional, gerou um processo de expansão da atividade bancária. Com o lançamento do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o sistema financeiro passa a atuar enquadrado aos padrões desse programa, delineado na Reforma Bancária de dezembro de 1964,

bem como pela Reforma do Mercado de Capitais em julho de 1965 (VIEIRA; PEREIRA; PEREIRA, 2012).

Camargo (2009) salienta que de 1964 a 1989 se dá um processo de expansão e consolidação bancária. Nesse período, são criados os órgãos normativos, bem como se expande a capacidade de captação de recursos externos e a flexibilização da entrada de representantes de bancos estrangeiros. Puga (1999) registra que as reformas ocorridas no setor financeiro em 1964 e 1965 tiveram inspiração norte americana, caracterizada pelas instituições especializadas, o que significa que cada entidade/instituição do setor teria sua função.

Vieira, Pereira e Pereira (2012) evidenciam que a reforma de 1964/65 gerou diversas mudanças no sistema financeiro nacional, sendo que a SUMOC foi substituída pelo CMN (Conselho Monetária Nacional), que, junto ao Banco do Brasil, passaram a regulamentar e operacionalizar os processos de redesconto e gerenciamento bancário. Os autores ainda destacam que foi nessa reforma que se instituiu a correção monetária, inicialmente sob títulos públicos e posteriormente aos depósitos bancários, revogando a Lei de Usura de 1933, que limitava a 12% a.a. as taxas de juros.

A estrutura do Sistema Financeiro implantada em 1964/65, que dividiu o sistema em órgãos normativos, supervisores e operadores, é a que temos até o presente momento, sendo essa, ainda, segmentada em autoridades monetárias, sistema monetário e sistema não monetário. A estrutura atual do sistema financeiro nacional é apresentada na Figura 2, que é separada entre os órgãos normativos, supervisores e operadores. Dentro do Sistema Bancário, temos a CMN como órgão normativo, sendo que o BCB, enquanto supervisor, faz cumprir as medidas estipuladas pela CMN as entidades monetárias e não monetárias.

Vieira, Pereira e Pereira (2012) apontam que entre as entidades monetárias, aquelas que podem criar moeda<sup>5</sup>, pode-se destacar os bancos comerciais, caixas econômicas, bancos cooperativos e cooperativas de crédito, e entre as entidades não monetárias, as que não podem criar moedas, estão os bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, financeiras, companhias hipotecárias, sociedades de crédito imobiliário, e atualmente as instituições de pagamento.

Já as operações capital e câmbio são supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que faz cumprir os regulamentos da CMN sob a bolsa de valores e bolsa

---

<sup>5</sup> Os Bancos Comerciais ao captar depósitos à vista e, descontado os valores de reserva, emprestar ao público promovem um processo de criação de moeda, que pode ser calculado por meio do multiplicador bancário expresso por  $M = 1/C$ , sendo M o múltiplo a taxa de compulsório expressa pelo banco central (PINHO, 2011).

de mercadorias e futuros. Ainda foram criadas, na década de 1960, entidades voltadas à regulamentação de seguros privados (SUSEP) e de previdência complementar (PREVIC).

Figura 2 – Sistema Financeiro Nacional



Fonte: BCB (2022b, [s. p.]).

Ocorreu, com essa reestruturação, um processo de especialização bancária, que levou à segmentação de atividade entre os Bancos tradicionais e Bancos de Investimento. Os bancos comerciais serviriam ao crédito de curto prazo, enquanto os bancos de investimento ao crédito de longo prazo. Ainda, amplia-se o crédito para Habitação por meio de instituições ligadas ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) utilizando como fonte os recursos de poupança e LFI (CAMARGO, 2009; VIEIRA; PEREIRA; PEREIRA, 2012).

Destaca-se que, na prática, ocorreu um menor nível de segmentação do que o previsto em Lei, pois instituições diferentes se juntavam em um mesmo espaço, operando juntas com contabilidade diferente. A unificação contábil só foi realizada em 1988 quando se introduziu o

Cosif (Plano Contábil das Instituições Financeiras), sendo em seguida criados pela CVM, por meio de legislação específica<sup>6</sup>, os bancos múltiplos. Bem como não se logrou o desenvolvimento que o processo de consolidação havia previsto em 1964, devido a distorções ocorridas nesse período, como a falta de *funding* para investimentos de longo prazo, deixando estes à margem do capital externo ou do BNDE (PUGA, 1999; CAMARGO, 2009).

Depois de 1976, o Sistema Financeiro brasileiro começa a ganhar nova forma, com a instituição da CVM, que instaura em 1979 o Sistema de Liquidação e Custódia (SELIC) e em 1986 a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), tendo como primeira missão a de operar os títulos públicos e a segunda de operar os títulos mobiliários de Renda Fixa, que permite a criação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do DI (Taxa de Depósito Interbancário).

Camargo (2009) relata que, embora a reforma bancária de 1988 permitisse a atuação de Bancos Internacionais, bem como a criação de Bancos Múltiplos, a Constituição de 1988 proibia a entrada de novos bancos Estrangeiros, mas não impedia o capital estrangeiro outrora instalado no país de ser operacionalizado, o que permitiu 26 instituições não financeiras estrangeiras a se tornarem Bancos Múltiplos com Carteira Comercial. Nesse período, iniciou-se uma pressão de Organismos Internacionais para a abertura do setor Bancário, que ganhou força com as crises financeiras do final do século XX.

Camargo (2009) destaca que o período de 1980 a 1989 foi marcado por crises, instabilidade, recessões e fragilidade do Sistema Financeiro Nacional. No entanto, o sistema bancário acabou se beneficiando do processo inflacionário, indexando ao DI e aplicando no tesouro com rolagem diária. Esse processo foi bom para os bancos, mas reduziu consideravelmente o crédito doméstico. O BCB, em seu relatório de 1998, que trata das transformações no setor bancário pós-Plano Real, salienta que os bancos não apenas sobreviveram em um contexto de incerteza, mas acumularam capital, desenvolveram-se tecnologicamente e cresceram utilizando o imposto inflacionário gerado. Para isso, a atividade financeira utilizava dos recursos em trânsito (*floating*) e do financiamento ao desequilíbrio das contas públicas, com operações de curto prazo. Contudo, o BCB (1998) reitera que algumas coisas ficaram fora do escopo do sistema bancário, a preocupação com a concorrência, melhoria na eficiência, qualidade dos serviços financeiros prestados e os custos inerentes a esses serviços.

---

<sup>6</sup> Resolução 1.524 de setembro de 1988 (BCB, 1988).

### 3.4 ABERTURA FINANCEIRA E O PLANO REAL (1991 – 2008)

O sistema financeiro internacional passou por um processo de reestruturação ao longo da década de 1980, baseado em três pilares: a desregulamentação, a securitização e os investidores institucionais (ARIENTI, 2004).

Enquanto a desregulamentação flexibilizou o fluxo de capitais entre os países, a securitização permitiu a captação direta de recursos de investidores produtivos via papéis, o que permitiu a criação de um novo volume de produtos financeiros, necessário frente ao aumento da incerteza, flutuações cambiais e dificuldade de lidar com as taxas de juros – agora fator crucial na captação de recursos estrangeiros. Alguns desses novos produtos são as operações a termos, futuros, *swap* e opções. Por fim, os investidores institucionais, os quais procuram diversificar seus ativos, ampliaram sua atuação internacional, buscando principalmente títulos de dívida de alta liquidez.

Entretanto, é preciso ressaltar que tal reestruturação, inicialmente, contribuiu para o aumento das taxas de juros nos países desenvolvidos, elevando o fluxo de capital para esses países. Entretanto, o aumento do emprego e produção nesses países fez com que as taxas de juros fossem reduzidas drasticamente ao fim da década de 1980, criando um processo de alta liquidez do capital. É nesse contexto que a pressão para a remodelagem do sistema financeiro dos países em desenvolvimento começa. Vale destacar que o fluxo de capitais para os mercados emergentes só ocorre de fato com a sinalização da adesão às novas formas de regulamentação, bem como da elevação da taxa de juros, tornando atrativa essa migração (ARIENTI, 2004).

Esse processo chega ao Brasil ao longo da década de 1990, que é marcada por um processo de adaptação ao “Consenso de Washington”, isto é, a receita ricardiana, abertura comercial e financeira e redução da participação do Estado na Economia, com medidas conhecidas, liberalização, privatização e desregulamentação. “Colocar ordem na casa”, como relatado pelo BCB (1998), foi o processo de implantação do plano real, que modificou a filosofia de gastos do governo, mudou a política industrial e comercial, com abertura ao mercado internacional e redução do nível de subsídio, visando combater o processo inflacionário até aquele momento instaurado. Puga (1999) considera que ocorreram mudanças significativas na legislação bancária, com estabelecimento do volume de operações, do volume de patrimônio e do volume de reservas que o banco poderia/deveria ter.

O movimento regulatório do Plano Real embora levasse à perda de receita inflacionária (*floating*), as receitas advindas do crédito aumentaram significativamente devido ao crescimento econômico. Entretanto, enfatiza-se a elevada taxa de juros, bem como o *spread*

praticado pelos bancos, que, somado à crise Mexicana de 1995, resultou em elevação das taxas de juros, aumento da inadimplência e redução do ciclo de expansão do crédito (PUGA, 1999; CAMARGO, 2009).

Para combater os resultados dessa conjuntura, inicia-se a modificação do sistema operacional bancário, reduzindo despesas administrativas, utilizando informatização e o *e-banking*. Diversos fatores levaram ao aumento da receita bancária, como o aumento da receita de serviços, ganhos com operação em moeda estrangeira, bem como as receitas do crédito. Camargo (2009) resume que, se fora a instabilidade inflacionária que alimentou as receitas bancárias antes de 1994, foi a instabilidade do balanço de pagamentos que o fez posteriormente.

O discurso dos países em desenvolvimento, que justificava a internacionalização bancária, era o da busca por maior eficiência (no ocidente) e solucionar crises financeiras (no oriente), sendo que a força motriz dessas modificações foram as próprias instituições ou oportunidades geradas pelos governos. Entretanto, na América Latina, bem como em outros países em desenvolvimento, a explicação era, além da eficiência, melhor regulamentação e aumento do fluxo de capitais. Esse movimento teve como força motriz o Fundo Monetário Internacional (FMI), que utilizou tal discurso, bem como as crises financeiras que ocorreram no final do século nos países em desenvolvimento, para implantar a internacionalização (CAMARGO, 2009).

Considerando o contexto de reformas e busca pela retomada do controle, inicia-se o processo de abertura do setor bancário, desnacionalização dos bancos, sendo o último via privatizações, e o primeiro aceitando a entrada de investimento/aquisição de capital estrangeiro no setor bancário, alimentando a esperança de ampliação da qualidade dos serviços oferecidos, inovação tecnológica e processual. Naquele momento, ressalta Camargo (2009), existia um volume de bancarização muito baixo, bem como Crédito/PIB e depósito/PIB, o que fora um atrativo aos bancos internacionais, que vieram principalmente da Europa. Mas há de se destacar que a melhoria do setor bancário não se deve à consolidação/internacionalização, mas ao processo de reestruturação, regulamentação, investimento governamental e investimento do setor privado nacional.

Conforme BCB (1998), a reestruturação da economia brasileira modificou o cenário em que atuavam as instituições financeiras, pois a abertura comercial revelou uma certa ineficiência em alguns setores domésticos, que somados aos cortes de subsídio, geraram aumento da inadimplência no sistema bancário. Esses fatores, somados à política monetária restritiva pós-Plano Real, revelaram a fragilidade de algumas instituições do setor bancário.

Considerando o problema de insolvência de instituições financeiras, tomam-se, por intermédio do CMN e do BCB, medidas para reestruturar e fortalecer o sistema financeiro, como a instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e a criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Marques (2019) ressalta que esses programas e mudanças do sistema financeiro brasileiro culminaram na redução da participação de bancos públicos e na concentração bancária. Esse processo se deu pela incorporação e aquisições de pequenas e médias instituições por conglomerados financeiros brasileiros e internacionais, bem como pela fusão de grandes bancos.

Para Puga (1999), a entrada dos bancos estrangeiros estava colaborando para a melhoria do setor financeiro, pois estimulava os bancos nacionais a melhorarem sua gestão, tornando-se mais competitivos. Já Camargo (2009) enfatiza que foi já no começo dos anos 2000 que as expectativas criadas começaram a ruir, pois não ocorreu o processo de ampliação da concorrência, nem inovações que reduzissem os custos, mas os bancos estrangeiros assimilaram rapidamente o modelo brasileiro, que, somado à redução da concorrência bancária, levaram a maiores *spreads* bancários.

Os efeitos da internacionalização foram diferentes entre os países, sendo que, nos países desenvolvidos, a consolidação dos bancos levou a um processo de melhoria, economia de escala e escopo, e embora tenha ocorrido a redução no número de bancos, não aumentou a concentração bancária. Já nos países em desenvolvimento, a internacionalização causou concentração bancária, e embora os bancos melhoraram sua eficiência no sentido microeconômico, com menores custos, renegaram seu papel no desenvolvimento (CAMARGO, 2009).

Enquanto se esperava que os bancos estrangeiros direcionassem seus esforços à concessão de crédito às firmas e indivíduos, esses assumiram a mesma posição dos bancos nacionais, concentrando-se em atender um público com características de alta renda, direcionando seus passivos aos títulos do governo.

Essa escolha por parte dos bancos culminou em uma relação crédito/PIB estagnada do começo do século XXI até o final da primeira década. Os bancos estrangeiros não corresponderam às expectativas, não elevando o crédito, não melhorando a eficiência operacional, não reduziram o custo e perderam em melhorias para os bancos privados nacionais (CAMARGO, 2009).

### 3.5 TRANSFORMAÇÕES RECENTES: DE UMA CRISE À OUTRA (2008–2021)

Farhi e Prates (2018) descrevem que os bancos são as únicas instituições financeiras do Sistema Financeiro que além da intermediação financeira atuam como criadores de moeda. Essa característica é parte do processo evolutivo do sistema financeiro, que se inicia com pequenos bancos e, dada a necessidade de melhorar a regulamentação e fiscalização sobre sua atuação, se desdobra na criação de um Banco Central. Esse processo, que evolui desde o mercantilismo, culminou no século XX, dada a internacionalização e a globalização, na preocupação do funcionamento de um país para com o outro. Isto levou ao surgimento de órgãos internacionais como o FMI, bem como de acordos internacionais como os de Basileia. O fim dessa história é o começo de uma nova, no qual o aumento da concorrência leva à necessidade de uma nova estrutura de atuação, inovadora, que utilizasse da tecnologia.

Essa evolução, permitida pela expansão da internet, da tecnologia da informação e do processamento de dados, cria um processo de ampliação gigantesca das relações monetárias intranacionais e internacionais, aumentando o volume de crédito, mas também ampliando os riscos. Nesses processos, instituições financeiras não bancárias são detidas da possibilidade de usar derivativos de crédito dos bancos para oferecer crédito de forma lucrativa, com pouco valor por parte dos bancos sobre os riscos dessas operações. Embora não seja o objetivo desse trabalho destacar como esse último processo evoluiu até a crise financeira de 2008, Farhi e Prates (2018) o fizeram bem.

Os resultados da crise de 2008, ou do *subprime*, para a nova estruturação do sistema financeiro foram vários. Um dos principais desdobramentos levou, fora as recomendações do FMI, do G20 e das leis Estadunidenses, ao Basileia III – um conjunto de recomendações em resposta à crise financeira internacional de 2007/2008 (BCB, 2022). O acordo foi divulgado pelo Comitê de Basileia em 2010, e busca melhorar a capacidade de as instituições financeiras lidarem com flutuações do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, diminuindo o risco de propagação de crises financeiras para a economia real.

Silva *et al.* (2016) mostraram que o Brasil criou resoluções próprias que permitissem atuações prudenciais, também com o enfoque de mitigar processos que coloquem em risco a solidez, a estabilidade e o funcionamento do sistema financeiro. Segundo os autores, em 2012, o FMI e o Banco Mundial descreveram o Brasil como estável e em acordo com Basileia III.

Accorsi (2014), tendo como objetivo vislumbrar as próximas tendências do sistema bancário, em especial da atuação dos bancos, ressalta que a preocupação naquele momento era em como evoluir a partir das tecnologias da informação já utilizada pelos bancos, mas com a

solidez e estabilidade solicitada pelos órgãos regulatórios. Meirelles (2010), o setor bancário é um dos ramos mais informatizados e que mais investem em Tecnologia de Informação (TI), buscando lucratividade, vantagem competitiva e uma estrutura de serviços e custos diferente.

Segundo Demirgüç-Kunt, Klapper e Singer (2017), os avanços na tecnologia ampliaram a prestação de serviços financeiros e continuarão a mudar a forma como os serviços financeiros serão prestados. À medida que os serviços financeiros mudam, também pode mudar seu vínculo potencial com o desenvolvimento econômico, as dimensões que ele considera e o público ao qual se aplica.

Jünger e Mietzner (2019) abordam que a inserção tecnológica, mudanças estruturais e de paradigmas influenciam todas as áreas, mas o setor bancário é afetado diretamente por essa nova realidade, com sistemas digitais de consultoria e negociação, inteligência artificial e aprendizado de máquina, empréstimos ponto a ponto, financiamento coletivo, sistemas de pagamento móvel e até mesmo novas capacidades monetárias. Esse processo levou a surgir outro participante na estrutura bancária, mas vinculado à tecnologia, que é conhecido como Banco Digital.

### **3.5.1 Bancos Digitais ou *Fintechs***

As *fintechs* são empreendimentos que trazem inovação a pessoas e empresas, unindo tecnologia e serviços financeiros. Essas atuam desde a busca por melhorar o processo, a utilização, até os custos ou a experiência do cliente. Os bancos digitais são instituições financeiras que oferecem produtos e serviços a seus clientes com uma interação digital, desde a abertura de contas, solicitação de documentação, assinatura de termos e contratos, contratação e cancelamento de produtos e serviços, dúvidas e auxílio aos clientes e até solução de problemas por diversos canais não físicos (BERTI; ORSO, 2019).

Marques (2019) afirma que os bancos digitais nacionalmente foram passíveis de criação e atuação por meio da Lei 12.685 de 2013 que dava caráter de instituições de pagamentos, não reguladas pela Resolução 2.025 de 1993 que dita a documentação e os meios para abertura de contas, os bancos digitais puderam criar, utilizando a tecnologia, uma forma menos burocrática e mais acessível ao público, com mais serviços, melhores preços e formas mais dinâmicas e eficientes. Isso levou a impactos nos bancos tradicionais, que até mesmo passaram a oferecer contas digitais para suprir as necessidades de seus clientes que estavam optando por bancos digitais, bem como ampliaram seus investimentos em TI e buscaram maiores inovações, melhores serviços, o que pode ser visto como uma ampliação da concorrência.

Marques (2019) reitera que, antes dos bancos digitais, o cliente desgostoso com os serviços bancários só possuía dois caminhos, a troca de instituição financeira ou a atuação informal. A inovação dos bancos digitais se dá por diversas vias. A primeira é atuando diretamente com um nicho de mercado composto por clientes descontentes com “o tempo perdido” em filas de bancos para realização de atividades simples. A segunda é a redução drástica dos custos de aquisição e manutenção de uma conta corrente. O terceiro é pela inserção de um grupo de indivíduos que não conseguiam lidar com a burocracia, com o volume de documentação necessária para abrir uma conta. Foi identificando essas lacunas do mercado que os Bancos Digitais começam não apenas a atuar, mas também causar sérios questionamentos dos clientes para com os bancos tradicionais.

Segundo os dados do BCB (2018), em 2017, cerca de 64% das transações foram realizadas utilizando *internet banking* ou *mobile banking*. Esse número pode ser ainda maior, se considerados os anos de 2020 e 2021, enquanto o país atravessava o distanciamento social por conta da pandemia da COVID-19. Por isso, Marques (2019) ressalta que serviços que outrora os bancos apenas disponibilizaram presencialmente foram incorporados por meio do *mobile banking* ou *internet banking*. Além disso, o autor reforça que ocorreu um processo de redução de agências bancárias, bem como o aumento no número dos bancarizados, realizando, nesse momento, a maior parte das transações por meio digital.

Berti e Orso (2019) afirmam que existem diversos bancos digitais no Brasil, que oferecem produtos e serviços tão diversos quanto qualquer banco tradicional. Alguns exemplos são cartões de débito e crédito, saque de recursos em caixas 24 horas, remuneração sobre depósito à vista, empréstimos e financiamentos, consórcios e seguros. Ainda, em geral, não são cobradas anuidades pelo cartão, nem cesta de relacionamento, e não cobram transações do tipo TED/DOC.

Bertelli Júnior *et al.* (2021) mostram que o advento das *fintechs* gerou diversas mudanças no setor financeiro, desde a tecnologia utilizada, estrutura de funcionamento e atendimento aos clientes, oferta de produtos e serviços financeiros, principalmente em relação aos custos. Frente a esse processo, os bancos tradicionais não apenas migraram serviços para seus *app* ou *internet banking*, mas segundo Carvalho (2020), eles têm investido em *fintechs* ou criado parcerias para ofertar produtos e serviços digitais a seus clientes, aos moldes dos bancos digitais. Contudo, a autora destaca que é importante aos bancos tradicionais gerenciarem os riscos de alinharem-se ou financiarem *fintechs*, sendo que esses riscos vão desde financeiros, como a liquidez dos empreendimentos, até o risco operacional de eficiência e segurança dos processos.

Martins *et al.* (2022) enfatizam que os bancos digitais têm sido utilizados como uma ferramenta essencial na promoção da inclusão financeira, pois são capazes de permitir operar formalmente indivíduos que possuam um celular e acesso à internet, mesmo que não esteja geograficamente próximo a um Banco Tradicional, além de reduzir os custos inerentes a esse processo, tornando os serviços e produtos financeiros mais acessíveis ao público mais vulnerável. No entanto, existem pontos a serem destacados que ainda limitam a atuação dos bancos digitais, como a necessidade de aparelho eletrônico e internet, bem como a ampliação de fraudes eletrônicas e roubo de dados.

### 3.5.2 Pandemia de Covid-19

Em março de 2020, foram notificados os primeiros casos de indivíduos contaminado com o Vírus SARS-CoV-2, conhecido popularmente como Coronavírus ou Covid-19. Esse vírus que atingiu todos os países do mundo levou a um processo pandêmico – a Covid-19, embora esse trabalho não tenha como objetivo evidenciar os desdobramentos dessa crise sanitária, que culminou na morte de mais de 699 mil brasileiros, de março de 2020 a março de 2023, segundo o Ministério da Saúde (2023), nem analisar o modelo de atuação do Governo.

Destaca-se dois pontos importantes para essa discussão da evolução do sistema financeiro e bancário, que foi o distanciamento social (bem como o *lockdown* aplicado) e o auxílio emergencial (não relacionado aos valores liberados, mas ao processo de acesso a esse auxílio).

Se por um lado, em condições normais, a inclusão financeira e a bancarização pela via-digital tem seus desafios, a necessidade de se adotar medidas de distanciamento social durante a pandemia impulsionou o uso de serviços remotos, dentre eles, os serviços bancários. Valle *et al.* (2020) concluíram com seu estudo que a quarentena acelerou o processo de bancarização e inclusão financeira, sendo que o estágio de desbancarizados na América Latina caiu de 45% para 34% na população adulta, os sub-bancarizados foram de 38% para 41%, enquanto os incluídos financeiramente passaram de 17% para 24%. Segundos os autores, a adesão a bancos digitais também aumentou durante a pandemia.

No Brasil, o distanciamento social modificou as estruturas de atendimento ao cliente, de venda e entrega de mercadorias, bem como de pagamentos de bens e serviços. Ocorreu nesse período a ampliação dos serviços de entrega, do *e-commerce*, dos aplicativos de *delivery* que, além de expandirem serviços de entrega de alimentos, migraram para outros setores, como mercado, farmácia, bem como produtos para *Pets* (animais de estimação).

Além disso, diversos serviços foram fechados ou limitados, como lojas, *shoppings*, parques, bem como bancos, lotéricas e postos de atendimento. Esses dois movimentos levaram à expansão na busca e utilização de meios de pagamentos digitais, como o uso do pagamento eletrônico por meio de cartões de crédito e débito, bem como na necessidade de utilização de aplicativos bancários para os pagamentos de boletos e cobranças. Isso levou a um aumento na bancarização, bem como no uso de meios digitais, sejam por meio de bancos tradicionais ou digitais.

Dada a crise gerada pela pandemia, em que há necessidade de recorrente *lockdown*, ou da redução ou limitação de serviços, ocorreu um processo de redução de renda, seja por parte dos empresários que fecharam seus comércios e empresas devido à limitação ou redução no material necessário à produção, seja pelos empregados que foram dispensados ou tiveram sua carga horária (e remuneração) reduzidas.

Nesse processo, como forma de mitigar os efeitos na redução na renda, o Governo Brasileiro propôs um projeto de auxílio aos indivíduos desempregados com caráter emergencial, sendo popularmente conhecido como Auxílio Emergencial. Segundo o Ministério da Cidadania (2021), o auxílio emergencial é um benefício com objetivo de garantir uma renda mínima aos brasileiros durante a pandemia da Covid-19. O que é importante destacar é que, para receber esse auxílio, foi necessário realizar o cadastro junto ao sistema da Caixa Econômica Federal, sendo que todos os participantes tiveram um conta digital aberta no “Caixa Tem”, aplicativo de meios de pagamento da Caixa.

Embora seja possível destacar os diversos problemas enfrentados pelos usuários do *app*, ou ainda as filas imensas nas Caixas Econômicas e posteriormente nas Lotéricas, a Caixa Econômica Federal (2020) destaca que, por meio do aplicativo Caixa Tem, 109 milhões de Contas Poupanças Sociais Digitais foram abertas para pagamento dos principais benefícios sociais do Governo Federal. Foram 38 milhões de novos bancarizados que conseguiram fazer operações financeiras como transferências bancárias, pagamentos, compras por meio do cartão de débito virtual e saques, entre outros serviços.

O aplicativo, segundo a entidade, passou de meio de pagamento de benefícios sociais para um instrumento bancário de inclusão popular. Alguns dados apresentados impressionam, sendo que, de 2020 a 2022, foram 415 milhões de *downloads* do *app*, 6 bilhões de transações, 310,2 milhões de transações via PIX – modelo de pagamento que será discutido na próxima seção – 297 milhões de compras em estabelecimentos comerciais com o cartão de débito virtual, 250,2 milhões de operações de pagamentos de contas e boletos e 185,7 milhões de saques por

meio do aplicativo, bem como 69,9 milhões de transferências bancárias (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

Fica evidente, portanto, que entre os anos de 2020 e 2022 houve uma aceleração do grau o processo de bancarização no país, bem como na América Latina. Como mostrado por Valle *et al.* (2020), na região, o processo de inclusão financeira evoluiu de forma mais tímida, entretanto, observa-se que, no Brasil, houve uma redução de 73% do número de desbancarizados.

### 3.5.3 Outras evoluções recentes

Em 2019, o BCB lançou a agenda BC#, substituindo a agenda BC+ lançada em 2016, que é um conjunto de atuações centrada na evolução tecnológica para tratar questões estruturais do sistema financeiro. Acrescentando novas dimensões e fortalecendo as dimensões anteriores, busca a queda no custo do crédito, a modernização da lei e a eficiência no sistema. O objetivo dessa é facilitar o acesso aos mercados financeiros, incentivar a concorrência nos Sistemas Financeiro e de Pagamentos, melhorar a transparência, a qualidade e o fluxo das informações de mercado e do BCB, estimular a poupança e a participação consciente no mercado, promover finanças sustentáveis e contribuir para redução de riscos socioambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro (BCB, 2023).

Em 2021, ainda em meio à pandemia, o Brasil, por meio do BCB, lançou um projeto chamado de *Open Banking*, sistema financeiro aberto, cujo objetivo é possibilitar que as informações sobre os clientes possam ser compartilhadas entre diferentes instituições autorizadas pelo Banco Central, desde que o cliente deseje e autorize tal movimento (BCB, 2021).

O projeto, segundo o BCB (2021), visa permitir a oferta de conjuntos personalizados de produtos e serviços financeiros por diversas instituições, ou a movimentação de suas contas bancárias por diferentes plataformas, de forma segura, ágil e conveniente, gerando concorrência e estímulos à redução de custos inerentes aos serviços financeiros.

Ribeiro e Bagnoli (2020) descreveram *ad hoc* como era a perspectiva das possibilidades desse projeto, até então em construção. Para os autores, alguns efeitos iniciais seriam possíveis, como o aumento da variedade de produtos e serviços, ganhos de eficiência, aumento do poder de escolha dos clientes e redução de riscos processuais, devido à necessidade de adequação às normas e regulações. Por outro lado, ele aumenta o risco da atuação de terceiros não financeiros, riscos cibernéticos, de lavagem de dinheiro e fraudes, perda de exclusividade por parte das

instituições bancárias. Por fim, os autores destacam a importância do investimento em tecnologia e do conhecimento dos usuários sob o *open banking*.

Em 2021, ao lançar o Projeto, o BCB o dividiu em etapas e subetapas. Quatro são as etapas principais: (i) Disponibilização de informações das Instituições para com o Cliente; (ii) Compartilhamento de dados cadastrais e transacionais sobre serviços bancários tradicionais (contas, crédito e pagamentos); (iii) Início de transações de pagamento de Pix por iniciadores de transação de pagamento, com a entrada gradual dos demais arranjos de pagamento; (iv) Compartilhamento de informações sobre produtos de investimentos, previdência, seguros, câmbio, entre outros, ofertados e distribuídos no mercado. Todas as etapas foram lançadas, entretanto, a última etapa, até o momento em que esse trabalho está sendo escrito, não está finalizada (BCB, 2021).

Embora todas as fases tenham um papel importante, o “Pix”, pagamento instantâneo brasileiro, meio de pagamento criado pelo BCB, é sem dúvidas o produto nascente do projeto “*Open Banking*” que o público mais utilizou (BCB, 2022), sendo prático, rápido e seguro (embora não excluídos da possibilidade de fraudes e golpes).

O BCB (2022a) traz dados sobre o Pix, que desde a sua criação teve mais de 469 milhões de chaves<sup>7</sup> cadastradas, sendo que, dessas, mais de 95% são de Pessoas Físicas. Já usuários cadastrados (contatos por CPF ou CNPJ) em junho de 2022 marcou mais de 130 milhões (aproximadamente 93% na pessoa Física). Nesse mesmo mês, foram transacionados 889 bilhões de reais, em 1.930 bilhões de transações, com 86% feitos por pessoa física.

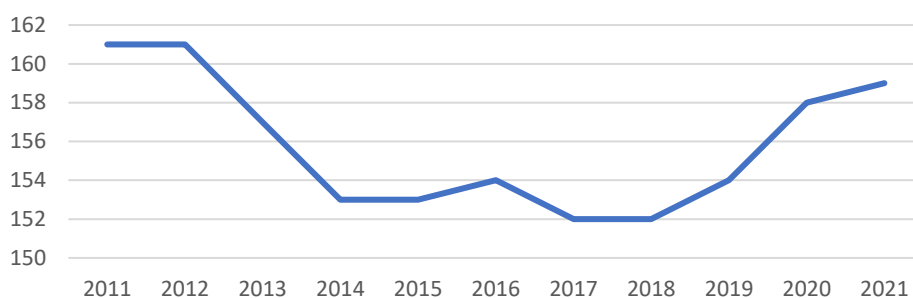
### 3.6 INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OPERACIONAL BANCÁRIA (2011–2021)

A literatura que relaciona o sistema financeiro nacional à inclusão financeira destaca alguns indicadores do SFN que impactam, direta ou indiretamente, na inclusão financeira. Alguns desses serão apresentados nessa seção, buscando avaliar como evoluíram de 2011 a 2021. Iniciando pelo número de bancos autorizados a operar no Brasil, apresentado na figura 3, denota-se que este caiu de 2011 a 2018, quando atingiu o menor número de instituições da série, 152 bancos. No período subsequente, de 2018 a 2021, o volume de instituições bancárias voltou a aumentar: 4,6%.

---

<sup>7</sup> Número de Identificação para envio/recebimento de valores via Pix.

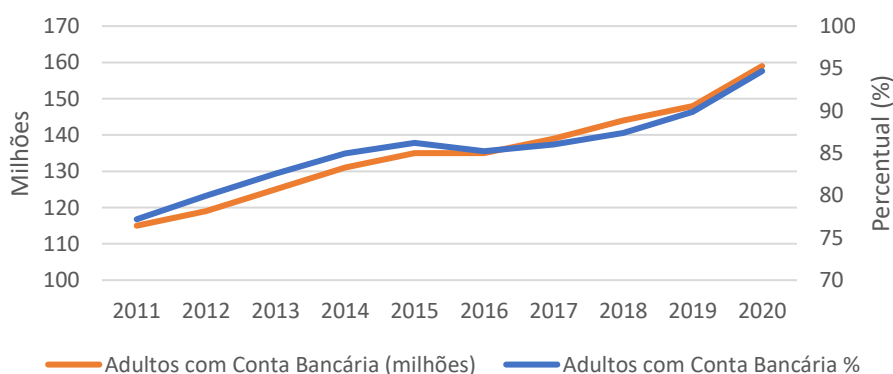
Figura 3 – Número de Bancos Autorizados no Brasil de 2011 a 2021



Fonte: elaboração própria com dados do BCB (2022c).

O segundo indicador a ser apresentado é a bancarização dos adultos brasileiros, mostrado na figura 4, tanto em valores brutos, quanto relativos. Em relação ao número de adultos bancarizados, o Brasil aumentou 38,3% de 2011 a 2020, passando de 115 (cento e quinze) milhões para 159 (cento e cinquenta e nove) milhões, o que indica uma melhora na inclusão financeira. Destaca-se que, de 2019 para 2020, o número de adultos com conta aumentou 7%.

Figura 4 – Adultos com conta bancária (milhões e %) de 2011 a 2021

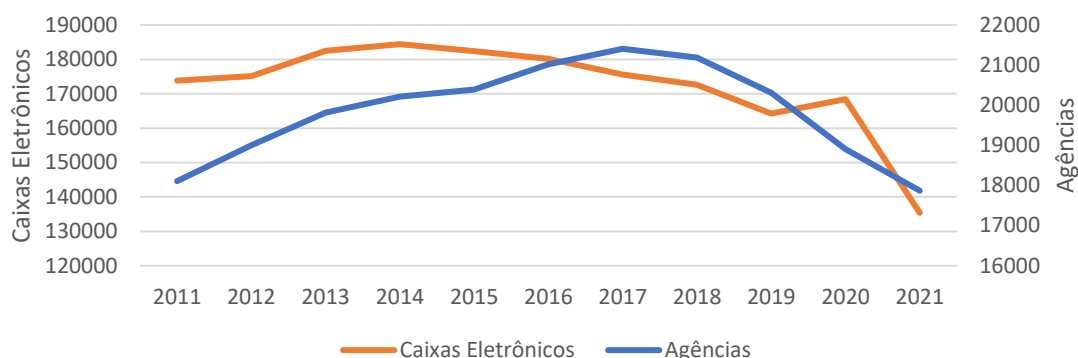


Fonte: elaboração própria com dados do BCB (2022c).

Quando se analisa em termos relativos, o Brasil ampliou muito a bancarização, saindo de 77,19% em 2011 para 94,69%, melhorando 22,7% em 10 anos, sendo que, desses, 5,3% foram de 2019 para 2020.

A Figura 5 apresenta o número de caixas eletrônicos e agências bancárias no Brasil. As agências bancárias aumentaram até 2017, quando atingiu o maior número da série (21.408 agências), entretanto, as agências começaram um processo de redução desse número após 2017, chegando em 2021 com o menor número da série (17.870 agências).

Figura 5 – Caixas Eletrônicos e Agências no Brasil de 2011 a 2021

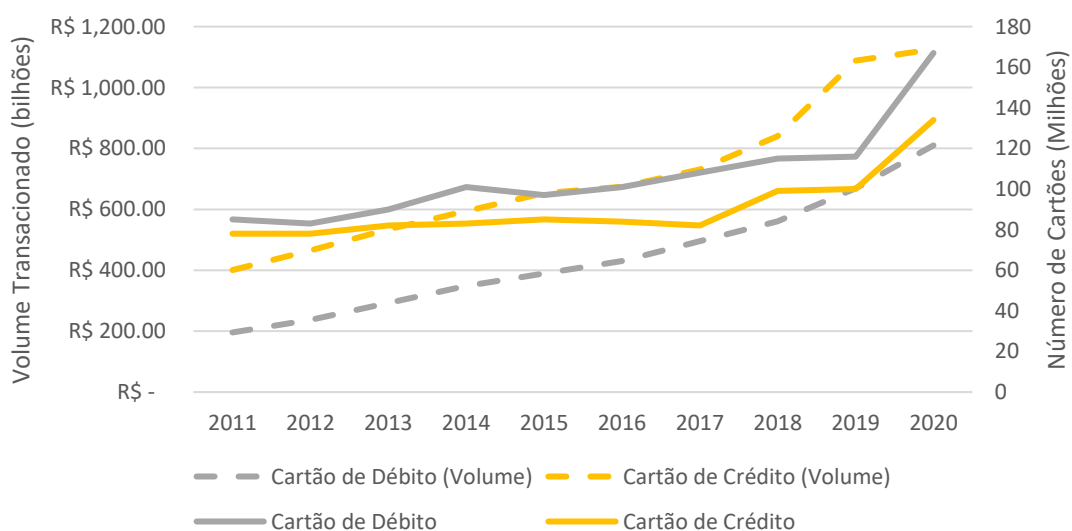


Fonte: elaboração própria com dados do BCB (2022c).

Os caixas eletrônicos, por outro lado, aumentaram até 2014, entrando em um processo de redução já em 2015 que se estendeu até 2021, quando o número de caixas eletrônicos foi o menor da série.

Por fim, a Figura 6 traz o volume de transações de cartão de crédito e débito, bem como o número de cartões emitidos (ativos). O número de cartões é representado pelas linhas contínuas, enquanto o volume é representado pelas linhas tracejadas. Em relação ao número de cartões ativos, nota-se que este vem crescendo continuamente desde 2011, tanto para crédito quanto para débito, sendo que já cresceu ao longo dessa série 96,5% para o cartão de débito e 71,8% para o cartão de crédito.

Figura 6 – Utilização de Cartão de Crédito e Débito no Brasil de 2011 a 2021



Fonte: elaboração própria com dados do BCB (2022c).

Analisando-se o volume transacionado por esses produtos financeiros, tanto o cartão de crédito quanto de débito tiveram aumentos de 2011 a 2020. Todavia, enquanto o cartão de crédito aumentou 181% no volume transacionado, o cartão de débito aumentou 313,5%.

Esses dados revelam a tendência de queda de serviços presenciais (como agências e caixas eletrônicos), que diminuíram no Brasil ao longo desses 10 anos, de um lado, e o aumento do número de bancarizados, bem como o volume de serviços bancários utilizados, de outro. Tal fato é explicado pelos movimentos de digitalização do sistema bancário, como destacado, e que, em conjunto com contas digitais, meios de pagamento instantâneos e conexão com *internet*, têm acelerado os processos bancários, reduzido a burocracia e tornado mais prático e acessível o sistema financeiro.

### 3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O sistema financeiro nacional sofreu modificações importantes desde a criação do primeiro banco em 1808. Cabe destacar que até 1902 as relações bancárias se resumiram ao fechamento e abertura dos bancos. É após 1902 que o sistema bancário começa a ser estruturado, sendo que até 1964 algumas peças fundamentais foram criadas como os órgãos regulatórios. Desse ano até 1994, o sistema financeiro nacional ganhou as principais instituições e ferramentais que até hoje formam nosso sistema como CMN, COPOM, SELIC, CDI.

O Plano Real, seguindo as mudanças internacionais de regulação e abertura, gerou um processo diferente do esperado, ou mesmo ocorrido nos países desenvolvidos. Embora a regulamentação melhorou a qualidade e estabilidade financeira do país, a abertura aos bancos internacionais causou um movimento de fusões e aquisições que se verteu em uma concentração bancária no país. Além disso, embora se acreditasse que a concorrência melhoraria os preços, bem como o volume de produtos e serviços financeiros, como crédito e investimento, os bancos internacionais se aproveitaram das altas taxas de juros dos títulos do Governo e não ampliaram os serviços aos clientes.

A crise de 2008, ou crise do *subprime*, trouxe modificações às regulamentações nacionais e internacionais sobre a atuação bancária e a concessão de crédito. Contudo, foi em 2013 que ocorreu um processo revolucionário para os bancos, com a regulamentação de meios de pagamentos digitais com baixa burocracia. Esses meios de pagamentos, conhecidos como bancos digitais, ofereceram os mais diversos produtos e serviços com custos de aquisição e manutenção de conta corrente acessíveis (ou zerados), além de ofertar crédito e remuneração de depósitos à vista, entre outros benefícios, como baixa necessidade de documentação e

relação integralmente digital. Esse movimento levou também a modificações na atuação dos bancos tradicionais, e em 2017 mais de 60% das transações já eram realizadas por *mobile banking* ou *internet banking*.

Os bancos digitais têm sido fundamentais para o processo de bancarização e inclusão financeira, pois reduzem as restrições a possuir uma conta, a possuir um *smartphone* e *internet*, com valores acessíveis e produtos com qualidade. Outro processo que acelerou o uso dos bancos digitais, *mobile banking* e *internet banking* foi a pandemia da Covid-19, que teve como política de combate o distanciamento social e o *lockdown*. O resultado foi o aumento do *e-commerce* e *delivery*, bem como da utilização de cartão de crédito e débito e dos pagamentos de boletos pelos *smartphones*.

Ainda, dois destaques devem ser dados acerca da evolução do sistema financeiro e inclusão financeira. O primeiro é a bancarização em massa, ocorrida por meio dos cadastros dos beneficiários de auxílios do governo e a abertura de conta poupança digital por meio do *app* Caixa Tem. O segundo é o Pix, meio de pagamento instantâneo do BCB, parte da política de abertura financeira, *open banking*. O Pix, vale notar, já é utilizado por mais de 118 milhões de brasileiros e movimenta mais de 889 bilhões de reais em transações rápidas e seguras.

Por fim, vale notar que, embora as atividades bancárias presenciais, como agências e caixas eletrônicos, tenham diminuído nessa última década, o volume de produtos e serviços bancários aumentou, tendo como fator explicativo principal o processo de digitalização do sistema financeiro, com todas as mudanças já destacadas, aceleradas, principalmente, no contexto pandêmico.

## 4. EVIDÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS DA INCLUSÃO FINANCEIRA (2011–2021)

### 4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO

A inclusão financeira tem sido cada vez mais reconhecida como uma ferramenta importante para o desenvolvimento. Não obstante, mensurar a inclusão financeira, suas causas e implicações não é uma tarefa simples, o que tem levado os pesquisadores à busca por identificar as causas da exclusão financeira, que seria a primeira parte do processo. Recentemente, a literatura passou a explicar a inclusão financeira com base na estrutura macroeconômica do país, considerando, principalmente, os quatro pontos fundamentais da inclusão financeira, a saber: acesso, uso, qualidade e bem-estar, esse último, o mais difícil de se mensurar (LAPUKENI, 2015; AFI, 2010).

É nesse contexto que surgem estudos tentando mensurar a estrutura dos países em relação a esses quatro tópicos e evoluindo para a construção de indicadores comparáveis de inclusão financeira. Por outro lado, outras frentes têm se concentrado em analisar como a inclusão financeira impacta no nível macroeconômico, no desenvolvimento dos países, de forma geral, relacionando variáveis que remetem ao acesso/uso e variáveis como crescimento econômico ou IDH<sup>8</sup>.

Nacionalmente, alguns estudos têm seguido a literatura internacional, buscando comparar a inclusão financeiras entre os estados, seja comparando as estruturas de acesso/uso, seja por meio de índices comparáveis. Outros têm buscado compreender o processo de exclusão financeira do Brasil, suas principais causas e possíveis formas de correção.

O presente capítulo está estruturado como segue. Após essa breve introdução, a seção dois trata dos principais métodos de mensuração utilizados em pesquisas empíricas sobre o tema da inclusão financeira. A seção três realiza uma revisão de literatura nacional e internacional, destacando os principais resultados dos estudos em questão. A seção quatro realiza uma análise descritiva dos dados, principalmente, diferenciando pelas características do indivíduo, o uso de serviços bancários, os motivos para não ter uma conta em instituições formais, dentre outros aspectos. Por fim, são apresentadas as considerações finais do capítulo.

---

<sup>8</sup> Criado em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) objetiva medir e classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. O IDH tem uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. É um índice composto por três dimensões: saúde, renda e educação (MOTA, 2022)

## 4.2 MEDIDAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA

As abordagens empíricas sobre a inclusão financeira se debruçam em métodos quantitativos. Em geral, Lapukeni (2015) destaca que grupos de pesquisa têm diferenciado a inclusão em três estágios, sendo: o (i) acesso: disponibilidade de serviços financeiros formais regulamentados, sendo a acessibilidade de proximidade física (ou digital); (ii) uso: utilização real de serviços e produtos financeiros, considerando frequência ou regularidade do tempo de uso; e (iii) qualidade: visualizando os produtos bem adaptados às necessidades do cliente, com segmentação adequada para desenvolver atendimento para todos os níveis de renda.

A AFI ressalta que a inclusão financeira pode ser mensurada de diversas formas, sendo quatro principais. Além dos três apresentados por Lapukeni (2015), acrescenta-se o bem-estar, sendo o mais difícil de mensurar, pois busca o impacto que um dispositivo ou serviço financeiro teve na vida dos consumidores, incluindo mudanças no consumo, na atividade comercial e no bem-estar (AFI, 2010).

Koker e Jentsch (2013) mostraram em sua pesquisa que não é apenas a criação ou utilização regular de uma conta bancária que permite dizer que o agente não está operando em meios informais, uma parte da população continua a usar serviços informais, apesar de ser bancarizada. Assim, aumento no acesso a serviços formais não resultou, portanto, em uma redução imediata do uso de serviços informais.

Uma abordagem tangente à inclusão financeira, abordada com mais afinco no país, é a cidadania financeira. Essa proposta feita por Crocco, Santos e Figueiredo (2013) traz uma metodologia que classifica os indivíduos entre os que gozam de plena cidadania financeira e outros com cidadania financeira limitada ou inexistente. O primeiro grupo tem acesso pleno e irrestrito aos produtos e serviços financeiros, podendo explorar toda a potencialidade que isso representa em termos de acesso a crédito e/ou aplicação de recursos para rentabilizar suas reservas financeiras. Já o segundo refere-se aos que são bancarizados, mas que acessam os produtos e serviços de forma restrita (*underbanked*). Há ainda o grupo dos que não gozam de cidadania financeira por não terem uma conta bancária ou não tem acesso a nenhum produto ou serviço de instituições financeiras (*unbanked*). Os indivíduos nas situações *underbanked* ou *unbanked* podem ser levados a procurar alternativas em mercados informais e de custos excessivos, contribuindo, assim, para potencializar a fragilidade de sua situação e para a elevação de seu endividamento.

Valle *et al.* (2020, p. 16) ressaltam a existência de um processo com diferentes estágios de inclusão financeira, o qual pode ser trabalhado em consonância com a cidadania financeira.

Nas palavras dos autores, “*a verdadeira inclusão é uma jornada que se desenvolve ao longo da vida financeira dos consumidores*”. Essa jornada se inicia na transição entre a não bancarização e a abertura de uma conta, e, como observado, o indivíduo inicialmente não tem estudo financeiro, conhecendo apenas o dinheiro, é indisposto a usar uma conta bancária. A partir de um certo momento (dado a necessidade), ele tem acesso a um serviço financeiro, mais sua preferência pelo dinheiro ainda é maior. Com o tempo, informação e educação financeira, ele passa a utilizar alguns serviços bancários (poupança, cartão de crédito) em volumes baixos (vezes por seu histórico – problemas de acessibilidade – outras por escolha própria). Esse estudo denominou essa parcela de indivíduos de sub-bancarizados.

Entretanto, mensurar a inclusão financeira, bem como os fatores que a impactam ou os quais ela impacta tem sido abordado de diferentes formas na literatura. Algumas formas merecem ser destacadas antes de se estabelecer os principais resultados da literatura. Três formatos são encontrados recorrentemente aplicados à inclusão financeira, sendo esses: a (i) construção de indicadores ou índices de inclusão financeira, (ii) modelos de maximização baseados na utilidade de agentes incluídos (ou não) financeiramente e (iii) o uso de *proxies* de inclusão financeira para mensurar relações entre essa e outras variáveis.

#### **4.2.1 Indicadores e Índices de Inclusão Financeira**

Os indicadores e índices são utilizados no estudo de inclusão financeira a nível macroeconômico, ou regional, constituídos por variáveis de acesso, uso e qualidade, que permitem comparação entre estados, regiões ou países estudados.

O primeiro índice de inclusão financeira foi construído por Sarma (2008), que apresentou três dimensões para tal construção. A primeira dimensão foi a penetração bancária, sendo que para essa foi utilizada a proporção de indivíduos com conta bancária. A segunda dimensão foi a disponibilidade de serviços bancários, utilizando o número de agências bancárias por 1.000 habitantes. A terceira dimensão foi o uso, que segundo o autor, foi motivado devido à existência de sub-bancarizados, sendo usadas variáveis como crédito e depósitos em relação ao PIB. Utilizando a distância euclidiana, o autor conseguiu classificar os países em relação à inclusão financeira.

Chakravarty e Pal (2010) buscaram relacionar a abordagem de medição axiomática desenvolvida na literatura para o IDH ao modelo medição da inclusão financeira. Ampliando o trabalho de Sarma (2008), como uma abordagem de construção do índice pelo método de

Análise de Componente Principal<sup>9</sup> (PCA), os autores desenvolvem uma estrutura conceitual para agregar dados sobre serviços financeiros em diferentes dimensões. Esse modelo se diferencia do de Sarma (2008) pela possibilidade de “quebrar” o índice em partes, permitindo identificar as dimensões de inclusão que são mais/menos suscetíveis à inclusão geral e, portanto, isolar as dimensões que merecem atenção de uma perspectiva política. Os autores também ampliam as variáveis considerando penetração bancária e disponibilidade de forma demográfica (por pessoas) e geográficas (por Km<sup>2</sup>).

Sarma, Road e Pais (2008) replicam o índice construído por Sarma (2008) e relacionam esse indicador ao IDH, buscando mensurar a relação entre esses índices, que como mostrado pelos autores foram positivos. Enquanto isso no Brasil, o BCB (2010) replica o índice de Sarma, Road e Pais (2008) para analisar a evolução da inclusão financeira no país de 2000 a 2010.

Lenka e Bairwa (2016) também construíram um índice de inclusão financeira, formado por três dimensões, contendo dois fatores cada. Em resumo, seu Índice de Inclusão Financeira compreende três dimensões e seis fatores. As três dimensões são: geográfica (considerando número de agências e número de caixas eletrônicos por 1.000 km<sup>2</sup>), demográfica (considerando o número bancos e caixas por 100.000 adultos) e volume (crédito e depósito bancário em % PIB).

Cámara e Tuesta (2014) utilizaram informações do lado da demanda e da oferta para medir a extensão da inclusão financeira em nível de país para oitenta e dois países desenvolvidos e em desenvolvimento, propondo um índice multidimensional para inclusão financeira, considerando três dimensões: uso, acesso e barreiras. Os pesos atribuídos às dimensões são determinados endogenamente, empregando-se uma Análise de Componentes Principais em dois estágios, sendo que os autores destacam que tal índice composto oferece uma medida abrangente do grau de inclusão financeira, fácil de entender e calcular. Para mensurar o acesso, os autores seguiram o padrão estabelecido até então, já para mensurar a dimensão de uso e as barreiras, eles utilizaram os dados do *Global Findex*, sendo o uso o número de indivíduos bancarizados, o número de indivíduos com poupança e empréstimo/crédito, enquanto a barreira foi o número de indivíduos que relataram como motivos de exclusão a distância, burocracia e falta de confiança.

---

<sup>9</sup> Técnica da estatística multivariada que transforma um conjunto de variáveis originais em outro conjunto de variáveis com dimensão semelhante denominadas de componentes principais. Cada componente principal é uma combinação linear das variáveis originais, independentes entre si e estimadas a fim de reter o máximo de informação, variabilidade dos dados (VARELLA, 2008).

Pieper, Matsuoka e Tillmann (2021) recorrem ao PCA, como proposto por Chakravarty e Pal (2010), para construir um índice de inclusão financeira para o Brasil, considerando as três dimensões: acesso, disponibilidade e uso. Sua análise se difere da original apenas pelo número de variáveis utilizadas e pela região explorada, isto é, os 26 Estados e o Distrito Federal. Timotio *et al.* (2018) replicam a mesma abordagem, diferenciando apenas as variáveis.

Timotio (2021) evolui para o Brasil a abordagem de Sarma (2008), ao usar a distância euclidiana para construir um índice de inclusão financeira para o País. Esse se diferencia de Sarma (2008) por construir três índices relacionados às dimensões de uso, acesso e disponibilidade, e depois usar esses três índices para a construção de um índice geral.

Anarfo *et al.* (2019) servem-se da técnica PVAR (Painel de Dados com Vetor Autorregressivo) para investigar a relação causal e dinâmica entre política monetária e inclusão financeira, especificando o comportamento endógeno entre política monetária e inclusão financeira. O estudo utilizou a técnica PCA para construir um índice de inclusão financeira composto por seis medidas escolhidas de inclusão financeira. Os pesquisadores modelam empiricamente a política monetária e a inclusão financeira, especificando a primeira como uma função de suas próprias defasagens, as defasagens do índice de inclusão financeira e as defasagens das variáveis controladas, com efeitos fixos específicos de tempo e país.

#### **4.2.2 Maximização de utilidade dos agentes incluídos financeiramente**

O modelo de maximização não é muito comum na literatura sobre a inclusão financeira, mas dois trabalhos se destacam, sendo esses o de Mehrotra e Yetman (2014) e Areosa e Areosa (2016). Os primeiros criaram um modelo baseado em Galí *et al.* (2004 *apud* MEHROTRA; YETMAN, 2014). O modelo consiste em dois tipos de consumidores, (i) os que estão financeiramente incluídos, economizam e acumulam capital, variando a acumulação e taxa em resposta a choques, a fim de suavizar o consumo e os (ii) consumidores financeiramente excluídos, que ganham apenas uma renda salarial e consomem toda a sua renda cada período. Depois, há empresas monopolisticamente competitivas que usam mão de obra e capital, ambos alugados dos consumidores, para a produção de bens finais diferenciados. Finalmente, existe uma autoridade monetária que define as taxas de juros para maximizar a soma ponderada do bem-estar das famílias incluídas e excluídas, onde os pesos são iguais à participação de cada tipo de consumidor na economia.

Com essa abordagem dos dois consumidores, Mehrotra e Yetman (2014) demonstraram que a razão entre a volatilidade do produto e a volatilidade da inflação está aumentando com

participação dos consumidores incluídos financeiramente na economia quando a política monetária é conduzida de maneira ótima. Quando analisados separadamente, as volatilidades caem, mas a razão entre elas aumenta, porque ao mesmo tempo em que buscam aumentar inclusão financeira, os bancos centrais de mercados emergentes buscam diminuir com outras políticas a volatilidade dos preços, seja explicitamente, por meio da adoção de metas de inflação, ou implicitamente, na gestão diária das condições monetárias.

Já Areosa e Areosa (2016) trabalharam com a desigualdade na estrutura padrão do Novo Keynesianismo, diferenciando agentes não qualificados, sem acesso ao sistema financeiro. A desigualdade é medida por um índice baseado nos consumos dos dois tipos de agentes, sendo que ela afeta tanto as equações estruturais quanto o objetivo da política monetária. Eles concluíram que ocorreu uma perda de bem-estar à medida que o tamanho do grupo de baixa renda aumentou. Além disso, eles destacam relação entre política monetária e desigualdade, em que a redução de famílias financeiramente incluídas provoca efeitos menores na política monetária, já que uma fração maior dos agentes não responde às variações das taxas de juros e apenas consome sua renda do trabalho.

Areosa e Areosa (2016) mostraram que a política fiscal se torna um instrumento mais relevante para afetar tanto a desigualdade quanto o hiato do produto e que o banco central reage mais a choques monetários (ou fiscais) quando aumenta o nível de agentes não qualificados (excluídos financeiramente). Outro ponto importante é que, com o aumento da exclusão financeira, aumenta a inflação e a desigualdade, enquanto diminuem o hiato do produto e a taxa de juros.

#### **4.2.3 Proxies para Inclusão Financeira e relações entre variáveis**

Alguns trabalhos buscam utilizar variáveis como *proxy* para inclusão financeira e avaliar o impacto dessas na economia. Essa categoria de trabalho contém diversas estruturas de relação e correlação, buscando relacionar inclusão financeira e política econômica, desenvolvimento e estabilidade.

Mbutor e Uba (2013) têm como objetivo verificar se o aprofundamento da inclusão financeira pode desempenhar um papel na implementação da política monetária na Nigéria. Considerando algumas variáveis como *proxy* de inclusão financeira e calculando os efeitos que teriam sobre o objetivo final da política monetária, o controle da inflação, concluiu que a inclusão financeira é uma verdadeira estratégia para melhorar a eficácia da política monetária. Seu modelo levou em consideração variáveis de acesso e uso, por meio de um modelo de

regressão (MQO), que relacionou a taxa de inflação a indicadores de inclusão financeira, tanto pelo lado da oferta, como número de agências bancárias e agregado de depósitos e empréstimos, quanto pelo lado da demanda, como o número total de empréstimos e adiantamentos de bancos comerciais como porcentagem do PIB. Como variáveis de controle, utilizou a taxa média de empréstimo dos bancos comerciais e a taxa de câmbio.

Lapukeni (2015) recorre à mesma abordagem de Mbutor e Uba (2013), entretanto, aplicando ao Malawi. O autor evidencia que, quando parte do sistema funciona fora do regime financeiro regulamentado, leva a prejuízos as autoridades monetárias para projetar uma política monetária consistente, bem como avaliar os efeitos preditivos dos instrumentos implementados. Os resultados encontrados apoiam a hipótese de que a falta de participação no setor financeiro provavelmente tornará a política monetária ineficaz. Quando aplicado os resultados de causalidade de Granger, mostram que a oferta de dinheiro, uma meta intermediária da política monetária, tem causalidade com os depósitos e empréstimos no sistema bancário. Sua conclusão é que se relativamente poucos dos participantes econômicos estão ativos no mercado, esses indicadores de transmissão da política monetária estarão em jogo apenas para eles e quaisquer efeitos colaterais nos mercados fora do sistema bancário formal são difíceis de contabilizar.

Evans (2016) realiza seu trabalho utilizando como *proxy* para inclusão financeira o número de depositantes em bancos comerciais (por 1.000 adultos). E por ser, segundo o autor, o principal objetivo da política monetária, o qual a inclusão financeira influencia, a estabilidade monetária e de preços, a inflação (ao consumidor) é usada como *proxy* para a eficácia da política monetária neste estudo. Já a oferta de moeda e a taxa de juros são utilizadas como variáveis de controle de modo a evitar o viés das variáveis omitidas.

Evans (2016) demonstra que para a África a inclusão financeira não é o que melhora a eficácia da política monetária. Ao contrário, a eficácia da política monetária é o motor da inclusão financeira. E como receita para aumentar a inclusão financeira, o autor destaca a necessidade de uma maior eficácia da política monetária, mas ressalva que os governos nacionais e instituições internacionais na África têm liderado importantes iniciativas de políticas para encorajar a inclusão financeira. Além de ferramentas que melhoram o acesso digital ao financiamento, sustentando a prestação de serviços financeiros a áreas remotas e modelos culturalmente adequados para aumentar as capacidades financeiras de populações com barreiras culturais/linguísticas e baixo nível de alfabetização.

Desse modo, é notório a variedade de aplicações e métodos utilizados na literatura para estudar a inclusão financeira, bem como relacioná-la a outras variáveis. A literatura

internacional e brasileira já realizou diversos estudos, sendo alguns apresentados na próxima seção, aplicando as metodologias destacadas.

### 4.3 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA

Os trabalhos sobre inclusão financeira, até a virada do século, não apresentavam essa nomenclatura, sendo realizados com temas adjacentes, como microcrédito, microfinanças e bancarização. É somente após a virada do século que essa nomenclatura passa a ser utilizada com mais frequência, quando os trabalhos empíricos sobre os efeitos da inclusão financeira em variáveis econômicas e sociais passaram a ser desenvolvidos. Na sequência, são destacados alguns destes trabalhos, no cenário internacional e para o contexto brasileiro. Uma síntese dos trabalhos analisados é apresentada no Quadro 1.

#### 4.3.1 Revisão da literatura internacional

Beck, Demirgüç-Kunt e Martinez Peria (2005), ao expressar indicadores de penetração do setor bancário para 99 países em desenvolvimento e desenvolvidos, agrupando dados coletados nesses países de 2001 a 2004, por meio do método de mínimos quadrados ordinários (MQO), verificaram que um maior alcance do setor bancário está correlacionado ao desenvolvimento financeiro e com a atividade econômica. Mas que controlando esses fatores, o maior alcance desse setor está relacionado a uma melhor infraestrutura de comunicação e transporte e a uma melhor governança.

A ideia é que uma melhor infraestrutura reduz o custo da prestação de serviços bancários e torna a extensão dos estabelecimentos bancários mais rentável, aumentando, assim, o uso de serviços bancários. Ainda, os autores mostraram que a maior participação de bancos estatais na matriz bancária do sistema financeiro está negativamente associada à penetração demográfica de agências e de caixas eletrônicos, enquanto os sistemas bancários mais concentrados oferecem mais pontos de venda e apresentam maior uso de serviços de depósito.

Sarma, Road e Pais (2008), aplicando o índice de inclusão financeira desenvolvido por Sarma (2008), classificam 49 países com dados de 2004 e utilizando um MQO buscaram examinar a relação entre inclusão financeira e desenvolvimento identificando empiricamente fatores específicos dos países que estão associados ao nível de inclusão financeira. Os autores constatam que os níveis de desenvolvimento humano e inclusão financeira em um país são positivamente relacionados. Entre os fatores socioeconômicos e relacionados à infraestrutura,

tiveram impactos positivos a renda, a alfabetização, a urbanização e a infraestrutura física, a conectividade e informação, sendo que apenas a desigualdade teve resultado negativo.

Burgess e Pande (2005) testaram se a expansão do ramo rural liderada pelo estado estava associada à redução da pobreza na Índia, considerando os dados de 16 estados entre os anos de 1961 a 2000 e realizando estimação por meio de dados em painel. Eles forneceram evidências robustas de que a abertura de agências em locais rurais não bancários na Índia foi associada à redução da pobreza rural. Para os autores, a política de licenciamento fez com que os bancos comerciais abrissem mais agências bancárias em estados menos desenvolvidos financeiramente, igualando a penetração bancária nos estados Indianos. Ainda, destacam que as reduções na pobreza rural estavam ligadas ao aumento da mobilização de poupança e provisão de crédito nas áreas rurais. Disso, resulta que a política de licenciamento do banco central desenvolveu uma extensa rede de agências rurais, permitindo que as famílias rurais acumulassem mais capital e acessassem empréstimos para investimentos produtivos de longo prazo.

Van e Linh (2019), com dados em painel para os países da Ásia-Pacífico de 2010 a 2015, concluíram que, quanto maior o número de agências bancárias e caixas eletrônicos, maior será a facilidade de acesso a fontes de financiamento formais para o público, o que promoverá a comunicação sobre serviços financeiros.

Considerando os avanços digitais, Nguena (2019) desenvolve um painel para os países da África Subsaariana com dados de 2010 e 2014, no qual mostra ligação entre o *mobile banking* e desenvolvimento bancário, mas destacam a importância do crédito interno, da política monetária credível e da infraestrutura para que esses mecanismos se desenvolvam. Demir *et al.* (2021) também utilizando um painel para 140 países, com dados do *Global Findex* de 2011, 2014 e 2017, destacaram que existe relação positiva entre *Fintechs*, redução da desigualdade e inclusão financeira e destacam a importância de aproveitar o potencial da *FinTech* para reduzir a exclusão financeira e a desigualdade de renda. Entretanto, o autor descreve que a intensidade do efeito está associada ao nível de renda dos países.

Ouma, Odongo e Were (2017) mostram como o uso da tecnologia de telefonia móvel explodiu no mercado africano, o que proporcionou maior eficácia na integração da população sem conta bancária ao sistema financeiro convencional. Um modelo *logit* com dados de 2013 para os países da África subsaariana, ele revelou que a disponibilidade e o uso de telefones celulares para fornecer serviços financeiros promovem a probabilidade de aumento na poupança em nível familiar, também ressalta que gênero, escolaridade, idade e renda são fatores determinantes em relação à bancarização.

Quadro 1 – Resumo de referências bibliográficas

MODELO	TRABALHO	PERÍODO	OBJETO	RESULTADO	
Análise Descritiva, Comparativa e Evolutiva	Demirgüç-Kunt e Klapper (2012)	2011	148 Economias	50% dos adultos não tinham uma conta em uma instituição financeira formal, passando para 62% dos adultos em 2014. Entre 2011 e 2014, 700 milhões de adultos se tornaram correntistas, enquanto o número de pessoas sem conta – os sem conta bancária – caiu 20%, para 2 bilhões. E de 2014 a 2017, 515 milhões de pessoas criaram conta por meio digital.	
	Demirgüç-Kunt <i>et al.</i> (2015)	2014	143 Economias		
	Demirgüç-Kunt <i>et al.</i> (2018)	2017	140 Economias		
	Demirgüç-Kunt <i>et al.</i> (2022)	2017	139 Economias		
	Crocco, Santos e Figueiredo (2013)	1994 a 2008	Cinco Regiões do Brasil	A Inclusão Financeira contribuiu para o desenvolvimento econômico brasileiro. Ela evoluiu de 2000 a 2020, mas ainda apresenta um contexto de desigualdade regional e microrregional. Destaca-se um aumento do uso de meios Digitais Bancários no Brasil.	
	Reis e Ventura (2015)	2000, 2005, 2010	Estados do Nordeste		
	Santos (2020)	2004 a 2017	Brasil		
	Caparelli (2020)	2005 a 2019	Brasil		
	Dados em Painel, Painel Dinâmicos e Autorregressivos	Valle <i>et al.</i> (2020)	2020	Países da ALC	A inclusão financeira melhorou na ALC, a Covid-19, com a quarentena acelerou o processo de Bancarização e Inclusão Financeira na América Latina. Entretanto, ainda existem diferenças nos níveis de IF nesses países, embora heterogênea), mas os condicionantes da inclusão financeira (renda, idade, desigualdade de renda) não explicam as diferenças entre ALC e outros países, em relação ao nível de renda.
		Montes e Tabales (2017)	2011 e 2014	Países da ALC	
Gershenson <i>et al.</i> (2021)		2014 e 2017	156 países e ALC	A Inclusão Financeira está associada à redução da pobreza rural. O resultado mostra que existem correlações entre o grande número de agências bancárias, caixas eletrônicos, crédito doméstico no setor privado e o maior ritmo de desenvolvimento da economia.	
Burgess e Pande (2005)		1961 a 2000	16 Estados da Índia		
Nguena (2019)		2010 - 2014	49 países da África Subsaariana	Os resultados sugerem que existe uma relação bi causal entre política monetária e inclusão financeira. Os avanços na inclusão financeira por meio de mais titularidade de contas e pagamentos digitais têm um efeito estabilizador no setor bancário. O maior nível de inclusão financeira de fornecer acesso a facilidades bancárias contribui positiva e significativamente para a estabilidade no setor bancário, levando a uma maior resiliência do banco.	
Van e Linh (2019)		2010 a 2015	Países da Ásia e Pacífico		
Demir <i>et al.</i> (2022)		2011, 2014, 2017	140 países	Elaboração de Índices de Inclusão Financeira que permitam avaliar a evolução da inclusão Financeira, sua relação com o desenvolvimento, bem como comparar regiões e estados. No contexto Nacional.	
Anarfo <i>et al.</i> (2019)		1999 a 2014	48 Países da África Subsaariana		
Danisman e Tarazi (2020)		2010 a 2017	28 países europeus		
Vo, Nguyen e Thi-Hong Van (2021)		2008 a 2017	3071 Bancos da Ásia		
Índice de Inclusão Financeira	Evans (2016)	2005 a 2014	12 Países da África	A inclusão financeira vem evoluindo no Brasil, entretanto se destacam desigualdades regionais (Sul e Sudeste mais incluídos que os outros), bem como desigualdades microrregionais (quanto mais próximo à capital, mais incluído), na Inclusão Financeira de 2000 a 2010	
	Sarma (2008)	2008	-		
	Chakravarty e Pal (2010)	2010	-		
	BCB (2010)	2010	Brasil		
	Ventura (2013)	2010	Microrregiões do Sergipe		
	Timotio (2016)	2010 a 2015	Cinco Regiões do Brasil		
Timotio <i>et al.</i> (2018)	2005 a 2015	Cinco Regiões do Brasil			

	Pieper, Matsuoka e Tillmann (2021)	2018	Estados Brasileiros	
	Timotio (2021)	2008 a 2019	Brasil	
Modelo de Maximização de Utilidade ou Equilíbrio Geral	Mehrotra e Yetman (2014)	2014	-	À medida que aumenta a proporção de agentes não qualificados, o bem-estar diminui; e na escassez de agentes qualificados, a política monetária é enfraquecida, enquanto a política fiscal produz um impacto mais relevante na economia.
	Areosa e Areosa (2016)	2016	-	
Modelos Autorregressivos (VEC, VAR)	Mbutor e Uba (2013)	1980 a 2012	Nigéria	Apoiam a bi causalidade entre inclusão financeira e a eficácia da política monetária, no caso o controle da Inflação.
	Lapukeni (2015)	2001 a 2013	Malawi	
MQO	Beck, Demirgüç-Kunt e Peria (2005)	2004	99 países	A presença bancária está relacionada ao desenvolvimento financeiro e à atividade econômica das regiões. A renda está positivamente associada ao nível de inclusão financeira. Desigualdade de Gênero, renda e educação, bem como a urbanização são fatores condicionantes da inclusão financeira.
	Sarma, Road e Pais (2008)	2004	49 países	
	Riberio <i>et al.</i> (2020)	2017 e 2018	Brasil	
Regressão Logística	Koker e Jentzsch (2013)	2004 a 2010	8 países Africanos	A Inclusão Financeira e a Redução de Serviços informais não estão negativamente associados. O emprego informal e a preferência pelo dinheiro reduzem a inclinação para o uso de serviços financeiros móveis.
	Lenka e Bairwa (2016)	2004 a 2013	Países do SAARC	A inclusão financeira, taxa de câmbio e juros taxa estão negativamente associados com a inflação nos países da SAARC.
	Ouma, Odongo e Were (2017)	2013	Países da África Subsaariana	A disponibilidade e o uso de telefones celulares para fornecer serviços financeiros promovem a probabilidade de poupança no nível familiar.
Teórico e Qualitativo	Beck e Senbet e Simbanegavi (2014)	2014	Sistema Financeiro Africano	Inclusão financeira não é apenas a expansão de crédito, mas visa outros serviços financeiros. E desenvolver o sistema financeiro não é suficiente para, nem o mesmo que, incluir financeiramente os indivíduos.
	Cazella e Búrigo (2009)	2007	Brasil	Conclui-se que os dois casos apresentam arranjos institucionais inovadores, que têm gerado resultados relevantes em relação ao volume de empréstimos, à área de abrangência, ao percentual de público atendido e aos sistemas de governança. Porém, ambos necessitam aprimorar suas formas de atuação caso desejem atender demandas de caráter intersetorial e focadas no desenvolvimento dos territórios em que atuam.
	Feltrim, Ventura e Dodl (2009)	2009		A inclusão Financeira tem melhorado no Brasil, sendo as cooperativas de Crédito promotoras da inclusão financeira por meio da capilaridade bancária, educação e crédito.
	Greatti e Sela (2021)	2020		Cooperativa de Crédito

Fonte: elaboração própria.

Demirgüç-Kunt *et al.* (2018), com os dados do *Global Findex* 2017 para 140 países, estimam que 515 milhões de adultos em todo o mundo abriram uma conta em uma instituição financeira ou por meio de um provedor de dinheiro móvel entre 2014 e 2017. No contexto africano, o autor ressalta que a utilização de *mobile banking* tem ajudado na redução do número de desbancarizados.

Cull, Demirgüç-Kunt e Lyman (2012) reuniram evidências dentre diversos trabalhos que indicam fortemente que, quando efetivamente regulamentado e supervisionado, o desenvolvimento financeiro estimula o crescimento econômico, reduz a desigualdade de renda e ajuda a tirar as famílias da pobreza. Desse modo, promovendo um setor doméstico de pequenas empresas mais saudável, a inclusão financeira também poderá contribuir para uma maior estabilidade macroeconômica (e do sistema financeiro), sendo esse um entendimento teórico.

Ao estudar o Kenya com dados de 2005 a 2011, Wang'oo (2008) conclui que a inclusão financeira desempenha papel importante na criação de empregos, melhorando o acesso ao crédito para o consumo e para fins de produção, beneficiando a demanda agregada via despesas das famílias e formação bruta de capital fixo, além de aumentar a capacidade de financiamento e investimento do governo, permitindo novas oportunidades a esta população de baixa renda. Portanto, pode levar à redução da pobreza e ao desenvolvimento econômico e social.

Demirgüç-Kunt *et al.* (2015), analisando os dados do *Global Findex* de 2014 para 143 países, afirmam que a inclusão financeira foi amplamente reconhecida como crítica na redução da pobreza e na obtenção de um crescimento econômico inclusivo. A inclusão financeira não é um fim em si mesma, mas um meio para um fim – há evidências crescentes de que ela traz benefícios substanciais para os indivíduos.

Mbutor e Uba (2013), usando dados da Nigéria no período de 1980 e 2012, por meio de um VEC, mostraram que a crescente inclusão financeira melhorou a eficácia da política monetária. Os autores afirmam que a simples disponibilização de crédito no sistema impulsionou o investimento e reduziu a inflação. O número de agências bancárias como medida de inclusão financeira não teve o sinal esperado, o que o autor considerou um sintoma de agrupamento desnecessário de filiais em locais específicos onde atendem a poucos clientes. O que revela que a região de estudo pode modificar a percepção sobre o fato.

Evans (2016), utilizando painel dinâmico, com dados de 2005 a 2014 de 12 países da África, reforça que a reduzir o setor informal, que tem impacto negativo na transmissão da política monetária, não é bom apenas para aqueles que são inseridos, mas também é bom para a eficácia da política monetária e, portanto, para a estabilidade financeira. Ainda, estabelece

que a inclusão financeira não é um motor significativo da eficácia da política monetária na África. Pelo contrário, a eficácia da política monetária é o motor da inclusão financeira. Portanto, para uma maior inclusão financeira em África, será necessária uma maior eficácia da política monetária.

Beck, Senbet e Simbanegavi (2014), ao explorar os condicionantes da inclusão financeira na África, em 2014, por meio de análise teórica e qualitativa, resumem que inclusão financeira não é apenas a expansão de crédito, mas visa outros serviços financeiros. E desenvolver o sistema financeiro não é suficiente para, nem o mesmo que, incluir financeiramente os indivíduos. Entretanto, desenvolver o sistema financeiro é necessário para permitir a inclusão financeira. E para isso precisam levar em conta as inovações financeiras (novos produtos, novos processos e novas formas organizacionais) que podem ajudar a reduzir os custos de transação ou fornecer melhores ferramentas de gerenciamento de risco. Os autores ainda destacam que a inovação financeira impacta na política monetária de várias maneiras, mas principalmente no suporte aos formuladores de políticas. E pontos destacados ao avaliar as inovações são os impactos no conhecimento dos bancarizados, combate à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.

Já Koker e Jentzsch (2013), ao estudar por meio de um modelo *logit* 8 países africanos de 2004 a 2010, mostraram que não é apenas a criação ou utilização regular de uma conta bancária que permite dizer que o agente não está operando em meios informais, uma parte da população continua a usar serviços informais, apesar de ser incluída financeiramente. Assim, aumento no acesso a serviços formais não resultou, portanto, em uma redução imediata do uso de serviços informais. Ainda, expõem que a titularidade de uma conta bancária não está negativamente associada à probabilidade de uso de finanças informais, encontrando para os países estudados relação positiva. Sua análise então consistiu no padrão de decisão do indivíduo para uso formal ou informal, e mostrou que o uso está diretamente ligado à visão sobre os tributos, ao medo de exposição dos dados, aversão à tecnologia e local de vida, sendo que pode haver fatores adicionais.

Lenka e Bairwa (2016), por meio de uma regressão logística para os países da SAARC<sup>10</sup> com dados de 2004 a 2013, evidenciaram que o impacto da inclusão financeira na política monetária é altamente significativo. A associação entre inclusão financeira e inflação, que foi utilizada para medir a eficácia da política monetária, é altamente negativa e estatisticamente

---

<sup>10</sup> A Associação de Cooperação Regional do Sul da Ásia (SAARC) foi estabelecida com a assinatura da Carta da SAARC em Dhaka em 8 de dezembro de 1985. A SAARC é composta por oito Estados Membros: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

significativa. Isto indica que, se a acessibilidade financeira (inclusão financeira) aumentar, pode reduzir a taxa de inflação de uma economia, o que provoca a estabilidade do nível de preços.

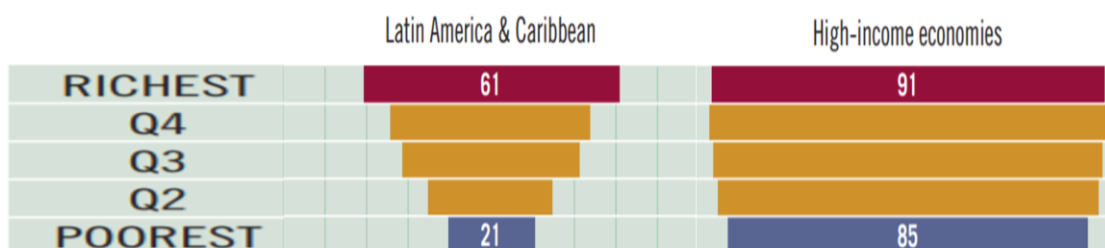
Anarfo *et al.* (2019), usando modelo de painel com séries temporais (PVAR) para 48 países da África Subsaariana de 2010 a 2015, revelam a existência de uma teia muito complexa de relações entre política monetária, inclusão financeira, crescimento do PIB, taxa de câmbio, taxa de inflação e taxa de câmbio efetiva real. A política monetária e a inclusão financeira desempenham papéis importantes na África Subsaariana e têm maiores implicações para a estabilidade macroeconômica. Ainda se destaca que a política monetária tem um impacto significativo na inclusão financeira. A inclusão financeira também pode aumentar a estabilidade macroeconômica, pois impacta significativamente as variáveis macroeconômicas, como a taxa de crescimento do PIB, a taxa de inflação e a taxa de câmbio efetiva real. Isso sugere que não é apenas a política monetária que pode afetar essas variáveis para garantir a estabilidade econômica, mas a inclusão financeira também pode desempenhar a mesma função da política monetária e, portanto, as duas seriam substitutas.

Danisman e Tarazi (2020), considerando o contexto europeu de 1999 a 2014 por meio de um painel dinâmico, mostram que a inclusão financeira também é benéfica para a estabilidade do sistema financeiro, sendo esse impacto ainda mais positivo no caso de adultos jovens, com baixa escolaridade, desempregados e que vivem em áreas rurais.

Vo, Nguyen e Thi-Hong Van (2021), ao estudar os bancos no contexto Asiático, de 2008 a 2017, ressaltam que a inclusão financeira impulsiona o desenvolvimento humano ao apoiar o crescimento inclusivo, o desenvolvimento econômico e o aprofundamento financeiro. É um facilitador fundamental na redução da pobreza e no aumento da prosperidade. Usando um painel com bancos asiáticos, seus resultados indicam que o maior nível de inclusão financeira proporcionado pelo acesso às facilidades bancárias contribui positiva e significativamente para a estabilidade do setor bancário, levando a uma maior resiliência bancária.

Demirgüç-Kunt e Klapper (2012), ao analisar os dados do *Global Findex* 2011, encontram evidências de diferenças regionais quando o assunto é inclusão financeira. A Figura 7 mostra a diferença na penetração por quartis de renda, permite visualizar a lacuna na inclusão financeira entre ricos e pobres dentro das economias. Para os países desenvolvidos, há pouca diferença absoluta de comprimento entre as barras, o que revele que até os adultos mais pobres não são significativamente menos propensos do que os adultos mais ricos a ter uma conta formal.

Figura 7 – Comparação entre América Latina e economias avançadas em relação à posse de contas bancárias por percentil de riqueza



Fonte: adaptada de Demirgüç-Kunt e Klapper (2012).

Por sua vez, para os Países da América Latina e Caribe, existem diferenças. Mesmo entre os ricos, existe um grau alto de ausência de conta bancária (33% inferior aos níveis encontrados em países ricos). No entanto, observando a população pobre, vemos maior diferença, sendo 65% menor que os ricos da mesma região e 75% menor que o dos pobres de economias avançadas. Alguns dados de Demirgüç-Kunt e Klapper (2012) ainda revelam que em 2012, em todo o mundo, 50% dos adultos não teriam uma conta individual ou conjunta em uma instituição financeira formal. Como já mostrado, nas economias avançadas essa penetração é maior (89% em média) e menor nas economias em desenvolvimento (41%). Globalmente, mais de 2,5 bilhões de adultos, em 2011, ainda não possuía uma conta formal, a maioria deles em economias em desenvolvimento.

Montes e Tabales (2017), analisando os dados do *Global Findex*, destacam que as barreiras sociais e microeconômicas são as principais causas da falta de inclusão financeira geral, além disso, a área da América Latina e Caribe (ALC) apresenta serviços mais ineficientes e caros que excluem a população que gostaria de fazer parte do sistema. A inclusão financeira na ALC vem melhorando, mais adultos têm conta em uma instituição financeira, as diferenças entre homens e mulheres estão diminuindo, entre áreas urbanas e rurais e entre os diferentes grupos de renda. Eles também destacam que as novas tecnologias, e especificamente o *mobile banking*, podem ser o motor da inclusão financeira na área nos próximos anos.

Gershenson *et al* (2021), utilizando um modelo de regressão com dados em Painel, para os anos de 2014 e 2017 para 156 países, e utilizando como *dummy* regional, com a ALC, destacam que apesar de alguma melhora desde 2011, a América Latina e o Caribe continuam atrás de outras regiões em termos de inclusão financeira. Embora haja uma grande heterogeneidade entre os países da ALC, com alguns países se saindo muito melhor do que as médias regional e mundial. No entanto, adultos pobres, jovens e sem escolaridade têm maior probabilidade de serem excluídos financeiramente em todos os lugares, em comparação com

outros grupos populacionais. Os autores destacam, por suas análises, que níveis de renda, desigualdade, educação, concentração e efetividade do setor bancário, internet e acesso móvel e o estado de direito, embora sejam condicionantes gerais da inclusão financeira, não explicam as diferenças entre a ALC em comparação com outros países.

#### **4.3.2 Revisão da literatura nacional**

Timotio (2021) evidencia que até 2008 não foram encontrados trabalhos no Brasil que tivessem como temática direta a inclusão financeira, mas alguns trabalhos que remetesse à microfinanças ou microcrédito. O primeiro estudo sobre inclusão financeira foi o de Cazella e Búrigo (2009), no qual os autores destacam um processo de exclusão financeira em todos as regiões brasileiras, bem como revelam a importância do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste e do cooperativismo de crédito na região Sul do país. A conclusão é que os arranjos institucionais desses dois casos eram inovadores e geraram resultados relevantes para o volume de empréstimos.

Greatti e Sela (2021) realizam uma análise qualitativa sobre o cooperativismo de crédito e a inclusão financeira, em que concluem, atualizando o trabalho de Cazella e Búrigo (2009), que por reterem e reinvestirem os recursos capitados na localidade, promoverem educação financeira, equalizarem as taxas de juros e promoverem a democracia nas decisões, são consideradas importantes atores na inclusão financeira, e no desenvolvimento regional.

Ainda em 2009 foi lançada uma coletânea de artigos que buscavam estabelecer como a inclusão financeira estava sendo desenvolvida no Brasil, levando em conta as mais diversas faces da inclusão no país, e sobre o contexto dos mais diversos atores desse processo, mas com destaque às políticas governamentais para esse processo. Foram apresentados os Projetos do BCB, com apoio ao microcrédito, as microfinanças, as pequenas empresas e ao empreendedorismo (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009).

Crocco, Santos e Figueiredo (2013), ao estudar e comparar as cinco regiões brasileiras, evidenciaram a existência de um processo de exclusão bancária concreta no país, motivado, principalmente, por fatores geográficos, faixa de renda considerada insuficiente, produtos não condizentes, preços pouco atrativos, *marketing* viesado e autoexclusão. Nesse processo, principalmente aqueles que necessitam de microcréditos sentem dificuldades para se inserir.

Ribeiro *et al.* (2020) revelam em seu livro sobre a inclusão financeira os condicionantes da exclusão financeira no Brasil. Utilizando um modelo linear de probabilidade, com dados de 2019, seus resultados apontam que a renda, a escolaridade, idade, gênero e etnia são

determinantes do processo de exclusão bancária brasileiro. Os autores destacam uma alta relação entre desigualdade de renda e desigualdade na inclusão financeira.

O BCB (2010) foi o primeiro a construir um índice de inclusão financeira brasileiro, o qual apresentou em relatório sobre a evolução da inclusão financeira na primeira década do século XXI. Para mensurar essa evolução, os pesquisadores construíram um índice como o feito por Sarma, Road e Pais (2008), chamado de Índice de Inclusão Financeira (IIF), que se diferencia do original apenas pelas variáveis utilizadas. Seus resultados mostraram uma melhora na inclusão financeira brasileira de 2000 a 2010.

Ventura (2013) buscou mensurar o grau de inclusão financeira no estado de Sergipe, verificando as divergências microrregionais nessa unidade da federação, no assunto. Para isso, foi mensurado o índice de inclusão financeira baseado em BCB (2010). Seus resultados mostraram que o grau de inclusão financeira foi baixo. Apenas a microrregião de Aracaju apresentou um valor alto de inclusão financeira, revelando também as desigualdades dentro do estado. Em recorte municipal, apenas Aracaju apresentou bom índice.

Reis e Ventura (2015) analisaram o grau de inclusão financeira dos estados do nordeste brasileiro de 2000 a 2010, por meio de análise comparativa da evolução, e notaram que todos os estados experimentaram incrementos no grau de inclusão financeira nesse período. Ao comparar indicadores de emprego, renda, educação e saúde, ao índice de inclusão financeira calculado, encontraram forte correlação entre esses índices, levantando a hipótese de que a inclusão financeira pode ter contribuído para desenvolvimento econômico da região.

Timotio (2016) elaborou um indicador de inclusão financeira para regiões brasileiras em relação ao acesso. Seus resultados revelam um nível de desigualdade entre as regiões, com apenas os estados do sul e sudeste tendo grau elevado de inclusão financeira, com processos de exclusão podendo ser destacados nas outras regiões.

Timotio *et al.* (2018) buscaram investigar o grau de inclusão financeira das regiões brasileiras, construindo um indicador em duas dimensões, a de acesso e uso do sistema financeiro formal. Os autores destacam forte desigualdade no território brasileiro, em que Sudeste e Sul apresentaram graus de inclusão superiores. Entretanto, os autores destacam que a inclusão financeira vem avançando em todas as regiões do país ao longo do período estudado (2005–2016).

Pieper, Matsuoda e Tillmann (2021) mensuraram o nível de inclusão dos estados brasileiros utilizando um processo em dois estágios, sendo o primeiro a construção de índices que consideram as dimensões de acesso e uso de serviços financeiros, e o segundo é juntar esses índices em um único índice de inclusão financeiras. Os resultados desses autores corroboram

os anteriores de Timotio (2016) e Crocco, Santos e Figueiredo (2013), revelando a desigualdade regional no acesso a serviços financeiros.

Timotio (2021), ao estudar a inclusão financeira no Brasil, encontrou resultados de que apesar de o sistema financeiro no Brasil ser acessível e disponível, o uso por parte de pessoas e empresas, dos produtos e serviços, ainda é limitado. O autor ressalta isso como uma barreira na promoção do desenvolvimento social e econômico mais abrangente, bem como da inclusão financeira.

Santos (2020), ao analisar o Brasil de 2004 a 2017, encontra uma correlação estatística positiva entre a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico no Brasil, sendo que para isso utilizaram como variável de desenvolvimento o IDH, e como *proxy* para inclusão financeira a quantidade de agências bancárias e o índice de liquidez de moeda no Brasil. Suas conclusões são de que a inclusão financeira é uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico, promovido por meio do acesso, uso e qualidade dos sistemas financeiros formais.

No contexto das empresas, Mendes de Paula (2017), ao analisar a inclusão financeira, utiliza as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) que enfrentam muitos desafios ao buscarem financiamento, o que prejudica seu desenvolvimento e aumenta a mortalidade empresarial. Para o autor, alguns problemas para uma efetiva inclusão financeira das PMEs estão relacionados aos produtos e serviços inadequados às reais necessidades dessas instituições, como as elevadas taxas de juros e os elevados *spreads* bancários.

Caparelli (2020), com foco em construir um sistema de informação aberto e de fácil acesso sobre a inclusão financeira, agrega e analisa de forma comparativa as variáveis de uso e acesso aos serviços financeiros de 2005 a 2019, ressaltando uma tendência da digitalização da economia, aumento das transações *mobile*, redução de agência e caixas eletrônicos.

Em resumo, observa-se que os métodos de mensuração utilizados são diversos, e que embora os resultados da inclusão financeira tenham melhorado na última década em quase todo o mundo, ainda existe grande heterogeneidade entre os países. Ainda, a literatura revela que a inclusão financeira tem importante papel no desenvolvimento, mas que as desigualdades impactam diretamente nesse processo.

#### 4.4 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS DA INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL (2011–2021)

A análise dessa seção utiliza os dados dos *Global Financial Inclusion* de 2011, 2014, 2017 e 2021 para tentar responder as seguintes perguntas: como evoluiu a participação dos indivíduos no sistema financeiro? Como essa pode ser avaliada observando a idade, gênero e

nível de riqueza dos indivíduos? Entre aqueles que têm conta bancária, qual é o percentual que usa efetivamente a conta, por exemplo, para transações com cartão (de crédito ou débito) ou para outros serviços, podendo ser considerado, de fato, incluído financeiramente? E, por fim, quais os principais motivos para um indivíduo não estar integrado ao sistema financeiro através de uma conta bancária?

A *Global Financial Inclusion* é uma pesquisa realizada em mais de 100 países desde 2011, sendo que em 2021 se alcançou 139 economias, representando cerca de 97% da população mundial. A base de dados fornece mais de 100 indicadores sobre tópicos como propriedade de contas, pagamentos, poupança, crédito e resiliência financeira e pode ser baixado no site *Global Findex*. Destaca-se que a pesquisa evolui com o tempo, acrescentando algumas de suas perguntas ou retirando/substituindo outras. Assim, nem todas as informações estão disponíveis desde 2011, e nem para todos os países.

A última pesquisa foi realizada ao longo de 2021 e 2022 pela Gallup, Inc., como parte de sua *Gallup World Poll*, que desde 2005 conduz anualmente pesquisas com aproximadamente 1.000 pessoas em cada uma das mais de 160 economias e em mais de 150 idiomas, usando amostras representativas nacionalmente selecionadas aleatoriamente. A população-alvo é toda a população civil não institucionalizada com 15 anos ou mais. No Brasil, a última versão da pesquisa foi realizada via telefonema, de 21 de julho a 10 de setembro.

#### **4.4.1 Inclusão Financeira Tradicional: Evolução e principais características**

Analisando-se primeiramente o número de indivíduos com conta em instituição financeira, como apresentado na Tabela 1, pode-se perceber um aumento ao longo dos anos: 55,9% dos entrevistados tinham conta em 2011 e, em 2021, esse percentual é de 84%. Quando se analisa por gênero, percebe que entre ambos houve melhoras. Os homens passaram de 61,1% em 2011 para 87% em 2021 quando avaliado a presença de conta bancária, uma melhora importante. Considerando as mulheres, em relação aos homens, estas têm menor participação em todos os anos, entretanto, também vem melhorando sua participação bancária, passando de 51% em 2011 para 80,9% em 2021.

Quando se observa a idade, é possível identificar uma evolução da bancarização entre os jovens (com até 24 anos), saindo de 36,3% em 2011 para 79,9% em 2021. Os adultos, por sua vez, também apresentaram evolução, passando de 62% em 2011 para 85,6% em 2021.

Tabela 1 – Evolução (2011–2021) do Percentual de Indivíduos com conta bancária segmentado por características socioeconômicas no Brasil

	2011	2014	2017	2021
Possui Conta	55.9%	68.1%	70.0%	84.0%
Mulheres	51.0%	64.8%	67.5%	80.9%
Homens	61.1%	71.7%	72.8%	87.0%
Jovens (Até 24 Anos)	36.3%	52.6%	46.7%	79.9%
Adultos (Acima De 25 Anos)	62.0%	73.0%	77.2%	85.6%
Educação Primária (Ou Menor)	47.2%	59.9%	62.9%	81.3%
Educação Secundária (Ou Maior)	63.8%	74.8%	74.4%	85.6%
40% Mais Pobres	37.5%	57.2%	56.6%	82.0%
60% Mais Ricos	68.1%	75.4%	79.0%	85.4%
Desempregados	43.5%	62.4%	61.4%	77.3%
Empregados	62.4%	71.6%	74.1%	86.6%

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Outro fator estudado é o nível educacional, separado aqui em até a Educação Primária e Educação Secundária ou superior, sendo essa classificação da base de dados. Ao longo dos anos, a participação dos indivíduos com menor nível educacional melhorou 72%, passando de 47,2% em 2011 para 81,3% em 2021. Entre os indivíduos com maior nível educacional, também ocorreu uma melhora (34%), passando de 63,8% em 2011 para 85,6% em 2021.

Ao comparar os níveis de renda, separado nessa base em percentis de renda, os 40% mais pobres apresentam ao longo de toda a série menor percentual que os 60% mais ricos, entretanto, o percentual de indivíduos com conta aumentou 218%, saindo de 37,5% em 2011 para 82% em 2021. Os 60% mais ricos aumentaram sua participação de 68,1% para 85,4%, em 2011 e 2021 respectivamente.

Por fim, quando separados em Empregados e Desempregados, destaca-se que ambas as categorias aumentaram sua participação relativa, sendo que este saiu de 43,5% para 77,3%, enquanto aquele saiu de 62,4% para 86,6%, em 2011 e 2021, respectivamente.

Desse modo, é possível captar a existência de diferenças significativas no percentual de indivíduos com conta, quando analisamos características sociais e econômicas, como renda, gênero, idade e educação. Constata-se uma evolução de 2017 para 2021, sendo que esse processo, principalmente no Brasil, foi acelerado pela Pandemia da Covid-19, bem como da inserção dos meios digitais de pagamentos (VALLE *et al.*, 2020). Desse modo, faz-se importante avaliar também o uso de contas digitais ou *mobile*.

Embora a bancarização tenha acelerado, principalmente de 2017 para 2021, o volume de utilização dos serviços bancários não aumentou na mesma proporção. A esse exemplo,

podemos avaliar a posse e a utilização de Cartão de Crédito ou Débito, como representativo da utilização dos serviços financeiros.

A Tabela 2 apresenta a evolução da posse própria de cartão de crédito e/ou débito. Embora em 2011 55,9% das pessoas tivessem uma conta bancária, apenas 46,4% possuíam um cartão de crédito e/ou débito. O percentual de indivíduos com esse serviço evoluiu ao longo dos anos, sendo que, em 2021, 70,1% dos indivíduos possuíam um cartão. Assim como na bancarização, a posse de cartão apresenta uma série de desigualdades. As mulheres ampliam sua participação de 42,7% em 2011 para 63,3% em 2021, porém esse número é maior entre os homens ao longo de toda a série, sendo 50,3% em 2011 e 76,6% em 2021. Há que se destacar que, em 2021, das diferenças percentuais entre as características socioeconômicas, o fator gênero é o que apresenta a maior disparidade, sendo esta de 13,3%.

Tabela 2 – Evolução do percentual de indivíduos com cartão segmentado por características socioeconômicas no Brasil (2011–2021)

	2011	2014	2017	2021
Tem Cartão (Crédito e/ou Débito)	46.4%	61.5%	62.4%	70.1%
Mulheres	42.7%	56.0%	57.4%	63.3%
Homens	50.3%	67.3%	68.0%	76.6%
Jovens (Até 24 Anos)	32.5%	51.8%	39.9%	70.1%
Adultos (Acima De 25 Anos)	50.7%	64.5%	69.4%	70.5%
Educação Primária (Ou Menor)	33.1%	49.6%	53.6%	66.8%
Educação Secundária (Ou Maior)	58.5%	71.1%	67.9%	71.4%
40% Mais Pobres	27.6%	44.1%	47.0%	65.9%
60% Mais Ricos	58.9%	73.0%	72.7%	73.0%
Desempregados	30.5%	52.4%	50.9%	66.4%
Empregados	54.8%	67.0%	67.8%	71.6%

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Quando analisado o fator idade, percebe-se um achatamento da diferença entre jovens e adultos, que era de 18,2 p.p. em 2011 e passou a menos de 0,4 p.p. em 2021. Os jovens evoluíram 115,6%, indo de 32,5% para 70,1%, de 2011 a 2021, respectivamente. Os adultos passaram de 50,7% para 70,5%.

Considerando-se a posse de cartão, segundo o nível educacional, a disparidade também diminui significativamente, sendo que os indivíduos com até a educação primária evoluíram

101,8% entre 2011 e 2021, passando de 33,1% para 66,8%, enquanto aqueles com educação secundária ou maior aumentaram 22%, de 58,5% para 71,4%.

A renda, por sua vez, apresentava a maior disparidade em 2011, sendo 31,3 p.p a diferença entre a posse de cartão dos 40% mais pobres e dos 60% mais ricos. Essa diferença diminuiu ao longo do tempo, sendo que, em 2021, foi de 7,1 p.p. Os mais pobres aumentaram sua participação relativa em 138,7%, saindo de 27,6% para 65,9%, enquanto os mais ricos saíram de 58,9% para 73%, em 2011 e 2021, respectivamente. Os desempregados também lograram evolução significativa de 117,7%, passando de 30,5% para 66,4%. Já os empregados saíram de 54,8% para 71,6%, um aumento de 30%.

Quando se observa a posse de cartão, comparado à bancarização, percebe-se que boa parte dos indivíduos que possuem conta não possuem nem mesmo um cartão de crédito ou débito, entretanto, quando analisado o uso do cartão em 2021, embora 84% dos entrevistados tivessem conta e 70,1% possuíssem cartão de crédito, apenas 55,3% usavam efetivamente o cartão de crédito ou débito, sendo que 45,5% usam cartão de débito e 35,6% usam o cartão de crédito, como apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Percentual de indivíduos usando cartão em 2021 segmentado por características socioeconômicas no Brasil

	Usou o Cartão de Débito e/ou Crédito	Usou o Cartão de Débito	Usou Cartão de Débito em loja	Usou o Cartão de Crédito	Usou Cartão de Crédito em loja
<b>Total</b>	55.3%	45.5%	87.5%	35.6%	82.4%
<b>Sexo</b>					
Homem	62.9%	51.4%	93.9%	43.2%	84.5%
Mulher	47.2%	39.2%	78.7%	27.7%	78.8%
<b>Educação</b>					
Até o Primeiro Grau	43.2%	32.9%	79.8%	22.1%	87.2%
Segundo Grau Completo	55.7%	45.0%	88.7%	35.8%	76.1%
Terceiro Grau ou Mais	82.2%	76.3%	94.6%	67.7%	91.7%
<b>Emprego</b>					
Empregado	60.8%	50.9%	89.5%	40.5%	84.4%
Desempregado	41.0%	31.4%	79.0%	23.0%	73.2%
<b>Idade</b>					
Menor que 25	54.8%	41.6%	92.2%	31.5%	72.8%
Entre 25 e 40	52.4%	44.7%	81.7%	34.9%	82.0%
Acima de 40	59.7%	49.1%	92.3%	39.4%	87.8%
<b>Renda</b>					
Pobres 20%	43.8%	32.9%	74.3%	18.4%	47.1%
Segundo 20%	47.3%	38.6%	77.7%	26.5%	87.3%
Médio 20%	50.9%	40.8%	91.2%	36.5%	81.8%
Quarto 20%	63.0%	51.9%	91.5%	44.2%	84.0%
Ricos 20%	71.1%	63.1%	94.6%	52.5%	91.2%

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Entre aqueles que usam o cartão de débito, cabe notar que 87,5% o usam para comprar em lojas físicas, enquanto, entre os usuários do cartão de crédito, cerca de 82,4% o usam para comprar em lojas físicas. Quando avaliado o uso de cartão considerando as variáveis socioeconômicas, destaca-se a persistência das desigualdades já discutidas. As mulheres usam menos o cartão de crédito e/ou débito (47,2% frente a 62,9%). O nível educacional também mostrou uma disparidade de 39 p.p. no uso entre aqueles com graduação e aqueles com até o primeiro grau, sendo 43,2% destes e 82,2% daqueles. Cabe ressaltar que a diferença é ainda superior quando considerado o uso do cartão de débito (43,4 p.p.).

Os empregados usam mais o cartão que os desempregados (41% destes contra 60,8% daqueles). A menor disparidade se mostrou quanto à idade, sendo que os mais jovens têm utilizado mais cartão que os adultos de 25 a 40 anos, porém, ainda o fazem menos que os adultos acima de 40 anos, sendo que esses têm 59,7%, enquanto aqueles têm 54,8%.

Comparando os níveis de renda, percebe-se uma evolução contínua ao longo dos percentis de renda, sendo que, entre os mais ricos, 71,1% usam cartão de crédito ou débito enquanto os 20% mais pobres possuem 43,8% de participação relativa, sendo 27,3 p.p. de diferença.

Outro produto financeiro tradicional é a poupança, aqui tratada como a ação de guardar ou investir parte do recurso gerado em lucro ou renda. O percentual de indivíduos que pouparam recursos aumentou 65% de 2014 para 2021, passando de 28% para 46,2%, como se observa na Tabela 4. Entretanto, apenas 44,1% desses guardaram em Instituições Financeira em 2014 e 54,1% em 2021. Embora seja possível verificar uma melhora, tanto no % de indivíduos que pouparam recursos quanto os que pouparam utilizando instituições financeiras, há preocupação com aqueles que ainda usam meios informais ou não financeiros de guardar recursos, pois podem sofrer perdas monetárias, por exemplo, com fraudes e estelionato, ou de poder de compra, dada a inflação.

Avaliando a poupança em relação às características socioeconômicas destacadas, embora homens e mulheres aumentaram a participação relativa de poupadores, percebe-se uma ampliação nas diferenças de poupança entre homens e mulheres, passando de 7,2 p.p. de diferença para 15,7% p.p. uma ampliação de 118%. Os homens pouparam mais em instituições financeira que as mulheres, 53,7% destas frente a 55,7% daqueles.

Por outro lado, os jovens ampliaram sua participação em 145%, passando de 27,5% para 67,4%, superando os adultos, que passaram de 28,1% em 2011 para 40,8% em 2021. Entretanto, entre os que pouparam em 2021, o público adulto (55,9%) utilizou mais a instituições financeira que os jovens (52,6%).

Tabela 4 – Evolução (2014–2021) do percentual de indivíduos que pouparam recursos e que pouparam de maneira formal (em itálico) no Brasil

	<b>2014</b>	<b>2017</b>	<b>2021</b>
Poupou	28.0%	32.5%	46.2%
	<i>44.1%</i>	<i>44.6%</i>	<i>54.1%</i>
Mulheres	24.6%	26.1%	38.2%
	<i>40.2%</i>	<i>40.2%</i>	<i>53.6%</i>
Homens	31.5%	39.6%	53.9%
	<i>47.3%</i>	<i>47.8%</i>	<i>55.7%</i>
Jovens (Até 24 Anos)	27.5%	44.2%	67.4%
	<i>42.9%</i>	<i>27.7%</i>	<i>52.6%</i>
Adultos (Acima De 25 Anos)	28.1%	28.9%	40.8%
	<i>44.4%</i>	<i>52.6%</i>	<i>55.9%</i>
Educação Primária (Ou Menor)	19.0%	22.1%	34.6%
	<i>33.3%</i>	<i>41.6%</i>	<i>46.3%</i>
Educação Secundária (Ou Maior)	35.2%	38.2%	50.7%
	<i>48.6%</i>	<i>45.8%</i>	<i>56.5%</i>
40% Mais Pobres	19.1%	25.2%	39.5%
	<i>26.6%</i>	<i>22.3%</i>	<i>51.8%</i>
60% Mais Ricos	33.9%	37.4%	50.7%
	<i>50.7%</i>	<i>54.6%</i>	<i>56.5%</i>
Desempregados	21.7%	23.9%	39.3%
	<i>38.0%</i>	<i>32.2%</i>	<i>46.2%</i>
Empregados	31.8%	36.5%	48.9%
	<i>46.6%</i>	<i>48.4%</i>	<i>57.6%</i>

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

O nível educacional também impacta na decisão de poupar ou não, sendo que aqueles com maior nível educacional pouparam mais no período analisado, inclusive pouparam mais em instituições financeiras. Todavia, os indivíduos com menor nível educacional aumentaram 116% na participação relativa de poupadores, passando de 19% em 2014 para 34,6% em 2021.

O critério renda teve impacto positivo para explicar a poupança por parte dos indivíduos, sendo que aqueles com maiores rendas, como esperado, pouparam mais, tendo em 2021 14,2% a mais de participação relativa que os 40% mais pobres. Ressalta-se, contudo, que os mais pobres aumentaram sua participação relativa 106,8% em relação à poupança, bem como aumentaram a poupança de maneira formal, saindo de 26,6% em 2014 para 51,8% em 2021. Considerando os desempregados e empregados, estes pouparam mais que aqueles ao longo de todo o período estudado, tanto de forma geral quanto formal.

Ainda, um terceiro produto financeiro que pode ser explorado é o crédito. Como apresentado na Tabela 5, o percentual de indivíduos que tomaram algum recurso emprestado aumentou de 2014 para 2021, sendo que em 2017 o percentual foi 0,3 p.p. menor que 2014.

Assim como a poupança, apresenta-se o percentual de pessoas que tomaram recursos de maneira formal, em instituições financeiras (tradicionais ou digitais), que reduziu 17% de 2014 para 2021, de 83,9% em 69,3%. Considerando os dados da Financial Index (2021), aumentou o percentual de indivíduos que tomaram parte ou todo o recurso com família e amigos, passando de 14,6% em 2014 para 42% em 2021.

Tabela 5 – Evolução do percentual de indivíduos que tomaram recursos e que o tomaram de maneira formal (em itálico) no Brasil (2014–2021)

	<b>2014</b>	<b>2017</b>	<b>2021</b>
Tomou crédito	40.3%	40.0%	58.8%
	<i>83.9%</i>	<i>65.8%</i>	<i>69.3%</i>
Mulheres	36.1%	35.3%	52.8%
	<i>80.8%</i>	<i>64.6%</i>	<i>64.0%</i>
Homens	44.7%	45.2%	64.4%
	<i>86.6%</i>	<i>66.7%</i>	<i>75.1%</i>
Jovens (Até 24 Anos)	31.2%	36.9%	61.4%
	<i>78.2%</i>	<i>49.6%</i>	<i>60.5%</i>
Adultos (Acima De 25 Anos)	43.1%	40.9%	58.3%
	<i>85.2%</i>	<i>70.2%</i>	<i>73.0%</i>
Educação Primária (Ou Menor)	29.5%	27.5%	46.5%
	<i>70.0%</i>	<i>54.7%</i>	<i>60.3%</i>
Educação Secundária (Ou Maior)	48.9%	46.4%	63.6%
	<i>90.6%</i>	<i>70.1%</i>	<i>73.0%</i>
40% Mais Pobres	29.7%	32.9%	51.8%
	<i>70.5%</i>	<i>48.3%</i>	<i>54.6%</i>
60% Mais Ricos	47.3%	44.7%	63.4%
	<i>89.5%</i>	<i>74.3%</i>	<i>78.8%</i>
Desempregados	28.6%	28.1%	46.0%
	<i>85.8%</i>	<i>57.4%</i>	<i>68.7%</i>
Empregados	47.4%	45.5%	63.7%
	<i>83.2%</i>	<i>68.2%</i>	<i>70.7%</i>

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Comparando a tomada de crédito em relação às variáveis socioeconômicas, as mulheres tomam menos recurso que os homens ao longo dos anos estudados, tanto no volume geral (52,8% frente 64,4% em 2021) quanto em instituições formais (64,1% frente a 75%). As mulheres aumentaram a participação relativa em 46%, passando de 36,1% para 52,8%, em 2014 e 2021, respectivamente. Já os homens foram de 44,7% em 2014 para 64,4% em 2021, uma evolução de 44%. Ambas involuíram quanto à parte que é tomada em instituições financeiras.

Assim como em relação à poupança, os jovens também ultrapassaram os adultos quanto a tomar de recursos, passando de 31,2% para 61,4%, em 2014 e 2021, respectivamente, uma

evolução de 96% que os levaram de uma diferença de -11,9 p.p. na participação relativa para os adultos em 2014, para 3,1% p.p. em 2021. Os adultos, por sua vez, evoluíram 35%, passando de 43,1% para 58,3%, de 2014 para 2021, respectivamente.

Considerando o nível de escolaridade, ressalta-se que aqueles com maior nível educacional tomaram mais recursos que aqueles com menor nível educacional, sendo que também é maior entre esses o percentual tomado de instituições financeiras. O mesmo ocorre quanto ao nível de renda, em que os mais ricos, até mesmo de forma contraintuitiva, tomam mais recursos que os mais pobres, tanto de forma geral, quanto em instituições financeiras. Destaca-se que os 60% mais ricos tiveram maior participação relativa de crédito de forma formal que todos as outras segmentações (78,8%) em 2021.

De forma análoga à renda e nível educacional, os empregados tomam mais recursos que os desempregados. Entretanto, ressalta-se que os desempregados evoluíram 60% em sua participação relativa, entretanto reduziu a diferença entre os empregados em apenas 1,1 p.p., passando de uma diferença de 18,8% para 17,7%, de 2014 para 2021, respectivamente.

Quanto aos motivos para poupar, 43% dos indivíduos afirmaram poupar para aposentadoria. Quanto ao Crédito, 32% dos que tomaram crédito o fizeram por motivos médicos. Em resumo, é possível afirmar que, em se tratando de serviços tradicionais e contas tradicionais, embora os indivíduos possuam contas, parte ainda não dispõe e/ou usa serviços que podem ser considerados básicos para inclusão financeira, tais como o pagamento via cartão, poupança e crédito. Embora a bancarização foi acelerada nos últimos anos, a qualidade do uso não melhorou na mesma velocidade, o que leva a pessoas ainda pouparem ou tomarem crédito de forma informal, ou não utilizaram os serviços básicos como cartão.

#### **4.4.2 Inclusão Financeira Digital: Evolução e principais características**

Além das contas tradicionais, os serviços financeiros digitais têm evoluído constantemente, podendo ser puramente digital ou o que os bancos chamam de “*Fisital*”, junção dos ambientes físico e digital, mantendo-se o relacionamento com a instituição financeira por meio de gerentes de negócio, mas ampliando as transações digitais, como pagamento de boleto, uso de cartão, transações via transferências financeiras e/ou PIX.

A Tabela 6 apresenta a evolução do percentual de indivíduos com conta *mobile* ou digital, também segmentada pelas características socioeconômicos. Em 2011, ainda não existia essa questão sobre meios digitais na pesquisa, que começa a fazê-la em 2014. Nesse ano, 0,9% dos respondentes afirmaram possuir uma conta digital, esse número aumentou para 4,8% em

2017 e chegou a 27% em 2021. Esses dados revelam que, em 2021, a digitalização do setor financeiro tem ganhado espaço, embora ainda exista divergências socioeconômicas nessa evolução, com valores menores para mulheres (23,5% frente a 30,3% entre os homens), indivíduos com menor nível educacional (14% frente a 31,5% daqueles com maior nível educacional), indivíduos mais pobres (21,2% frente a 30,8% dos mais ricos) e desempregados (11,6% frente a 32,9% dos empregados).

Tabela 6 – Evolução do percentual de indivíduos com conta *mobile*/digital segmentado por características socioeconômicas no Brasil (2014–2021)

	2014	2017	2021
Possui Conta Digital	0.9%	4.8%	27.0%
Mulheres	0.4%	4.4%	23.5%
Homens	1.3%	5.3%	30.3%
Jovens (Até 24 Anos)	1.1%	5.3%	29.8%
Adultos (Acima De 25 Anos)	0.8%	4.7%	26.4%
Educação Primária (Ou Menor)	0.6%	0.8%	14.0%
Educação Secundária (Ou Maior)	1.1%	7.0%	31.5%
40% Mais Pobres	0.6%	2.3%	21.2%
60% Mais Ricos	1.0%	6.6%	30.8%
Desempregados	0.9%	0.4%	11.6%
Empregados	0.9%	6.9%	32.9%

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Cabe destaque a segregação por idade em 2021, sendo que, diferente do mostrado anteriormente, os jovens têm ganhado espaço quando falamos sobre contas digitais, com 29,8%, enquanto os adultos apresentaram 26,4% de percentual de indivíduos com conta digital.

Quando se compara, dentre aqueles que possuem conta digital ou móvel, o uso de tais contas, como apresentado na Tabela 7, 51% dos respondentes utilizam ao menos duas vezes no mês, sendo que cerca de 34,4% utilizam essas contas para guardar/investir dinheiro, e cerca de 16,6% para a tomada de crédito. Cabe notar que apenas 60,8% afirmaram usar essa modalidade sem ajuda de outra pessoa.

Observando-se tais dados pela ótica de gênero, percebe-se que as mulheres usam menos que homens, sendo 53,1% deles contra 48,2% delas. A diferença também é maior quanto à autonomia para usar a conta, em que cerca de 48,9% das mulheres não conseguem utilizar sem

apoio. Ademais, 33% das mulheres que possuem contas guardam recursos financeiros e cerca de 16,1% o tomam.

Tabela 7 – Utilização das contas digitais/*mobile* em 2021 segmentado por características socioeconômicas

	Duas ou Mais Vezez ao Mês	Guarda dinheiro	Toma Crédito	Usa sem Ajuda
<b>Total</b>	51.0%	34.4%	16.6%	60.8%
<b>Sexo</b>				
Homem	53.1%	35.4%	17.0%	67.1%
Mulher	48.2%	33.0%	16.1%	52.1%
<b>Educação</b>				
Até o Primeiro Grau	28.0%	16.1%	15.2%	30.9%
Segundo Grau Completo	52.1%	36.0%	17.5%	66.9%
Terceiro Grau ou Mais	61.9%	49.9%	21.1%	76.0%
<b>Emprego</b>				
Empregado	53.5%	35.1%	15.4%	61.2%
Desempregado	33.0%	29.3%	25.7%	57.7%
<b>Idade</b>				
Menor que 25	64.0%	56.8%	19.9%	73.0%
Entre 25 e 40	53.4%	22.7%	17.5%	49.0%
Acima de 40	42.3%	31.0%	14.2%	62.9%
<b>Renda*</b>				
Pobres 20%	28.9%	33.8%	9.6%	64.0%
Segundo 20%	30.2%	24.3%	18.8%	54.4%
Médio 20%	56.4%	28.7%	21.0%	39.7%
Quarto 20%	68.1%	39.7%	14.6%	72.6%
Ricos 20%	55.7%	41.7%	17.1%	67.2%

\*Divisão da Renda em Quintile.

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

O nível educacional também tem impacto na utilização das contas digitais, sendo que, quanto maior é o grau de instrução, maior a utilização (61,9% dos com graduação, frente a 28% daqueles com apenas o ensino primário) e maior a autonomia, pois apenas 40% dos indivíduos com grau primário utilizam a conta digital sem ajuda, já entre os com grau superior de ensino, 76% usam sem ajuda. Ainda, ressalta-se o nível de poupança e crédito, que também aumenta com o nível educacional.

Os empregados também utilizam mais que os desempregados, 53,5% e 33%, respectivamente, assim como têm maior autonomia (61,2% contra 57,7%). O destaque se dá quando analisada a poupança e o crédito. Os empregados utilizam mais essa conta para guardar dinheiro em relação aos desempregados, 35,1% e 29,3%, respectivamente, enquanto os desempregados utilizam mais a conta para tomar crédito que os empregados: 25,7% e 15,4%, respectivamente.

A idade é outro fator que tem relação negativa com o uso de contas digitais, sendo que os jovens (64%) utilizam mais as contas que os adultos até 40 anos (53,4%) e mais que os adultos acima de 40 anos (42,3%). Essa relação se mantém quanto ao uso da conta para poupar e tomar crédito, bem como na autonomia para usar essas contas.

O nível de renda sugere uma relação positiva para a utilização das contas digitais, com os mais ricos utilizando mais que os mais pobres. Entre os 20% mais pobres, cerca de 33% dos que têm conta, usam-na para guardar dinheiro, e nesse total, cerca de 64% dos indivíduos, usam com autonomia sua conta. Os 20% mais ricos usam mais essa conta para guardar dinheiro (41,7%). Os 20% do quintil mediano a usam mais para tomar crédito (21%). Aqueles com maior autonomia foram o quarto quintil, com 72,6% utilizam sem ajuda.

Como foi dito, não apenas as contas digitais têm ganhado espaço, mas também as contas *físicas*, sendo que, nessa modalidade, aqueles que possuem um conta tradicional utilizam serviços digitais, como transações financeiras. Com esse intuito, a Tabela 8 apresenta a evolução das pessoas que já realizaram transações digitais em ambas as modalidades de contas, sendo que o percentual aumentou 29,7% de 2014 para 2021, saindo de 59% para 76,5% dos respondentes. Nota-se uma queda em 2017 quando comparado com 2014, entretanto, não foram encontradas fortes motivações econômicas ou estruturais para essa queda.

Tabela 8 – Percentual de Indivíduos que realizaram transações digitais, por características socioeconômicas no Brasil

	2014	2017	2021
Transações Digitais	59.0%	57.9%	76.5%
Mulheres	55.0%	57.3%	72.6%
Homens	63.2%	58.5%	80.3%
Jovens (Até 24 Anos)	47.0%	39.9%	77.9%
Adultos (Acima De 25 Anos)	62.8%	63.4%	76.6%
Educação Primária (Ou Menor)	46.5%	44.9%	71.8%
Educação Secundária (Ou Maior)	69.1%	65.0%	78.7%
40% Mais Pobres	50.8%	43.2%	72.3%
60% Mais Ricos	64.5%	67.6%	79.3%
Desempregados	45.8%	45.0%	66.4%
Empregados	67.0%	63.8%	80.4%

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Considerando as transações digitais sob a ótica de gênero, percebe-se que as mulheres ainda transacionam menos que os homens ao longo do período considerado. Embora tenham melhorado 32% de 2014 para 2021, passando de 55% para 72,6%, elas ainda apresentam valores menores que os homens, que passaram de 63,2% para 80,3%.

Os jovens, como se nota, utilizavam menos as transações digitais que os adultos em 2014, mas passaram a utilizar mais que esses em 2021, passando de 47% para 77,9% dos indivíduos realizando pagamentos ou recebendo por meios digitais, enquanto os adultos passaram de 62,8% para 76,6%.

Quanto ao nível educacional, percebe-se que ocorreu um achatamento da diferença nas transações digitais, que era de 22,6 p.p., entre as participações relativas daqueles com até a educação primária e os com educação secundária ou superior, e passou para 6,9 p.p. Isso se deu pela evolução de 54,4% na participação relativa dos indivíduos com até a educação primária, que passou de 46,5% para 71,8%.

Essa melhora também ocorreu quando observa o nível de renda, em que a evolução dos 40% mais pobres passou de 50,8 para 72,3%, de 2014 para 2021. Os mais ricos também melhoram 22,9% de 2014 para 2021, passando de 64,5% para 79,3. O resultado é uma redução na diferença entre as participações relativas de 13,7 p.p. para 7 p.p., uma redução de 49% nesse *gap*.

Com relação à variável emprego, os desempregados têm menor participação que os empregados, sendo que estes, em 2021, apresentam 80,4% de participação relativa, enquanto aqueles 66,4%. Essa foi a maior diferença relativa, em 2021, dentre todas as variáveis analisadas, sendo de 14 p.p. Entretanto, se revela uma melhora de 45% na participação dos desempregados, que passaram de 45,8% para 66,4% de 2014 para 2021.

A fim de melhorar a análise, bem como explorar os impactos da pandemia, em 2021, a pesquisa *Global Financial Inclusion*, questionou a utilização de meios digitais para pagamentos, em lojas físicas ou on-line, bem como se esses indivíduos já haviam o feito antes da pandemia, sendo os resultados apresentados na Tabela 9. Em 2021, cerca de 49,7% dos indivíduos pagaram uma compra em loja física utilizando meios digitais, sendo que, desses, 32,3% o fizeram pela primeira vez após o começo da pandemia. Ainda, 34,4% dos indivíduos já compraram pela internet utilizando pagamento digital, sendo que 21,9% o fizeram pela primeira vez após o início da pandemia.

Quando avaliadas as características socioeconômicas, o percentual de mulheres que já compraram usando pagamentos digitais é menor que o dos homens, tanto quando consideramos lojas físicas (40,4% contra 58,5%) quanto on-line (27,7% contra 40,8%). Entretanto, o percentual que o fizeram pela primeira vez após a pandemia é maior entre as mulheres. 34,3% das mulheres que pagaram compras digitalmente em lojas físicas o fizeram pela primeira vez após a pandemia, e 29% considerando pagamento on-line.

O nível de instrução também se mostrou importante no uso de meios digitais para pagamentos, sendo que, em lojas físicas, aqueles com graduação tiveram participação relativa 118% maior que os com até o primeiro grau, sendo 36,5% deste frente a 79,6% daqueles. Por outro lado, 54,1% dos indivíduos com até o grau primário que fizeram pagamentos digitais o fizeram pela primeira vez após a pandemia. A interpretação é semelhante quando consideradas as compras on-line, entretanto, observa-se entre os graduados que o fizeram, apenas 3,8% o fizeram pela primeira vez após a pandemia.

Tabela 9 – Percentual de indivíduos que pagaram compras em lojas físicas ou on-line por meio digital em 2021 segmentado por características socioeconômicas

	Compras em Loja	Após Pandemia	Comprou pela Internet	Após Pandemia
<b>Total</b>	49.7%	32.3%	34.4%	21.9%
<b>Sexo</b>				
Homem	58.5%	30.9%	40.8%	17.4%
Mulher	40.4%	34.3%	27.7%	29.0%
<b>Educação</b>				
Até o Primeiro Grau	36.5%	54.1%	12.3%	36.1%
Segundo Grau Completo	50.7%	32.1%	39.4%	26.3%
Terceiro Grau ou Mais	79.6%	10.6%	66.9%	3.8%
<b>Emprego</b>				
Empregado	56.2%	31.8%	39.7%	20.0%
Desempregado	33.1%	34.3%	20.6%	31.4%
<b>Idade</b>				
Menor que 25	54.0%	29.4%	50.0%	24.9%
Entre 25 e 40	43.9%	30.0%	21.7%	18.7%
Acima de 40	55.1%	36.7%	42.2%	22.0%
<b>Renda</b>				
Pobres 20%	31.2%	50.9%	12.4%	35.1%
Segundo 20%	40.1%	59.3%	24.9%	30.0%
Médio 20%	43.9%	32.3%	28.4%	33.2%
Quarto 20%	61.3%	31.7%	51.5%	21.5%
Ricos 20%	72.0%	9.8%	54.4%	9.9%

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

A parte dos empregados que já realizaram pagamentos digitais é maior que a dos não empregados, tanto em lojas físicas, quanto on-line, entretanto, assim como com as mulheres, os desempregados que já pagaram digitalmente, o fizeram após a pandemia, sendo 34,3% em compras físicas e 31,4% on-line.

Os jovens novamente se mostraram mais familiarizados com os meios digitais, principalmente após a pandemia. Os adultos passaram mais a realizar pagamentos digitais em compras físicas após a pandemia, sendo que cerca de 36,7% daqueles com mais de 40 anos o

fizeram pela primeira vez após a pandemia. O público de 24 a 40 anos teve menor parcela pagando digitalmente 21,7%, sendo que apenas 18,7% o fizeram pela primeira vez após a pandemia.

Analisando-se o fator renda, nota-se que aqueles com melhores níveis de renda tiveram maior participação relativa de indivíduos pagando digitalmente, tanto em lojas físicas, quando on-line. É necessário ressaltar que apenas 12,4% dos mais pobres pagaram digitalmente uma compra on-line, enquanto 54,4% dos mais ricos o fazem. Outro destaque é que 59,3% dos 20% mais ricos fizeram pagamentos digitais em lojas físicas pela primeira vez após a pandemia, sendo que sugere uma relação negativa entre a renda e ter comprado a primeira vez após a pandemia.

#### 4.4.3 Desbancarização

A despeito das transformações recentes, ainda existe uma parte da população que não está bancarizada. A Tabela 10 apresenta o percentual de indivíduos desbancarizados, que não possuem conta, e os motivos apresentados em 2011 e 2021. Cabe notar que a desbancarização caiu 63% em 10 (dez) anos, evoluindo de 43,3% em 2011 para 16% em 2021. Já analisando as motivações, nota-se que entre aqueles não possuem conta bancária, o custo de manter a conta (67,3% em 2021) e o pouco dinheiro (62,6% em 2021) são os principais motivos. Ainda se observa que em 2021, 35,2% afirmaram acreditar que não precisam de uma conta bancária, não havendo essa questão em 2011.

Tabela 10 – Percentual de Indivíduos sem conta bancária ou digital e as motivações para não a ter em 2011 e 2021

	2011	2021
Indivíduos sem conta	43.3%	16.0%
Muito Longe	15.2%	32.9%
Muito Caro	49.2%	67.3%
Ausência de Documentação	21.4%	29.8%
Baixa Confiança	20.2%	25.4%
Pouco Dinheiro	67.2%	62.6%
Motivo Religioso	1.4%	13.5%
Outro possui	27.2%	43.9%
Não Precisa	-	35.2%

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Destaca-se que de 2011 para 2021 aumentou a participação relativa dos indivíduos que ressaltam a distância (116% de aumento), a ausência de documentação (39% de aumento),

motivos religiosos (864% de aumento), a posse de conta por outro membro da família (61% de aumento) e o custo de manter a conta (36% de aumento).

Duas explicações podem ser ofertadas quando analisamos os dois maiores aumentos, o primeiro é dado pela redução no número absoluto de desbancarizados, aqueles que o são por motivos religiosos, bem como os que moram em locais com baixa incidência de agências ou correspondentes bancários aumenta sua participação relativa. O segundo motivo, quanto à distância é que embora os meios digitais tenham ganhado presença, as tendências de mercado têm reduzido o número de agências e correspondentes bancários. Outro fato a se destacar é que, dentre aqueles que não têm conta, 32,7% não possuem celular próprio e 49,6% não possuem internet.

Para avaliar melhor as motivações para não se possuir conta, os dados de 2021 foram abertos e segmentados por características socioeconômicas, conforme mostra a Tabela 11. Considerando o gênero, as mulheres e os homens exibem diferenças: o custo de ter/manter a conta (72,7% e 59,7%, respectivamente), o dinheiro (60,1% e 66,1%, respectivamente), bem como outro membro/familiar já possuir a conta (37,8% e 52,5%, respectivamente). O destaque é que 37,1% dos homens acreditam não precisar de uma conta, enquanto as mulheres 33,9%.

Tabela 11 – Motivações para não ter conta bancária em 2021 segmentado por característica socioeconômica no Brasil

	Muito Longe	Muito Caro	Ausência de Documentação	Baixa Confiança	Motivo Religioso	Pouco Dinheiro	Outro possui	Não Precisa
<b>Total</b>	32.9%	67.3%	29.8%	25.4%	13.5%	62.6%	43.9%	35.2%
<b>Sexo</b>								
Homem	34.0%	59.7%	21.9%	25.9%	9.1%	66.1%	52.5%	37.1%
Mulher	32.2%	72.7%	35.5%	25.0%	16.6%	60.1%	37.8%	33.9%
<b>Educação</b>								
Até o Primeiro Grau	24.0%	70.1%	35.7%	35.8%	19.4%	54.9%	54.9%	42.3%
Segundo Grau Completo	36.8%	64.0%	25.5%	20.5%	11.3%	68.0%	40.2%	30.3%
Terceiro Grau ou Mais	13.7%	79.7%	8.7%	40.9%	0.0%	62.3%	13.7%	26.0%
<b>Emprego</b>								
Empregado	35.0%	58.6%	29.0%	22.6%	9.2%	63.7%	38.7%	39.8%
Desempregado	29.9%	80.5%	31.1%	29.7%	20.0%	60.9%	51.9%	28.3%
<b>Idade</b>								
Menor que 25	33.0%	56.4%	34.9%	9.8%	0.0%	58.7%	52.5%	36.5%
Entre 25 e 40	33.1%	69.1%	30.7%	29.9%	21.6%	65.4%	44.0%	35.0%
Acima de 40	32.6%	76.2%	21.8%	33.7%	11.4%	60.9%	33.6%	34.4%
<b>Renda</b>								
Pobres 20%	27.5%	76.3%	18.3%	27.5%	5.1%	68.6%	34.1%	28.1%
Segundo 20%	38.4%	63.4%	48.6%	24.6%	16.8%	51.4%	57.3%	31.1%
Médio 20%	36.4%	73.3%	18.9%	23.7%	20.5%	80.0%	33.4%	28.0%
Quarto 20%	23.2%	69.4%	30.4%	43.9%	16.8%	61.3%	41.1%	52.5%
Ricos 20%	33.5%	48.2%	27.8%	5.7%	0.0%	43.7%	53.9%	48.3%

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Entre aqueles com até o primeiro grau, para além do custo (70,1%) e do pouco dinheiro (54,9%), revela-se que outro membro possui (54,9%), bem como 42,3% acreditam não precisar de uma conta. A participação relativa dos que acreditam não precisar de uma conta cai conforme aumenta o nível educacional (redução de 38,55%), bem como outro membro possuir (redução 75%). Nota-se, ainda, que 40,9% dos indivíduos graduados que não possuem conta afirmam não possuir devido à falta de confiança.

Entre os empregados e desempregados não se nota diferença significativa a não ser os motivos religiosos (20% para os desempregados) e a alta participação do custo de manter a conta (80,5% para os desempregados). Analisando a renda, o custo de manutenção da conta, bem como a ausência de dinheiro reduz sua participação com o aumento da renda, enquanto ganha espaço “outro membro possuir conta” e a “não precisar de uma conta”.

Por fim, quando avaliada a idade, destaca-se que os jovens apresentam menos a questão financeira para não ter conta em relação aos adultos, o que se destaca é a ausência de documentação (34,9%) e outro membro já possuir (52,5%). Outro destaque é que os jovens não exibiam falta de confiança para possuir conta, apenas 9% responderam sim a este quesito.

#### **4.4.4 Desigualdades Regionais Brasileiras relativamente à inclusão financeira**

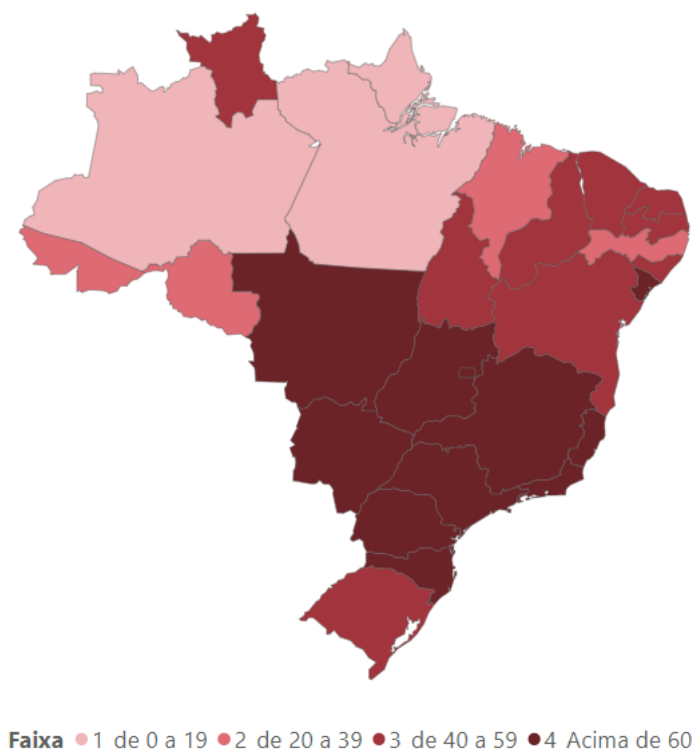
Dentre as diversas desigualdades características da economia brasileira, uma das mais notórias é a desigualdade regional. Uma vez que este trabalho busca relacionar a inclusão financeira com o desenvolvimento, é útil fazer uma exploração acerca das condições de inclusão financeira presentes nos estados, a partir dos principais indicadores calculados e adaptados de outros trabalhos acerca do tema.

A Figura 8 apresenta a distribuição das faixas do Índice de Inclusão Financeiro<sup>11</sup> (IIF) calculado por BCB (2021) para o ano de 2020. Visualmente, nota-se que a região Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentam maiores valores para o IIF, com destaque para o Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Os valores do IIF calculado para cada estado pode ser encontrada na Quadro 2, do Apêndice C.

---

<sup>11</sup> O Índice de Inclusão Financeira (IIF) tem valores de 0 a 100 e é calculado considerando a quantidade de pontos de atendimentos por 10 mil adultos, percentual da população com acesso à internet, percentual de adultos com relacionamento bancário, percentual de adultos tomadores de crédito, taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal não consignado, percentual da população inscrita no Cadastro Único com relacionamento com instituições financeiras, percentual da população inscrita no Cadastro Único com cartão de crédito na modalidade à vista/parcelado lojista, percentual dos inscritos no Cadastro Único com operações de crédito BCB (2021).

Figura 8 – Distribuição do Índice de Inclusão Financeira por estados brasileiros – 2020



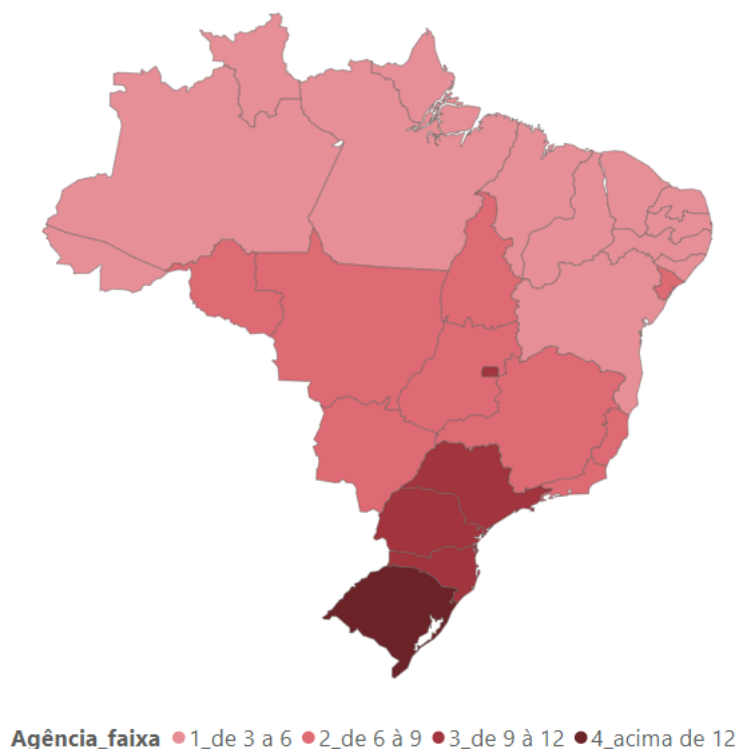
Fonte: elaboração própria com dados do BCB (2021).

Já os Estados da Região Norte e Nordeste apresentaram os menores índices do IIF, com destaque para Amazonas, Pará e Amapá, que apresentaram os menores valores. Outros destaques são o Estado de Sergipe, que está na faixa superior do índice, e o Estado do Rio Grande do Sul que está na faixa intermediária.

A Figura 9, a seguir, traz os dados da penetração bancária, medida pelo número de agências bancárias para cada 100.000 (cem mil) habitantes. É possível perceber que, enquanto as regiões do Sul, Centro Oeste e Sudeste apresentam 11 agências para cada 100.000 (cem mil) habitantes, as regiões Norte e Nordeste apresentam 6 agências.

Os estados com maior número de agências por 100.000 (cem mil) habitantes são: o Rio Grande do Sul (12,9), Distrito Federal (11,9) e São Paulo (11,1), enquanto os estados com menos agências bancárias são Roraima (3,9), Maranhão (4,29) e Amazonas (4,59). Os resultados para cada estado são apresentados na Quadro 3 no Apêndice C.

Figura 9 – Penetração Bancária<sup>12</sup> nos estados brasileiros – 2021



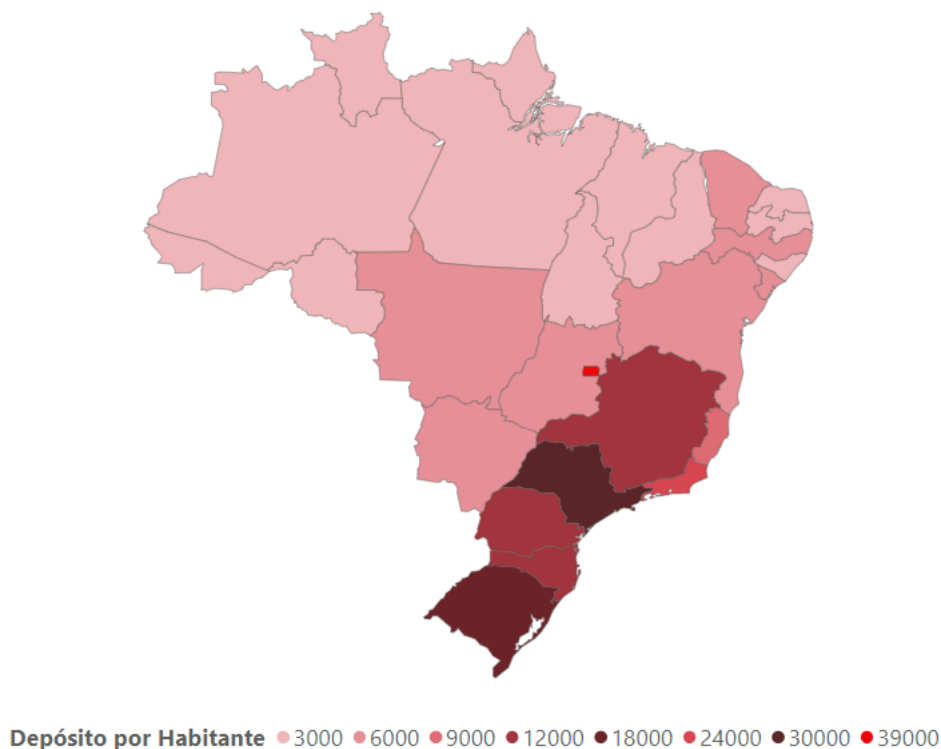
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (2021).

Analisando o volume médio de depósitos por habitantes, apresentado na Figura 10, é possível verificar, também, as divergências regionais. De fato, Sul, Sudeste e Centro-Oeste se destacam. Considerando os dados apresentados na Quadro 3, no Apêndice C, são em média R\$18.162,00 (dezoito mil cento e sessenta e dois) o valor do depósito por habitante, sendo o Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro os estados com os maiores Depósitos *per capita*. Destaca-se que o Mato Grosso do Sul teve R\$ 6.807 (seis mil oitocentos e sete), muito abaixo da média da Região Centro-Oeste, que foi de R\$14.167 (quatorze mil cento e sessenta e sete).

A região Norte e Nordeste novamente apresentaram menores valores de depósito por habitante, sendo registrados o valor de R\$4.748,00 (quatro mil setecentos e quarenta e oito) e R\$5.536,00 (cinco mil quinhentos e trinta e seis), respectivamente para ambas as regiões. Os estados com menores valores foram, novamente, Maranhão, Piauí e Amapá. Os valores de depósito por habitantes para cada estado e região são apresentados no Quadro 3 no Apêndice C.

<sup>12</sup> Calculada dividindo o número de agências bancárias em 2021 pela população estimada pelo IBGE em 2021.

Figura 10 – Depósito por habitantes<sup>13</sup> nos estados brasileiros – 2021



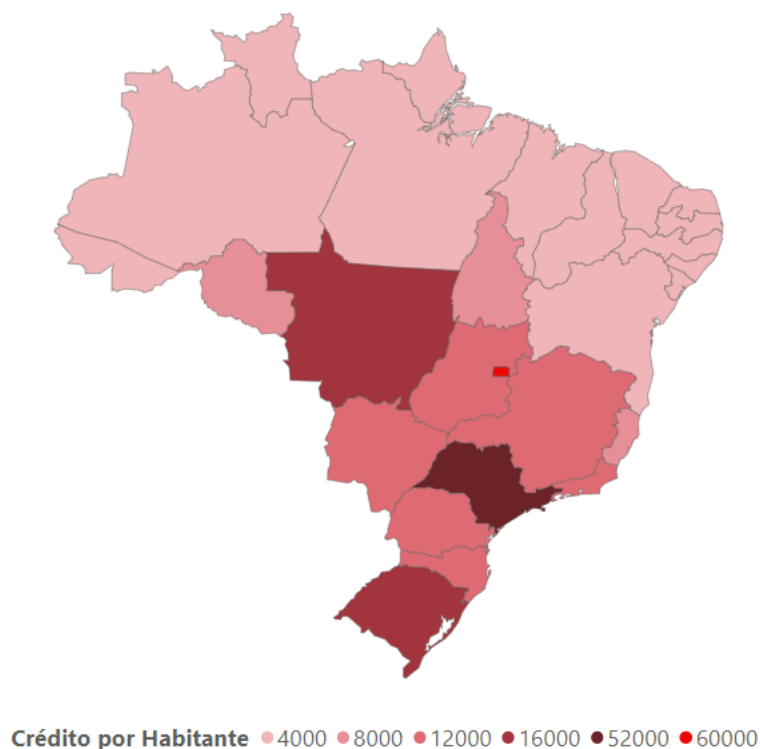
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (2021).

Além do volume depositado, é possível analisar as desigualdades pelo volume concedido de crédito, que é apresentado na Figura 11. Novamente verifica-se que os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste obtêm maior volume de crédito concedido por habitante, em média R\$24.744,00 (vinte e quatro mil e setecentos e quarenta e quatro), por habitante, sendo que os estados com maiores valores são o Distrito Federal, São Paulo e Mato Grosso.

A Região Norte e Nordeste apresentam valores médios de Crédito por habitante de R\$ 6.128,00 (seis mil cento e vinte e oito) e R\$ 5.570,00 (cinco mil e quinhentos e setenta), respectivamente. Cabe notar que os estados do Maranhão, Amazonas e Pará apresentam os menores valores de crédito por habitante, ao passo que Rondônia e Tocantins apresentam média de crédito por habitante superior a R\$10.000,00 (dez mil). O volume de crédito por habitante para cada estado é apresentado no Quadro 3 no apêndice C.

<sup>13</sup> Calculada dividindo o volume de Depósitos (a Prazo, à vista e Poupança) em 2021 pela população estimada pelo IBGE em 2021.

Figura 11 – Crédito por habitantes<sup>14</sup> nos estados brasileiros – 2021



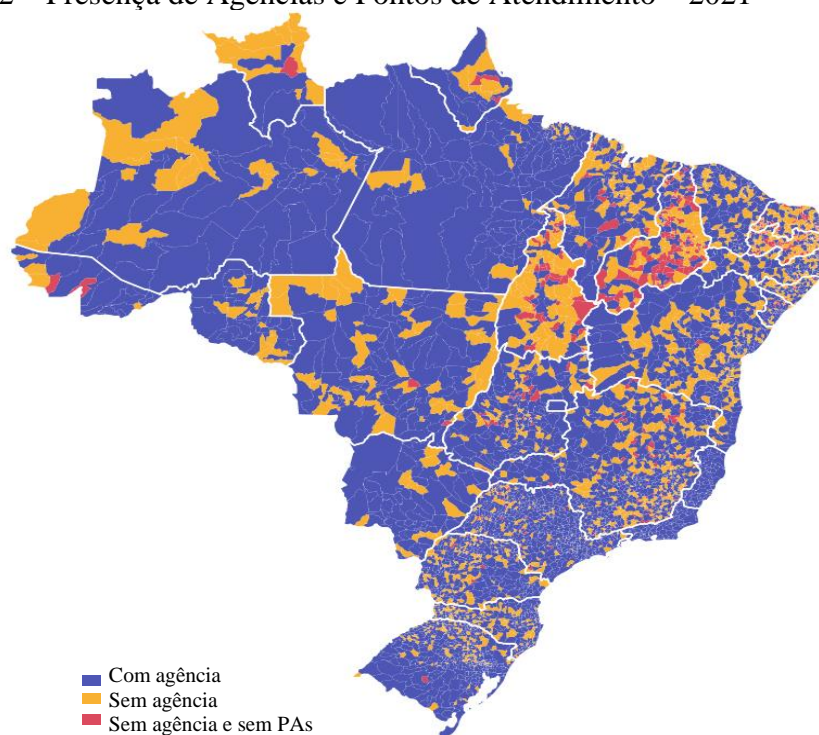
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (2021).

É possível ressaltar que existem diferenças regionais significativas dentro das próprias regiões, principalmente se considerados o Norte e Nordeste em relação as outras regiões. Em todos os indicadores, o estado do Maranhão, Pará e Alagoas apresentaram os piores valores para as variáveis representativas da inclusão financeira. Por outro lado, destacam-se os Estados de São Paulo e o Distrito Federal, que apresentam os melhores indicadores, de um modo geral.

Nota-se, com base nos dados reportados no Quadro 4 do apêndice C, que aproximadamente 8,3% na população do Norte e 19,3% da população do Nordeste não têm acesso direto a agências bancárias em seus municípios, enquanto esse valor é de 3,3% no Sudeste, 6,1% no Centro-Oeste e 5,8% no Sul. Ainda, observando a distribuição na Figura 12, nota-se que, embora existam desigualdades entre os estados, dentro dos estados também existem regiões sem a presença de instituições bancárias, mesmo em regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul.

<sup>14</sup> Calculada dividindo o volume de Crédito Bancário (curto e médio prazo) em 2021 pela população estimada pelo IBGE em 2021.

Figura 12 – Presença de Agências e Pontos de Atendimento – 2021



Fonte: adaptada de BCB (2021).

Considerando-se as estimativas do Quadro 4 do Apêndice C, é necessário destacar a baixa distribuição bancária, em Estados com alto percentual de cidades sem agências como Tocantins (80,6%), Piauí (81,7%), Rio Grande do Norte (77,2%), Paraíba (78,9%), Roraima (66,7%), Pará (67,4%) e Alagoas (61,8%), todos com mais de 60% das cidades sem nenhuma agência bancária. Embora seja possível imaginar que se trata de cidades pequenas, estima-se, considerando os habitantes dessas cidades, que o percentual de pessoas sem acesso direto a agências bancárias seja, em média, 25% da população desses estados.

Por outro lado, destacam-se: Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, como locais que possuem 100% das Cidades com a presença de agências bancárias. Entre aqueles com menores percentuais de cidades sem agências, destacam-se São Paulo (21,4%), Rio Grande do Sul (29,4%) e Mato Grosso do Sul (27,8%), todos com menos de 30% de cidades sem agência bancárias, um média de 3,7% da população desses estados sem disponibilidade direta de uma agência. Já os estados com maiores percentuais de cidades sem agência são Piauí (81,7%), Paraíba (78,9%) e Rio Grande do Norte (77,2%). Considerando-se a média brasileira, tem-se um total de 8,7% da população sem acesso direto a agências bancárias, o que corresponde a mais de 2500 cidades, sendo 45% do total de cidades brasileiras.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A inclusão financeira é um processo amplo, que representa mais do que o fato de estar ou não incluído, mas consiste numa situação na qual o indivíduo efetivamente faz uso dos serviços financeiros das instituições formais. A literatura internacional vem avançando desde o início do século XXI, o que tem ampliado o entendimento do tema da inclusão financeira, teórica e empiricamente, formas de mensuração, níveis de inclusão financeira, seja medido pelo acesso, uso ou qualidade. Outros avanços possibilitaram, também, relacionar a inclusão financeira a tópicos diversos do desenvolvimento econômico, como estabilidade econômica, crescimento, desigualdade e desempenho das políticas econômicas.

Nacionalmente, os trabalhos tardaram um pouco mais, sendo os primeiros datados do final da década de 2000, movimento que ocorreu em muitos países em desenvolvimento, como mostra Lenka e Bairwa (2016). Esses trabalhos replicaram as principais metodologias utilizadas na economia internacional que, como apresentado, buscam mensurar índices ou utilizam *proxy* de variáveis de acesso e uso para comparar níveis de inclusão financeira entre regiões (países, estados e municípios), ou relacionar esses às variáveis de desenvolvimento já destacadas.

Cabe notar que a análise exploratória dos dados apresenta indícios de que desigualdades presentes no país, como as questões de gênero, idade, renda e escolaridade, se mostraram determinantes na distinção dos que estão ou não bancarizados (e conseqüentemente incluídos). Em resumo, são mais bancarizados os homens, com maior idade, renda e escolaridade, embora seja preciso destacar que, quando falamos em inclusão (uso efetivo), o quesito idade sofre uma inversão, sendo os mais jovens os mais inclusos.

Ainda, destacam-se divergências regionais e microrregionais quando analisado alguns indicadores de inclusão financeira, como o próprio IIF do BCB (2021), a média de crédito e depósitos por habitantes, o número de agências por 100.000 (cem mil) habitantes e percentual de cidades e pessoas sem acesso direto a instituições financeiras, nota-se que Sul, Sudeste e Centro-Oeste são mais incluídos financeiramente que as Regiões Nordeste e Norte.

Na seqüência, a análise empírica busca avançar em algumas destas principais discussões empíricas, trazendo um modelo dos determinantes da inclusão financeira (nível microeconômico) e outro sobre a relação entre inclusão e desenvolvimento.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS MODELOS DE INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO

### 5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO CAPÍTULO

Com o intuito de estudar os impactos macroeconômicos, bem como os impactos microeconômicos sobre a inclusão financeira, esse capítulo tem por objetivo desenvolver dois modelos estatísticos, um microeconômico e outro macroeconômico.

O modelo microeconômico busca averiguar como as características socioeconômicas dos indivíduos determinam a sua inclusão ou exclusão financeira. Os dados foram obtidos da pesquisa *Global Findex* (2021) para o Brasil, para os anos de 2011, 2014, 2017 e 2021, sendo estimado de um modelo *logit* Multinomial, que busca utilizar as características do indivíduo que dadas as suas decisões tomadas pode se classificar como desbancarizado (não possuir uma conta), sub-bancarizado (possuir uma conta e não utilizar serviços financeiros) e incluído (possuir uma conta e utilizar serviços financeiros).

O modelo macroeconômico, por sua vez, busca mensurar como a bancarização se relaciona com o desenvolvimento, sendo que, para esse fim, também se utiliza os resultados da pesquisa *Global Findex* (2021) para os anos de 2011, 2014, 2017 e 2021, além de dados do *World Bank* (2021), para a construção de um Painel de Dados, sendo que se utiliza como *proxy* do desenvolvimento o PIB *per capita*.

A fim de cumprir este objetivo, o presente capítulo foi estruturado da seguinte forma: além dessa breve introdução, são apresentadas no item 5.2 a análise dos condicionantes microeconômicos da inclusão financeira, sendo apresentada a metodologia proposta, as transformações e os dados utilizados, ainda apresenta os resultados para o modelo logístico, que explora a variação das chances de o indivíduo ser incluído ou excluído financeiramente, considerando suas características. Já o item 5.3 apresenta um estudo da relação entre desenvolvimento econômico e inclusão financeira, descrevendo o modelo de dados em painel, os dados utilizados e os resultados evidenciados na relação entre bancarização e o desenvolvimento econômico. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

### 5.2 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES MICROECONÔMICOS DA INCLUSÃO FINANCEIRA

#### 5.2.1 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE A INCLUSÃO FINANCEIRA

A inclusão financeira é um processo, como denominado por Valle *et al.* (2020), que se inicia com os agentes desbancarizados (*unbanked*), que podem não receber incentivos à

bancarização e se tornarem excluídos, sendo os motivos para isso diversos, e alguns deles já explorados ao longo desse trabalho, mas se destaca: burocracia, custo de manutenção e a localização geográfica, tornando esses indivíduos excluídos financeiramente.

Por outro lado, é possível que os indivíduos abram uma conta em instituições formais, mas não utilizem os produtos e serviços oferecidos, sendo que Kempson, Aktinson e Pilley (2004) denominaram esses de *underbanked*, ou sub-bancarizados. Para os autores, esses indivíduos mesmo tendo conta, não utilizam meios de pagamentos, cartão (de débito ou crédito), mas apenas recebem recursos por sua conta, sacando, e passando a transacionar de forma informal.

Com o passar do tempo, esses indivíduos passam a ganhar confiança no sistema formal, e começam a operacionalizar seus pagamentos por meio dos produtos e serviços oferecidos. Começa-se o processo de bancarização, não sendo esse aqui compreendido como a posse de uma conta em banco, mas como a utilização desse. Por fim, o último estágio, quando o indivíduo, além de utilizar serviços básicos, passa a realizar poupança, tomar crédito ou realizar investimento, contratar seguros e outros benefícios, podendo ser considerado este indivíduo como incluído financeiramente.

Ribeiro *et al.* (2020) destacam que as desigualdades de renda estão intimamente relacionadas à desigualdade na inclusão financeira, entretanto, outros trabalhos revelam diferenciação de gênero, raça, idade e escolaridade, como fatores que impactam a inclusão financeira. Como apresentado por Koker e Jentzsch (2013), não é apenas a abertura de uma conta que caracteriza se um indivíduo é incluído ou não. Os autores ao utilizarem um modelo *logit* revelam que gênero, idade e renda são estatisticamente significativos para explicar a permanência no setor informal.

Desse modo, esse trabalho se propõe a investigar as relações entre variáveis qualitativas do indivíduo e a inclusão financeira, utilizando como base os dados do Global Financial Index (*Global Findex*), uma pesquisa qualitativa aplicada em mais de 100 países de nos anos de 2011, 2014, 2017 e 2021. Para realizar tal estudo, iremos qualificar os indivíduos em desbancarizados (autoexclusão ou exclusão por outros fatores), sub-bancarizados e incluídos (bancarizados e incluídos financeiramente).

Essa divisão, entre bancarizados, desbancarizados e sub-bancarizados, é feita com base em alguns trabalhos, como Kempson, Aktinson e Pilley (2004) e Cámara e Tuesta (2014) e Demirgüç-Kunt, Klapper e Singer (2017). Para realizar essa divisão, utilizou-se os dados do *Global Findex* sendo que as variáveis utilizadas para a divisão estão expressas na Tabela 12.

Tabela 12 – Classificação dos indivíduos

Classificação	Resumo	Dados	Teóricos
Sub-bancarizados (0)	Possuem conta em instituições financeiras, mas não utilizam os serviços.	Possuem conta, mas não possuem cartão de crédito ou débito, não poupam ou tomam crédito por instituições formais.	Kempson, Aktinson e Pilley (2004)
Desbancarizados (1)	Não possuem conta em instituições financeiras, podendo ser por dois motivos, em geral, a autoexclusão ou o processo de exclusão bancária.	Não possuem conta em instituições financeiras.	Cámara e Tuesta (2014)
Incluídos (2)	Indivíduos bancarizados, que utilizam os produtos e serviços bancários por instituições Formais.	Possuem conta, utilizam cartão de crédito ou débito, poupam ou tomam crédito por instituições formais.	Demirgüç-Kunt, Klapper e Singer (2017)

Fonte: elaboração própria.

Cámara e Tuesta (2014) destacam que os *unbanked* são os indivíduos que não possuem conta em instituições financeiras, entretanto, citam que o levantamento feito pelo *Global Findex* revelou que algumas pessoas não possuem contas bancárias, mas utilizam os serviços financeiros por meio de contas do cônjuge, por exemplo, sendo considerados, assim, bancarizados.

Já Demirgüç-Kunt, Klapper e Singer (2017) destacam que os bancarizados podem ser entendidos como os indivíduos que utilizam efetivamente os serviços e produtos bancários, bem como poupam, investem, adquirem seguro ou crédito por meio de instituições formais. Utilizando esses parâmetros, os indivíduos respondentes do *Global Findex* para o Brasil foram divididos entre essas categorias a fim de aplicar o modelo *logit* Multinomial.

### 5.2.2 MODELO LOGÍSTICO PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA

O modelo proposto para a exploração dos dados nesse trabalho são os modelos de regressão logística, que segundo Greene (2018), são utilizados a fim de estudar variáveis qualitativas, isto é, que expressam a qualidade do indivíduo ou objeto do estudo. Nesse processo, existem algumas formalizações, sendo que a mais simples delas é a de variáveis qualitativas binárias que indicam as características por meio de duas opções, tais como: sim ou não, direita esquerda, ter conta ou não ter. Além dessa estrutura binária, é possível estabelecer qualidades múltiplas, a qual pode ser entendida como mais de uma opção de escolha.

Greene (2018) destaca dois modelos de regressão logística, o *logit* e o *probit*, que permitem estimar probabilidades, efeitos parciais e uma série de resultados auxiliares, porém

se impõe a distribuição normal (probit) ou logística (logit) aos dados. Embora existam outras distribuições, o autor ressalta que os modelos probit e logit são as estruturas mais comuns usadas em aplicações econométricas.

Cramer (2003) observa que os modelos *probit* e *logit* se tornaram ferramentas comuns de pesquisa estatística aplicada. O modelo *logit* é o mais versátil dos dois, por suas propriedades analíticas simples que permitem seu uso em contextos muito diferentes e para uma ampla variedade de propósitos. O autor ainda destaca que os modelos são estimados por máxima verossimilhança, desde o modelo binário simples ao modelo multinomial.

Maddala (1983) apresenta o modelo de regressão logística como utilizando uma variável latente ( $y^*$ ), não observável, que gera uma variável qualitativa, destacável em partes, segundo a variável latente, sendo, então, possível estudar a esperança da variável latente, dado um conjunto de variáveis explicativas, estar entre os determinados níveis, como no exemplo a seguir:

Para variáveis binárias:

$$y^* = \beta' x_i + u_i \quad (5.1)$$

Sendo que:

$$y = 1 \text{ se } y^* > 0$$

$$y = 0 \text{ se } y^* = 0$$

Para variáveis Multinomiais:

$$y^* = \beta' x_i + u_i \quad (5.2)$$

Sendo que:

$$y = 0 \text{ se } y^* = 0$$

$$y = 1 \text{ se } 0 < y^* < a$$

$$y = 2 \text{ se } y^* > a$$

Maddala (1983) demonstra algumas possibilidades quando existem mais de uma opção de escolha. A primeira delas é a escolha multinomial com variável desordenada (*unordered variables*), que são caracterizadas pela possibilidade de se escolher mais de uma escolha, sendo que cada uma possui uma probabilidade de ocorrência. Outro modelo é o de escolhas ordenadas (*ordered-response models*), caracterizado por escolhas de categoria ordenável, como faixa etária e escolarização. A autora ainda destaca um caso adicional de escolha sequencial, que pode ser expresso como um conjunto de opções binárias, escolhidas ao longo de um processo decisório: terminar ou não o curso de mestrado, começar ou não o doutorado, terminar ou não o doutorado, e assim por diante.

Greene (2018) ainda separa os modelos policotômicos ou politômicos em dois, os Condicionais e os Multinomiais, sendo que a principal diferença está no modo com que se estuda o processo. No caso do *logit* condicional, a escolha é estudar com base em suas características, no caso do tema em questão, seria relacionar a bancarização à qualidade do serviço, a distância da agência ao custo de manutenção e outras características das instituições financeiras ou da conta. Por outro lado, o modelo de *logit* multinomial utiliza como base as características do agente que realizou a escolha, sendo esse o caso deste trabalho, no qual a classificação acima pode ser explicada pelas características do indivíduo, como gênero, faixa etária, faixa de renda, nível educacional e etnia.

Dessa forma, o modelo utilizado, com base em Greene (2018) e Cramer (2003), pode ser expresso da seguinte forma:

$$P_i = \Pr ob(Y_i = j) = \frac{e^{(\beta_j' x_i)}}{\sum_{k=0}^j e^{(\beta_k' x_i)}}, \text{ para } j = 0,1,2 \quad (5.3)$$

Sendo que  $Y_i = 0$  os sub-bancarizados,  $Y_i = 1$  os desbancarizados e o  $Y_i = 2$  os incluídos. Ainda,  $x_i$  é o vetor de variáveis explicativas, enquanto  $\beta$  é o vetor de parâmetros a serem estimados e “e” a base dos logaritmos naturais.

Devido às características do modelo de probabilidade com soma 1, mas que a equação 1, ao apresentar  $J + 1$  categorias de resposta para  $x_i$  variáveis explicativas, é necessário realizar uma normalização, considerando o valor de  $\beta_0 = 0$ , sendo possível reescrever a equação 1 como:

$$P_i = \Pr ob(Y_i = j) = \frac{e^{(\beta_j' x_i)}}{\sum_{k=1}^j e^{(\beta_k' x_i)}}, \text{ para } j = 1,2 \quad (5.4)$$

Dessa forma, o modelo pode ser reescrito na forma do logaritmo da razão de chances, tal que:

$$\frac{\ln P_{ik}}{\ln P_{ik}} = x'_i (\beta_j - \beta_k) = x'_i \beta_j \text{ se } k = 0 \quad (5.5)$$

Nesse processo, os betas representam a razão entre a probabilidade do tipo  $j$  e a probabilidade do tipo  $k$ . Desconhecendo as probabilidades, o modelo é estimado por máxima verossimilhança, da seguinte forma, conforme Gonçalves e Braga (2008):

$$\ln L = \sum_{i=1}^n \sum_{j=0}^0 d_{ij} \ln \Pr ob(Y_i = j) \quad (5.6)$$

Sendo que  $d_{ij} = 1$  se a alternativa  $j$  for escolhida pelo indivíduo  $i$ , e  $d_{ij} = 0$  se a alternativa  $j$  não é escolhida. Então, os parâmetros são obtidos derivando a equação

$$\frac{\partial \ln L}{\partial \beta_j} = \sum_1^i (d_{ij} - P_{ij}) x_i \text{ para } j = 1, 2 \quad (5.7)$$

Desse modo, o modelo pode ser escrito, tendo como base 0 os sub-bancarizados, como:

$$\ln\left(\frac{P_1}{P_0}\right) = \beta_0 + \beta_1 \text{Mulher} + \beta_2 \text{Idade} + \beta_3 \text{renda} + \beta_4 \text{Grad} + \beta_5 \text{Poup} \quad (5.8)$$

$$\ln\left(\frac{P_2}{P_0}\right) = \delta_0 + \delta_1 \text{Mulher} + \delta_2 \text{Idade} + \delta_3 \text{renda} + \delta_4 \text{Grad} + \delta_5 \text{Poup} \quad (5.9)$$

Nesse caso, as variáveis expressas nas equações acima são apresentadas na Tabela 13, que apresenta as mulheres (Mulher) com relação negativa com a inclusão e positiva à desbancarização, enquanto apresenta idade (Idade), renda (Renda), graduação (Grad) e poupança (Poup) como positivamente relacionado à inclusão e negativamente relacionado com a desbancarização.

Tabela 13 – Descrição das Variáveis utilizadas

Variável	Descrição	Hipótese	Referências
Mulher	Respondente da pesquisa do sexo feminino	Sexo é negativamente relacionado à probabilidade de ser incluído e positivamente relacionado à desbancarização.	Ouma, Odongo e Were (2017), Ribeiro <i>et al.</i> (2020)
Idade	Faixa de idade do respondente	Quanto maior a faixa de idade, maior a probabilidade de ser incluído e menor a probabilidade de ser desbancarizado.	Ouma, Odongo e Were (2017)
Renda	Faixa de Renda	Quanto maior a faixa de renda, maior a probabilidade de ser incluído e menor a probabilidade de ser desbancarizado.	Reis e Ventura (2015), Ouma, Odongo e Were (2017), Ribeiro <i>et al.</i> (2020),
Educ	Nível de Educação	Maior nível educacional aumenta a probabilidade de estar incluído e diminui a probabilidade de ser desbancarizado.	Reis e Ventura (2015), Ouma, Odongo e Were (2017), Ribeiro <i>et al.</i> (2020)
Poup	Respondente poupou nos últimos 12 meses	Ter poupado aumenta a probabilidade de estar incluído e diminui a probabilidade de ser desbancarizado.	Demirgüç-Kunt, Klapper, Singer (2017), Voica (2017)

Fonte: elaboração própria.

Com o intuito de facilitar a análise, é realizada uma transformação no modelo de regressão logístico, conhecida como razão de risco relativo (RRR), que consiste no processo de realizar o exponencial do coeficiente do modelo de regressão logística multinomial, que sendo logarítmico, não permite fácil interpretação, pois o resultado é a variação da razão de chances, assim, quando elevado ao exponencial, pode ser interpretado como a variação da probabilidade de o evento ocorrer. Após esse processo, para essa interpretação, o resultado é dividido e aplicado à seguinte equação:

$$Prob(a) = (Res(a) - 1) * 100 \quad (5.10)$$

Assim, será possível interpretar em variação percentual das chances de um evento ocorrer para uma determinada característica, em relação à base.

Ainda, é possível obter os efeitos marginais das variáveis explicativas derivando a equação 5.10, como se apresenta:

$$\frac{\partial P_i}{\partial x_i} = P_j \left( \beta_j - \sum_{k=0}^0 P_k \beta_k \right) = P_j (\beta_j - \bar{\beta}) \quad (5.11)$$

Greene (2018) ressalta que os betas expressos nas equações 5.8 e 5.9 não são os efeitos marginais que costumamos analisar econometricamente, mas sim os da equação 5.11, além disso, não necessariamente os betas e os efeitos marginais terão o mesmo sinal. Sendo que o efeito marginal é a probabilidade de um evento, em média, aumentar ou diminuir quando diferenciado uma característica, como, por exemplo, a probabilidade de ser incluída, sendo mulher em relação ao homem. Entretanto, vale uma análise exploratória dos dados, a partir de uma divisão nas três classificações mencionadas.

### 5.2.3 ANÁLISE DOS DADOS UTILIZADOS NO MODELO

A classificação realizada na base de dados foi feita considerando-se o indivíduo e não os pesos de cada indivíduo na amostra e, a fim de apresentar a participação de cada ano e de cada classificação na amostra, foi elaborada a Tabela 14. A base está equilibrada entre os anos, sendo que em 2011 esta apresenta 25,59% dos dados totais. Os classificados como incluídos financeiramente apresentaram 38% da Base. Considerando a classificação, percebe-se que o nível de inclusão financeira aumentou ao longo do período, passando de 28% para 60%, de 2011 para 2021.

Tabela 14 - Evolução (2011–2021) dos indivíduos estudados conforme classificação apresentada e participação relativa (em itálico) no Brasil

Classificação	2011	2014	2017	2021	TOTAL
Desbancarizados	460 <i>45%</i>	302 <i>30%</i>	292 <i>29%</i>	103 <i>10%</i>	1157 <i>29%</i>
Sub-bancarizados	287 <i>28%</i>	330 <i>33%</i>	409 <i>41%</i>	299 <i>30%</i>	1325 <i>33%</i>
Incluídos	285 <i>28%</i>	371 <i>37%</i>	299 <i>30%</i>	596 <i>60%</i>	1551 <i>38%</i>
TOTAL	1032 <i>25.59%</i>	1003 <i>24.87%</i>	1000 <i>24.80%</i>	998 <i>24.75%</i>	4033 <i>100%</i>

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

O nível de sub-bancarização aumentou até 2017 caindo em 2021, mas que ainda representa 30% dos indivíduos estudados. Já o número de desbancarizado se reduz ao longo dos anos. É possível questionar as diferenças entre os dados analisados aqui e os apresentados anteriormente para a desbancarização, sendo que a resposta para tal questão é que se utilizou, no momento da análise anterior, o peso que cada indivíduo tem na pesquisa de forma a representar o Brasil, enquanto nesse caso, são os dados individuais, sem considerar o peso de cada indivíduo.

Tabela 15 – Descrição da classificação dos entrevistados por características socioeconômicas – 2011 a 2021

	Desbancarizados	Sub-bancarizados	Incluídos	Total
Mulheres	66.03%	62.72%	49.13%	58.44%
Homens	33.97%	37.28%	50.87%	41.56%
1_20% mais pobres	25.76%	20.38%	6.96%	16.76%
2_Segundo 20%	25.15%	18.94%	12.12%	18.10%
3_Meio 20%	20.83%	20.23%	14.44%	18.18%
4_Quarto 20%	17.46%	23.09%	24.37%	21.97%
5_20% mais ricos	10.80%	17.36%	42.10%	24.99%
Até o Primeiro Grau	56.18%	44.68%	23.15%	39.70%
Segundo Grau Completo ou Incompleto	41.31%	49.13%	53.45%	48.55%
Graduado ou Pós-Graduado	1.56%	5.66%	22.63%	11.01%
n.r.	0.95%	0.53%	0.77%	0.74%
1_até 24 anos	26.71%	12.75%	14.06%	17.26%
2_de 25 a 34 anos	15.21%	20.15%	20.12%	18.72%
3_de 35 a 44 anos	14.17%	18.57%	21.47%	18.42%
4_de 45 a 59 anos	24.46%	22.57%	25.34%	24.18%
5_60 anos ou +	19.45%	25.96%	19.02%	21.42%

Obs: os dados de Renda são separados em quintis.

Fonte: elaboração própria com dados do *Global Findex* (2021).

Ainda, avaliando as classificações em relação às características socioeconômicas, a Tabela 15 apresenta as divisões de cada característica e a participação na classificação. Da base, 41,56% são homens e 58,44% são mulheres. Sendo que entre os sub-bancarizados os homens representam 33,97% e entre os Desbancarizados representam 37,28%, embora representem 50,87% dos incluídos.

Quando se analisa o nível de renda, nota-se que os desbancarizados diminuem, enquanto os incluídos aumentam quando se aumenta o nível de renda. O mesmo acontece quando se analisa o nível de instrução, pois entre os desbancarizados, 56,18% têm até o primeiro grau completo, enquanto entre os incluídos, cerca de 53,45% têm o segundo grau completo.

Considerando o fator idade, os jovens que tem até 24 anos são mais desbancarizados (26,71%), já entre os sub-bancarizados, o maior grupo é o de 60 anos ou mais (25,96%) e, entre os incluídos, a maioria dos indivíduos estão na faixa dos 45 aos 59 anos (25,34%).

#### **5.2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DO MODELO MICROECONÔMICO**

A regressão multinomial logística, que tem como fim apresentar se há probabilidade de um determinado fato ocorrer, dado outro fato tomado como base, aumenta ou diminui dados das características inerentes ao indivíduo tomador de decisão, e não as características da escolha. A validação das variáveis utilizadas se deu utilizando a estatística de  $\chi^2$  do teste LR (*likelihood ratio*), apresentados na Figura 1 do Apêndice A.

A Figura 13 traz os resultados do Modelo de Regressão *Logit* Multinomial, apresentado com as transformações de razão de risco relativo, que permite realizar a análise comparativa da variação das chances de um evento ocorrer em relação à base de comparação do evento e das características, sendo assim, valores maiores que 1 apresentam maiores chances do evento ocorrer, enquanto valores menores que 1 apresentam menos chances desse evento ocorrer.

Como se observa, tomando como base ( $y = 0$ ) os sub-bancarizados, para a variável sexo, que apresenta os homens como base, as mulheres apresentam um coeficiente de 1,154, que significa que, em relação aos homens, as mulheres têm 15,4% maiores chances de ser desbancarizadas que sub-bancarizadas, embora esse valor não foi significativo estatisticamente. Por outro lado, as mulheres apresentaram coeficiente de 0,7031 quando incluídos, isso significa que as chances de uma mulher ser incluída ao invés de sub-bancarizada em relação ao homem é 29,69% menor, sendo esse valor significativo a 1%. Desse modo, embora a diferença de sexo não apresente diferença na desbancarização em relação à Sub-bancarização, reduz as chances de ser incluído.

Figura 13 – Resultado do Modelo de Regressão *Logit* Multinomial transformado para Razão de Risco Relativo

<b>Base</b>		<b>Sub-bancarizados</b>		
Núm de Observações		4033		
LR Chi <sup>2</sup>		1044.58		
Prob > Chi <sup>2</sup>		0		
Pseudo R <sup>2</sup>		0.1595		
Log Likelihood		-3699.44		
<b>Variável</b>	<b>Desbancarizados</b>		<b>Incluídos</b>	
	Coef.	Erro Padrão	Coef.	Erro Padrão
Sexo (Masculino = 0)				
Mulheres	1.154	0.1013	0.7031 ***	0.0593
Idade (60 anos ou + = 0)				
18 - 24 anos	4.2836 ***	0.6338	1.0762	0.1654
25 - 34 anos	1.3407 **	0.1925	1.0876	0.1504
35 - 44 anos	1.2135	0.1715	1.3254 **	0.1792
45 - 59 anos	1.5839 ***	0.1963	1.5329 ***	0.19
Educ (até o Primário = 0)				
Segundo Grau	0.5025 ***	0.0487	1.6219 ***	0.1606
Terceiro Grau ou Superior	0.2625 ***	0.0726	3.6335 ***	0.582
Renda (20% mais pobres = 0)				
Segundo 20%	1.1759	0.1467	1.6643 ***	0.2592
Médio 20%	0.9612	0.1232	1.8058 ***	0.2768
Quarto 20%	0.7701 **	0.1013	2.2897 ***	0.336
Ricos 20%	0.7142 **	0.1073	3.9655 ***	0.5973
Poupança (não poupou = 0)				
Poupou	0.629 ***	0.072	3.5201 ***	0.321
Constante	0.8228	0.1158	0.2257 ***	0.0364

\*\*\* tem significância a 1%; \*\* significância a 5%; \* significância a 10%

Fonte: elaboração própria.

Analisando-se a idade, tendo como base os adultos com 60 anos ou mais, as chances de um jovem de até 24 anos estar desbancarizado cresce 328%, sendo que as chances diminuem conforme a idade aumenta, embora as chances de um adulto de 45 a 59 anos não ter uma conta é 58% maior que aqueles com mais de 60 anos. Por outro lado, as chances de um jovem ser incluído, embora não seja estatisticamente significativo, é de apenas 9% em relação aos indivíduos de 60 anos ou mais. Entretanto, as chances de inclusão aumentam conforme a faixa de idade aumenta, chegando 53,29% para os adultos de 45 a 59 anos.

O nível educacional, que se mostrou uma variável importante na análise exploratória dos dados, também se destaca no modelo e, como esperado, maiores níveis de educação reduzem as chances de desbancarização, sendo 49,75% menores para um indivíduo com segundo grau,

em relação aos indivíduos com até o primeiro grau. As chances são 73,75% menores considerando um indivíduo Graduado ou Pós-Graduado. Ainda, analisando os dados para as chances de ser incluído, as chances são 62,19% maiores para indivíduos com segundo grau, e 263% maior para aqueles com Graduação e Pós-Graduação, quando comparado a indivíduos com até o primeiro grau.

Quando avaliado o fator renda, tendo como base os 20% mais pobres, o aumento da renda reduz as chances de não ser bancarizado, em ao menos 23%, embora os valores não sejam significativos até os médios 20% e, para aqueles os 40% mais ricos (quarto 20% e ricos 20%), são significativos. Ainda, olhando-se para as chances de ser incluído financeiramente, maiores rendas elevam as chances de inclusão, em relação aos mais pobres, em pelo menos 66,43%, sendo que para os 20% mais ricos, as chances são de serem incluídos são 296% maiores.

Pode-se verificar, também, como esperado, o fato de ter poupado, independentemente de ser em instituições financeiras ou não, isso reduz as chances de ser desbancarizado, em relação aos que não pouparam, em 37,1% e aumentam as chances de ser incluído financeiramente em 252%. Em resumo, todas as variáveis tiveram o comportamento esperado no que se refere às chances do indivíduo de ser incluído ou desbancarizado. Ainda é possível analisar o impacto marginal, isto é, o quanto a probabilidade de ser incluído, sub-bancarizado e desbancarizado varia dada a característica do indivíduo.

Os efeitos marginais são apresentados na Figura 14, na qual se observa que ser mulher reduz a probabilidade de ser incluído em 7%, quando comparado aos homens. A probabilidade de ser sub-bancarizado não se mostrou estatisticamente significativo, enquanto a probabilidade de ser desbancarizado aumentou em 4,8%.

Considerando a idade, a probabilidade de os jovens serem incluídos diminui em 9%, quando comparados aos indivíduos de 60 anos ou mais, enquanto diminui 17% a probabilidade de ser sub-bancarizado e aumenta em 26% a probabilidade de ser desbancarizado. Embora os jovens tenham ganhado espaço no uso de serviços bancários digitais, considerando-se a base de dados analisada, esses ainda têm maior probabilidade de não possuir uma inclusão semelhante à dos adultos. Portanto, a probabilidade de ser incluído aumenta conforme o aumento da idade, bem como reduz a probabilidade de ser sub-bancarizado ou desbancarizado.

Figura 14 – Efeitos Marginais do Modelo de Regressão *Logit* Multinomial

	<b>Incluído</b>	<b>Sub-bancarizado</b>	<b>Desbancarizado</b>
Sexo (Masculino = 0)			
Mulheres	-0.0703*** (0.0131)	0.0221 (0.0148)	0.0482*** (0.0136)
Idade (60 anos ou + = 0)			
18 - 24 anos	-0.0903*** (0.0216)	-0.1707*** (0.0242)	0.261*** (0.0228)
25 - 34 anos	-0.0019 (0.0225)	-0.0401 (0.0254)	0.042** (0.0215)
35 - 44 anos	0.0391* (0.0225)	-0.0529** (0.0247)	0.0138 (0.0203)
45 - 59 anos	0.0473** (0.0203)	-0.0942*** (0.0219)	0.0469*** (0.0181)
Educ (até o Primário = 0)			
Segundo Grau	0.1393*** (0.0162)	0.023 (0.0172)	-0.1623*** (0.016)
Terceiro Grau ou Superior	0.3422*** (0.0297)	-0.0542* (0.0294)	-0.288*** (0.0246)
Renda (20% mais pobres = 0)			
Segundo 20%	0.0716*** (0.0231)	-0.069*** (0.0256)	-0.0025 (0.0227)
Médio 20%	0.1012*** (0.0233)	-0.0544** (0.0259)	-0.0468** (0.0228)
Quarto 20%	0.1622*** (0.023)	-0.0596** (0.0255)	-0.1026*** (0.0223)
Ricos 20%	0.2787*** (0.0246)	-0.1234*** (0.0262)	-0.1553*** (0.023)
Poupança (não poupou = 0)			
Poupou	0.2479*** (0.0121)	-0.0839*** (0.017)	-0.1641*** (0.0165)

Nota: \*\*\* significância a 1%; \*\* significância a 5%; \* significância a 10%

Fonte: elaboração própria.

Considerando a educação, a probabilidade de um indivíduo com maior nível educacional, em relação àqueles com até grau primário, ser incluído aumenta, em 13,9% para os com o segundo grau e 34,2% para aqueles graduados e pós-graduados, ainda, reduz a probabilidade de ser desbancarizado em 16,23% para os com segundo Grau e 28,8% para os graduados e pós-graduados.

Ao analisar os níveis de renda, percebe-se que a probabilidade de ser incluído, comparando a probabilidade de um indivíduo entre os 20% mais pobres, aumenta conforme a renda aumenta, sendo 27,8% maior para os 20% mais ricos. Por outro lado, reduz a probabilidade de ser desbancarizados conforme a renda aumenta, sendo 15,53% menor entre os mais ricos.

Por fim, a probabilidade de ser incluído, entre aqueles que poupam, é 24,8% maior do que a dos que não poupam, bem como a probabilidade de ser desbancarizado se reduz em

16,4%. Em resumo, é possível observar que, assim como o modelo de regressão logística Multinomial, os efeitos marginais apresentaram os dados como esperado.

Assim, é possível afirmar que as mulheres, quando comparado aos homens, têm maiores chances de serem desbancarizadas e menores chances de serem incluídas. O nível educacional também se mostrou fundamental para aumentar a inclusão financeira, sendo que, quanto maior o nível, maior as chances de ser incluído e menor a chance de ser desbancarizado. Maior renda também aumentou as chances de ser incluído e reduziu as chances de serem desbancarizados. E o ato de poupar melhora as chances de ser incluído e reduz a chances de ser desbancarizado.

Foram realizados os testes de verificação a fim de estabelecer se os impactos são significativamente diferentes para os desbancarizados e incluídos, apresentando na Figura 2 no Apêndice A. Os dados corroboram o que fora discutido por trabalhos anteriores, como Ribeiro *et al.* (2020), Ouma, Odongo e Were (2017) e Ribeiro *et al.* (2020) que destacam que gênero, renda e escolaridade estão relacionados à inclusão financeira.

### 5.3 A RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL

#### 5.3.1 DADOS DO MODELO

A inclusão financeira possui importância macroeconômica, dentre outros fatores, pelo fato de que impacta na capacidade de execução da política monetária, pois acelera o processo de crescimento por meio do crédito, permite aumentar o nível de investimento por promover melhor qualidade do trato dos indivíduos com o dinheiro, gerando, assim, capacidade de poupança, dentre outros aspectos relevantes.

Desse modo, essa seção se ocupa da análise da relação entre a inclusão financeira e sua relação com o desenvolvimento. Para isso, utilizam-se os dados do World Bank, resultantes do *Global Findex*, para 102 países, desenvolvidos e em desenvolvimento, com o objetivo de verificar se o nível de bancarização, bem como a penetração bancária, impactam na variável de interesse, neste estudo, a *proxy* para o desenvolvimento, que é o PIB *per capita*.

A Tabela 16 apresenta os dados a serem utilizados, o método de cálculo da variável e a fonte dos dados. A *proxy* do desenvolvimento foi escolhida com base no trabalho de Levine, Beck e Loayza (1999), que utilizam um painel dinâmico para avaliar como o número de instituições bancárias, o nível de crédito e os passíveis líquidos impactavam o desenvolvimento em um grupo de 71 países. Os resultados obtidos pelos autores reforçam a ideia de que o nível de intermediação financeira está diretamente e positivamente ligado ao crescimento econômico.

Tabela 16 – Variáveis utilizadas para o Modelo

Nome	Variável	Tipo	Fonte
PIB_PC	PIB <i>per capita</i>	US\$ Correntes	World Bank, 2022
PROD_IND_PIB	Valor Adicionado da Indústria (Incluindo Construção Civil)	% do PIB	World Bank, 2022
POUP_PIB	Poupança Bruta	% do PIB	World Bank, 2022
GOV_PIB	Consumo do Governo	% do PIB	World Bank, 2022
EXP_PIB	Exportações de Bens e Serviços	% do PIB	World Bank, 2022
BANC_PA	Agência bancárias	por 100000 adultos	World Bank, 2022
POP_CONTA	População com Conta	% da População	World Bank, 2022

Fonte: elaboração própria.

As variáveis foram escolhidas com base no estudo de Azolibe (2020), que construiu um painel para os estados da Nigéria, buscando relacionar o nível de atividade bancária ao desenvolvimento. Seus resultados apontaram que a intermediação financeira teve impacto positivo, embora o nível de crédito não foi significativo. Desse modo, foram escolhidas como variáveis de controle do nível de atividade econômica o valor adicionado da produção industrial, a poupança bruta, os gastos do governo e as exportações, todas em percentual ao PIB. Como variável explicativa, utilizou-se o número de agências bancárias, bem como o percentual da população com conta em instituições financeiras ou digitais.

Os dados foram obtidos no Banco Mundial, entretanto, cabe notar que as disponibilidades dos dados não são contínuas, isto é, devido à estimação do banco mundial do percentual de pessoas com conta se dar a partir dos dados da *Global Findex*, essa estimação só é apresentada em 2011, 2014, 2017 e 2021. Todas as variáveis passaram por transformação logarítmica, a fim de interpretar os coeficientes como elasticidades. De antemão, salienta-se algumas limitações devido à impossibilidade do uso de modelos dinâmicos, por não ser um painel contínuo.

O painel de dados é construído com 416 observações, sendo o país a unidade de *cross-section* (n=104) e os anos a unidade temporal (t = 4). Trata-se de um painel não balanceado, haja vista que os tamanhos dos grupos diferem entre si, em virtude da não disponibilidade de dados para todos os anos e para todos os países, no período estudado.

### 5.3.2 MODELO DE DADOS EM PAINEL

A metodologia empregada neste trabalho é uma análise de dados em painel. Essa análise é proeminente em estudos econômicos e econométricos, pois permite ser observados efeitos individuais e temporais que não seriam possíveis para séries de tempo ou cortes transversais (JUDSON; OWEN, 1999).

Baltagi (2005) ressalta algumas características que tornam a utilização de dados em Painel mais favorável, sendo o controle da heterogeneidade individual, pois essa metodologia trata os indivíduos, empresas, estados ou países como heterogêneos. Ainda, fornecem dados mais informativos, mais variabilidade, menos colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência, sendo mais capazes de estudar a dinâmica do ajuste, permitindo identificar e medir efeitos que simplesmente não são detectáveis em corte transversal puro ou dados puros de séries temporais ou construir e testar modelos comportamentais mais complicados do que dados puramente de corte transversal ou de séries temporais.

Um modelo de regressão com dados em painel, com  $n$  observações em  $T$  períodos e  $K$  variáveis, pode ser representado da seguinte forma:

$$y_{it} = \alpha + x_{it}\beta + \varepsilon_{it} \quad i = 1, 2, \dots, n; \quad t = 1, 2, \dots, T \quad (5.12)$$

em que  $y$  é a variável dependente;  $x$  é um vetor  $1 \times K$ , contendo as variáveis explicativas;  $\beta$  é um vetor  $K \times 1$  de parâmetros a serem estimados; e  $\varepsilon$  são os erros aleatórios. Os subíndices  $i$  e  $t$  denotam a unidade a ser observada e o período para cada variável, respectivamente.

Desse modo, em uma base de dados com dados em painel, total de observações é igual a  $n \times T$ . A partir da equação destacada, nos casos em que o modelo segue as hipóteses clássicas do modelo de regressão linear<sup>15</sup>, pode-se estimá-lo por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), obtendo-se as estimativas desejadas. Caso não se sigam as referidas hipóteses, pode-se empregar a metodologia baseada no Método de Momentos Generalizados (GMM), proposta por Arellano e Bond (1991).

Entretanto, dada a característica do modelo em questão, cujos anos não são contínuos, utilizar de variáveis defasadas não é factível, dados que reduziria em 25% a amostra, para cada defasagem aplicada. Assim, serão apresentados os modelos que utilizam o método de Estimação de MQO (Mínimos Quadrados Ordinários).

---

<sup>15</sup> As hipóteses clássicas do modelo de regressão são que o erro 1) tem média zero, 2) variância constante, 3) segue distribuição normal e 4) é não correlacionado com erros anteriores. Além disso, as variáveis explicativas (o  $X_s$ ): 5) é não estocástico, ou seja, é fixo para dada amostra ou experimento; e 6) a relação entre a variável dependente ( $Y_i$ ) e as variáveis explicativas ( $X_i$ ) é linear. Confira Greene (2018) e Gujarati e Porter (2011)

O primeiro modelo é o denominado *Pooled*, ou dados agrupados, é o mais simples dos modelos e não considera a existência de heterogeneidade das variáveis, e desse modo, perde-se a oportunidade de capturar diferenças intrínsecas entre as unidades observacionais (GUJARATI; PORTER, 2011).

A fim de capturar a heterogeneidade dos indivíduos, é possível realizar uma transformação, subtraindo o valor observado  $i$  no tempo  $t$  da média de  $i$  em todos os períodos.

A equação 5.13 apresenta o modelo transformado, sendo possível notar que não existe o coeficiente linear ( $\alpha$ ) apresentado na equação 5.12.

$$y'_{it} = x'_{it}\beta + \varepsilon_{it} \quad i = 1, 2, \dots, n; \quad t = 1, 2, \dots, T \quad (5.13)$$

Essa modificação elimina condições constante no tempo, entretanto, também tem como principal problema, não permitir ser possível trabalhar efeitos de variáveis invariantes (como gênero ou raça).

Uma terceira possibilidade são os modelos conhecidos como efeitos aleatórios, que, segundo Gujarati e Porter (2011), têm como principal ideia corrigir a heterogeneidade dos indivíduos utilizando o termo de erro. Para isso, o coeficiente linear ( $\alpha$ ) não é considerado constante, como no efeito fixo, mas, sim, aleatório, tendo em si dois componentes, como expresso na equação 5.14, sendo um componente constante e um variável entre os indivíduos.

$$\alpha_{1i} = \alpha_1 + v_i \quad (5.14)$$

Ao assumir esse pressuposto, o modelo se torna como na equação 5.15:

$$y_{it} = \alpha_1 + x_{it}\beta + \lambda_{it} \quad i = 1, 2, \dots, n; \quad t = 1, 2, \dots, T \quad (5.15)$$

Sendo que o erro  $\lambda$  passa a ter dois componentes, o  $\varepsilon_{it}$  e o  $v_i$ , sendo o primeiro chamado de erro idiossincrático, variante de indivíduo para indivíduo e no tempo, enquanto o segundo apenas de indivíduo para indivíduo (GUJARATI; PORTER, 2011).

A fim de definir qual modelo melhor se adequa ao objetivo, é possível realizar três testes, sendo o primeiro o teste de Chow, que compara os efeitos fixos ao modelo *pooled*. A hipótese nula neste teste é o modelo *pooled* é melhor que os efeitos fixos. O segundo é o de Breuch-Pagan, que compara os modelos com efeitos aleatórios ao modelo *pooled*, sendo que a hipótese nula é que o modelo sem efeito é melhor.

O terceiro, o teste de Hausman, objetiva escolher entre os dois modelos de regressão (fixo e aleatório), pode ser executado para examinar se a diferença entre a regressão de efeitos

aleatórios e a regressão de efeitos fixos é zero, sendo a hipótese nula que o efeito aleatório é o preferido.

Com o intuito de facilitar a análise, serão construídos 3 (três) modelos separadamente, todos com as mesmas variáveis. O primeiro, de forma geral, traz as informações de todos os Países estudados. Os outros dois modelos separam os países em desenvolvidos e em desenvolvimento, segundo classificação do FMI (2022).

O modelo principal construído apresenta o seguinte formato inicial:

$$pib\_pc_{it} = \beta_0 + \beta_1 prod\_ind\_pib_{it} + \beta_2 poup\_pib_{it} + \beta_3 gov\_pib_{it} + \beta_4 exp\_pib_{it} + \beta_5 banc\_pa_{it} + \beta_6 pop\_conta_{it} + \varepsilon_{it} \quad (5.16)$$

### 5.3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, foram realizados os testes de Chow, Breusch Pagan e Hausman para todos os modelos. Os testes foram todos significativos (conforme apresentado no apêndice B), o que revela que o modelo com efeitos aleatórios é melhor que o *pooled*, mas que o efeito fixo é melhor que o efeito aleatório e que o *pooled*, sendo, dessa forma, o modelo de efeitos fixos o que melhor se ajusta aos dados.

Os resultados apresentados na Figura 15 são para o modelo geral, com os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O modelo apresentou  $R^2$  e  $R^2$  Ajustado de 0,99 e 0,98, o que significa que aproximadamente 99% da variância do PIB *per capita* pode ser explicado pela variabilidade das variáveis escolhidas. O total de países foi de 102, sendo que, destes, 30 são países classificados como desenvolvidos e 72 não desenvolvidos. O teste F apresentou valor significativo, o que representa que o impacto de ao menos uma variável é significativamente diferente de 0. Destaca-se que não é descartada a presença de autocorrelação, devido à estatística de Durbin-Watson não rejeitar a hipótese da presença de autocorrelação.

A variável exportação de produtos e serviços em relação ao PIB (EXP\_PIB) apresentou impacto negativo sobre o PIB\_PC, embora esse seja um resultado pouco intuitivo, ele pode ser explicado com base em Basu e Thoenissen (2011), que evidenciaram que o incremento da participação de produtos com baixo nível tecnológico não leva ao desenvolvimento e ao aumento do PIB *per capita*, sendo que os autores, ao estudar 88 países em desenvolvimento, notaram que o aumento dos produtos de baixa tecnologia (*commodities* e/ou produtos semimanufaturados) leva a uma redução no PIB *per capita*. Desse modo, os choques nas cadeias globais durante os anos de 2021 prejudicaram a produção e comercialização de bens intensivos

em tecnologia, o que reduz a participação desses ativos na exportação média, isso acarreta que, mesmo com um aumento nas exportações em relação ao PIB, não gere um desenvolvimento.

Os gastos do Governo em relação ao PIB (GOV\_PIB) apresentaram valor significativo a 1%, apresentando, como esperado, impacto positivo sobre o PIB\_PC. O impacto de 0,312 pode ser interpretado da seguinte forma: um aumento de 1% na participação relativa dos gastos do Governo no PIB elevam em 0,312% o PIB *per capita*, mantendo-se tudo mais constante.

Figura 15 – Resultado de Regressão Modelo Geral

Variável Dependente: PIB_PC	
Períodos Incluídos: 4	
Cross-sections incluídos: 102	
Total de Observações: 366	
EXP_PIB	-0.267086*** (0.060694)
GOV_PIB	0.312212*** (0.087975)
POUP_PIB	0.123082*** (0.044282)
PROD_IND_PIB	0.137083 (0.108894)
POP_CONTA	0.117241*** (0.024705)
BANC_PA	-0.047447 (0.034939)
C	7.94222*** (0.469074)
R <sup>2</sup>	0.9918
R <sup>2</sup> ajustado	0.9884
S.Q.Res	5.1658
Log likelihood	260.3527
F-statistic	291.7198
Prob(F-statistic)	0.0000
Akaike info criterion	-0.8325
Schwarz criterion	0.3191
Hannan-Quinn criter.	-0.3749
Durbin-Watson stat	1.7076

Fonte: elaboração própria.

O resultado da Poupança Bruta em relação ao PIB (POUP\_PIB) apresentou valor positivo de 0,123, significativo a 1%, que é condizente com a teoria econômica, em que, quanto maior a renda, maior a capacidade de poupança de um País, e pode ser interpretada semelhante aos gastos do governo, em que um aumento de 1% na poupança bruta, aumenta o produto *per capita* em 0,123%.

O valor adicionado da produção industrial em relação ao PIB (PROD\_IND\_PIB), embora tenha apresentado sinal condizente com a teoria, não foi significativo, podendo estar atrelado aos fatores distintos dos países analisados, principalmente porque a variável inclui a construção civil, e, como será apresentado posteriormente, para os países desenvolvidos a variável apresentou significância estatística.

O percentual da população com conta bancária (POP\_CONTA) foi significativa e apresentou sinal esperado, mostrando que um aumento de 1% na participação relativa da população aumenta em 0,117% o PIB\_PC. Por outro lado, o número de agências bancárias por cada 100.000 pessoas não se mostrou significativo e ainda apresentou valor negativo. Esse resultado pode estar atrelado ao processo de digitalização dos bancos, bem como da redução de agências e aumento do autoatendimento, por meio de caixas eletrônicos, ou pagamentos digitais (OUMA; ODONGO; WERE, 2017).

Analisando os países desenvolvidos, apresentado na Figura 16, percebe-se algumas divergências quanto ao modelo geral. O modelo apresentou um  $R^2$  e um  $R^2$  ajustado de 0,96 e 0,94, respectivamente, o que mostra que o modelo está ajustado, e que a variabilidade das variáveis explica o PIB *per capita* em 94%. Entretanto, destaca-se que não é descartada a presença de autocorrelação, devido à estatística de Durbin-Watson, não rejeitar a hipótese de presença de autocorrelação.

O valor adicionado da produção industrial apresenta valor positivo como antes, mas quando analisado apenas os países desenvolvidos, esse é significativo a 1%, sendo possível interpretá-lo como um aumento de 0,55% no PIB\_PC a cada 1% de aumento no percentual da produção industrial no PIB.

Ainda, destaca-se que a poupança bruta e os gastos do Governo, embora apresentem o sinal positivo, não foram significativos. As exportações apresentaram relação negativa, contrário ao esperado, sendo possível destacar os choques na cadeia produtiva em 2021, que reduz a participação de ativos intensos em tecnologia e aumenta a participação do primeiro setor (BASU; THOENISSEN, 2011).

Outro fator diferente do modelo geral são as agências bancárias, que apresentaram resultado negativo e significativo, mostrando que 1% de aumento no número de agências bancárias para cada 100.000 pessoas reduziria o PIB *per capita* em 0,21%. Esse resultado é condizente com a realidade dos países desenvolvidos, que têm maior nível de inclusão financeira, e têm vivenciado o processo de redução de agências bancárias e aumento do autoatendimento, seja com produtos digitais ou cartões (DEMIRGÜÇ-KUNT *et al.*, 2022).

Figura 16 – Resultado da Regressão: Modelo para Países Desenvolvidos

Variável Dependente: PIB_PC	
Períodos Incluídos: 4	
Cross-sections incluídos: 30	
Total de Observações: 112	
PROD_IND_PIB	0.552751*** (0.169169)
POUP_PIB	0.139393 (0.096167)
EXP_PIB	-0.921052*** (0.161718)
GOV_PIB	0.101545 (0.161427)
POP_CONTA	0.736743** (0.290031)
BANC_PA	-0.211524*** (0.048215)
C	9.053298*** (1.501023)
R <sup>2</sup>	0.965612
R <sup>2</sup> ajustado	0.949776
S.Q.Res	0.729127
Log likelihood	123.0056
F-statistic	60.97419
Prob(F-statistic)	0
Akaike info criterion	-1.553672
Schwarz criterion	-0.679869
Hannan-Quinn criter.	-1.199142
Durbin-Watson stat	1.775374

Fonte: elaboração própria.

Por outro lado, o percentual da população bancarizada foi significativo e positivo, sendo interpretado como um aumento de 0,736% no PIB *per capita* para cada 1% no aumento do percentual de pessoas com conta. Desse modo, é possível afirmar que existe uma relação entre a bancarização e o desenvolvimento, inclusive dentre os países desenvolvidos, embora não seja possível diferenciar causa e efeito, mas é possível afirmar que caminham juntas.

Considerando ainda o modelo destacado, a Figura 17 apresenta o resultado para os 72 países em desenvolvimento na amostra. Alguns resultados são semelhantes aos encontrados no modelo geral, como, por exemplo, a produção industrial, que embora apresente sinal positivo, não foi significativa estatisticamente, sendo novamente possível destacar a presença da construção civil, que dado seu movimento pró-cíclico, gera distorções na relação com o PIB *per capita*.

Figura 17 – Resultado de Regressão Modelo para Países em Desenvolvimento

Variável Dependente: PIB_PC	
Períodos Incluídos: 4	
Cross-sections incluídos: 72	
Total de Observações: 254	
PROD_IND_PIB	0.092639 (0.131934)
POUP_PIB	0.096471* (0.050873)
GOV_PIB	0.296468*** (0.104195)
EXP_PIB	-0.224042*** (0.068011)
POP_CONTA	0.112569*** (0.026743)
BANC_PA	0.042647 (0.047646)
C	7.18934*** (0.537707)
R <sup>2</sup>	0.982576
R <sup>2</sup> ajustado	0.974954
S.Q.Res	4.040286
Log likelihood	165.499
F-statistic	128.8997
Prob(F-statistic)	0
Akaike info criterion	-0.68897
Schwarz criterion	0.397299
Hannan-Quinn criter.	-0.25198
Durbin-Watson stat	1.755012

Fonte: elaboração própria.

A poupança bruta também apresentou, como esperado, valores positivos e significativos (a 10%), sendo possível interpretá-la como um aumento de 0,09% no PIB\_PC para cada aumento de 1% no nível de poupança bruta em relação ao PIB.

Os gastos do Governo apresentaram valores positivos e significativos, sendo que, para cada 1% de aumento no Gasto do Governo em relação ao PIB, aumenta-se 0,296% no PIB *per capita*. Destaca-se que esse impacto é superior ao apresentado para os países desenvolvidos em 191%, conforme Figura 16.

De forma semelhante aos dois modelos apresentados anteriormente, a exportação de bens e serviços apresentou valor negativo, embora significativo, o que significaria que um aumento na exportação em relação ao PIB levaria a uma redução do PIB\_PC. Embora seja

contraintuitivo, como já apresentado, é a presença de heterocedasticidade e autocorrelação, que não são passíveis de correção com dado que os anos não são contínuos.

O percentual da população bancarizada também apresentou valores positivos e significativos, sendo que um aumento de 1% na bancarização aumentariam 0,11% o PIB *per capita*. Embora esse valor seja muito inferior ao que é apresentado nos países desenvolvidos, cerca de 85% inferior, ainda é possível afirmar que essas variáveis andam juntas, não sendo possível diferenciar causa e efeito.

A penetração bancária impactou de forma positivo o PIB\_PC, embora esse impacto não seja estatisticamente significativo, destaca-se que a direção do impacto é diferente dos países desenvolvidos, que têm maior nível de bancarização digital, bem como uso de serviços financeiros digitais (como cartão, transferências digitais e utilização de conta *mobile*).

Em resumo, é possível destacar que: (i) o modelo apresenta limitações de observações, tanto por não ter todos os dados para todos os países em todos os anos, bem como pela própria ausência de mais anos para análise ou pela não continuidade dos dados; (ii) as limitações impactaram principalmente as variáveis Produção Industrial (PROD\_IND\_PIB) e Exportações de Bens e Serviços (EXP\_PIB), que se esperava valores positivos e significativos, enquanto em momentos a produção industrial não foi significativa e a Exportação apresentou valores negativos; (iii) o nível de bancarização, bem como o nível de inclusão financeira apresenta relação positiva com o desenvolvimento, embora não seja possível destacar a ordem de causa e efeito; (iv) a penetração bancária não tem se mostrado uma variável que realmente impacte o desenvolvimento, podendo ser explicada principalmente pela evolução dos meios de pagamento digitais, das contas *mobile* e do uso de ferramentas digitais como os cartões.

## 5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A inclusão financeira, como evidenciado nesta seção, se constitui num processo influenciado diretamente pelas características socioeconômicas, que impacta no processo de desenvolvimento.

Alguns indivíduos não querem ou não conseguem estar no setor financeiro formal por meio de uma conta bancária, sendo chamados de desbancarizados. Outros, embora consigam estar nesse setor, não usufruem dos produtos que esse oferece, podendo ser considerados subbancarizados. Por fim, existe ainda indivíduos que, na posse de uma conta bancária (digital ou tradicional), utilizam os serviços financeiros disponíveis, sendo classificados como incluídos.

Os resultados apresentados sugerem que as características socioeconômicas estão intimamente relacionadas a esse processo, sendo maiores as probabilidades dos homens, daqueles com maior nível educacional, dos adultos (acima de 24 anos) e daqueles com maior nível de renda serem classificados como incluídos, enquanto têm menores chances de serem desbancarizados. Por outro lado, as mulheres, os mais jovens, menos escolarizados e com menor renda ampliam sua probabilidade de serem desbancarizado enquanto reduzem a de ser incluído. O resultado disso é que as desigualdades que se apresentam no contexto brasileiro refletem diretamente na inclusão financeira.

No aspecto macroeconômico, embora o modelo de painel apresentasse algumas limitações (como baixo número de observações e anos, a presença de heterocedasticidade e autocorrelação), os resultados sugerem que a penetração bancária, medida pelo número de agências bancárias para cada 100.000 adultos, não está relacionada com o desenvolvimento, sendo ainda que, para os países desenvolvidos, a relação entre essa medida e o PIB *per capita* foi negativo. Por outro lado, o nível de inclusão financeira, abordado pelo percentual de adultos com conta bancária, se apresentou como um fator importante e relacionado positivamente ao desenvolvimento, embora se destaque que a relação de causa e efeito não pode ser estabelecida.

Desse modo, sugere-se que a hipótese do início do trabalho é validada, o que mostra que a inclusão financeira é um processo amplo, dinâmico, relacionado às desigualdades e ao desenvolvimento, sendo importante a ampliação dos estudos para mensurar os impactos, as características, condições socioeconômicas e sua relação com a inclusão financeira, bem como seus determinantes e efeitos no âmbito macroeconômico.

Destacam-se algumas limitações do trabalho. Por utilizar como base os dados do *Global Findex*, que não é uma pesquisa realizada anualmente, a utilização de modelos dinâmicos que permitiriam reduzir a heterocedasticidade do modelo em painel não foi possível, desse modo, deve-se observar com cautela os resultados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa realizou uma investigação teórica e empírica acerca da temática da inclusão financeira no contexto da economia brasileira, no período entre 2011 e 2021. A ideia central foi compreender como evoluiu o processo de inclusão financeira na fase recente, que foi marcada por grandes avanços no âmbito do desenvolvimento das tecnologias bancárias, discutindo-se as suas características e, sobretudo, implicações para o desenvolvimento.

Inicialmente foram discutidos os conceitos de inclusão financeira, as principais teorias a respeito da inclusão financeira e sua relação com o desenvolvimento. Posteriormente, verificou-se que o sistema financeiro nacional sofreu modificações importantes ao longo do século XIX e XX, decisivas para a sua estrutura atual. Para a inclusão financeira, o Plano Real foi o marco principal, pois seguindo as mudanças internacionais de regulação e abertura, gerou um processo diferente do esperado, ou mesmo ocorrido nos países desenvolvidos. A regulamentação melhorou a qualidade e estabilidade financeira do país, mas dada a abertura aos bancos internacionais, um processo de fusões e aquisições se verteu em uma concentração bancária no país. Ainda, não ocorreu melhoria nos preços, bem como no volume de produtos e serviços financeiros, como crédito e investimento, os bancos internacionais se aproveitaram das altas taxas de juros dos títulos do Governo e não ampliaram os serviços aos clientes.

Já no século XXI, a crise de 2008, ou crise do *subprime*, trouxe modificações às regulamentações nacionais e internacionais sobre a atuação bancária e a concessão de crédito. No entanto, foi em 2013 que ocorreu um processo revolucionário para os bancos, com a regulamentação de meios de pagamentos digitais com baixa burocracia. Esses meios de pagamentos, conhecidos como bancos digitais, ofereceram os mais diversos produtos e serviços com custos de aquisição e manutenção de conta corrente acessíveis (ou zerados), além de ofertar crédito e remuneração de depósitos à vista, entre outros benefícios, como baixa necessidade de documentação e relação integralmente digital. Esse movimento levou também a modificações na atuação dos bancos tradicionais, e em 2017 mais de 60% das transações já eram realizadas por *mobile banking* ou *internet banking*.

Por esta razão, nos últimos anos, ocorreu um processo de bancarização em massa, ocorrida por meio dos cadastros dos beneficiários de auxílios do governo e a abertura de conta poupança digital por meio do *App Caixa Tem*, como forma de receber o Auxílio Emergencial, política de manutenção da renda frente à Covid-19. Ainda, ressalta-se o PIX, meio de pagamento instantâneo do BCB, parte da política de abertura financeira, *open banking*. O PIX,

vale notar, já é utilizado por mais de 118 milhões de brasileiros e movimenta mais de 889 bilhões de reais em transações rápidas e seguras. Por fim, vale notar que, embora as atividades bancárias presenciais, como agências e caixas eletrônicos, tenham diminuído nessa última década, o volume de produtos e serviços bancários aumentou, tendo como fonte principal desse movimento, o processo de digitalização do sistema financeiro, com todas as mudanças já destacadas, aceleradas, principalmente, no contexto pandêmico.

Na parte empírica, tanto na análise exploratória de dados, bem como no modelo *logit* Multinomial utilizado para estudar os condicionantes microeconômicos da inclusão financeira, observou-se a existência de desigualdades escancaradas no país, como as questões de gênero, idade, renda e escolaridade, que se mostraram determinantes na distinção dos que estão ou não bancarizados (e conseqüentemente incluídos). Em resumo, são maiores as probabilidades dos homens, daqueles com maior nível educacional, dos adultos e daqueles com maior nível de renda serem classificados com incluídos, enquanto tem menores chances de serem desbancarizados. Por outro lado, as mulheres, os mais jovens, menos escolarizados e com menor renda ampliam sua probabilidade de serem desbancarizados, enquanto reduzem a de ser incluído. Ainda, evidenciam-se divergências regionais e microrregionais quando analisados alguns indicadores de inclusão financeira, sendo Sul, Sudeste e Centro-Oeste mais incluídos financeiramente que as Regiões Nordeste e Norte.

No aspecto macroeconômico, embora o modelo de painel apresente algumas limitações, os resultados obtidos sugerem que a penetração bancária, medida pelo número de agências bancárias para cada 100.000 adultos, não está relacionada com o desenvolvimento, sendo que, para os países desenvolvidos, a relação entre essa medida e o PIB *per capita* foi negativo. Por outro lado, o nível de inclusão financeira, abordado como percentual de adultos com conta bancária, se apresentou como um fator importante e relacionado positivamente ao desenvolvimento, embora se destaque que a relação de causa e efeito não pode ser estabelecida.

Assim, acredita-se que a presente pesquisa trouxe uma contribuição à análise do tema buscando um tratamento amplo para as suas principais questões – tanto em âmbito microeconômico, quanto macroeconômico. Além disso, analisou a exclusão financeira, dentro do escopo das desigualdades brasileiras – socioeconômicas e regionais. Acredita-se que novas pesquisas possam ser realizadas neste campo, tais como, por exemplo, a relação entre políticas/programas sociais, como o Bolsa Família, e o processo de inclusão financeira. Outras investigações poderiam estudar, em nível dos estados, os determinantes da exclusão financeira, propondo medidas estaduais ou microrregionais de combate à exclusão ou aceleração do processo de inclusão.

Acrescenta-se que uma limitação da pesquisa é a de que não foi possível, por meio da metodologia utilizada, separar os indivíduos sub-bancarizados dos incluídos, para outros países, para fins de comparação, sendo esta também mais uma sugestão para pesquisas futuras.

## APÊNDICE A – TESTE ESTATÍSTICO MODELO LOGISTIMO MULTINOMIAL

Figura 1 – Teste LR de impacto para cada variável

VARIÁVEL	LR estatística	Prob>chi2
IDADE	129.86	0.000
SEXO	92.68	0.000
EDUC	556.83	0.000
RENDA	575.20	0.000
POUPOU	618.05	0.000

Hipótese nula: Variável x não impacta no modelo.

Fonte: elaboração própria.

Figura 2 – Teste de igualdade de impacto das variáveis explicativas sobre Desbancarizados e Incluídos

```
( 1) [0]0b.idade - [2]0b.idade = 0
( 2) [0]1.idade - [2]1.idade = 0
( 3) [0]2.idade - [2]2.idade = 0
( 4) [0]3.idade - [2]3.idade = 0
( 5) [0]4.idade - [2]4.idade = 0
( 6) [0]1b.educ - [2]1b.educ = 0
( 7) [0]2.educ - [2]2.educ = 0
( 8) [0]3.educ - [2]3.educ = 0
( 9) [0]1b.renda - [2]1b.renda = 0
(10) [0]2.renda - [2]2.renda = 0
(11) [0]3.renda - [2]3.renda = 0
(12) [0]4.renda - [2]4.renda = 0
(13) [0]5.renda - [2]5.renda = 0
(14) [0]sexo_a - [2]sexo_a = 0
(15) [0]poupou - [2]poupou = 0
Constraint 1 dropped
Constraint 6 dropped
Constraint 9 dropped

      chi2( 12) =   714.71
      Prob > chi2 =    0.0000
```

Hipótese nula: O impacto é igual para os desbancarizados e incluídos.

Fonte: elaboração própria,

Figura 3 – Teste de impacto nulo das variáveis explicativas sobre Desbancarizados e Incluídos

Desbancarizados	Incluídos
( 1) [0]0b.idade = 0	( 1) [2]0b.idade = 0
( 2) [0]1.idade = 0	( 2) [2]1.idade = 0
( 3) [0]2.idade = 0	( 3) [2]2.idade = 0
( 4) [0]3.idade = 0	( 4) [2]3.idade = 0
( 5) [0]4.idade = 0	( 5) [2]4.idade = 0
( 6) [0]1b.educ = 0	( 6) [2]1b.educ = 0
( 7) [0]2.educ = 0	( 7) [2]2.educ = 0
( 8) [0]3.educ = 0	( 8) [2]3.educ = 0
( 9) [0]1b.renda = 0	( 9) [2]1b.renda = 0
(10) [0]2.renda = 0	(10) [2]2.renda = 0
(11) [0]3.renda = 0	(11) [2]3.renda = 0
(12) [0]4.renda = 0	(12) [2]4.renda = 0
(13) [0]5.renda = 0	(13) [2]5.renda = 0
(14) [0]sexo_a = 0	(14) [2]sexo_a = 0
(15) [0]poupou = 0	(15) [2]poupou = 0
Constraint 1 dropped	Constraint 1 dropped
Constraint 6 dropped	Constraint 6 dropped
Constraint 9 dropped	Constraint 9 dropped
chi2( 12) = 199.79	chi2( 12) = 509.27
Prob > chi2 = 0.0000	Prob > chi2 = 0.0000

Hipótese nula: O impacto das variáveis é zero.

Fonte: elaboração própria.

## APÊNDICE B – TESTE ESTATÍSTICO MODELO DE DADOS EM PAINEL

Figura 4 – Teste de Hausman Modelo Geral

```

. hausman fe re, sigmamore

      ---- Coefficients ----
      |          (b)          (B)          (b-B)          sqrt(diag(V_b-V_B))
      |          fe          re          Difference          S.E.
-----+-----
  poup_pib |   .1230815   .1877325   -.064651   .0155626
  gov_pib  |   .3122122   .5645273   -.2523151  .0399097
  exp_pib  |  -.2670862   .0089479   -.2760341  .0365163
  prod_ind_pib | .1370832  -.0577893   .1948725  .0618603
  banc_pa  |  -.0474466   .0988512   -.1462978  .0185107
  pop_conta |   .1172414   .1848516   -.0676102  .0067017
-----+-----

      b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg
      B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test:  Ho:  difference in coefficients not systematic

      chi2(6) = (b-B)' [(V_b-V_B)^(-1)] (b-B)
              =      130.51
      Prob>chi2 =      0.0000

```

Ho: Efeitos Aleatórios são melhores que o Efeito Fixo.

Fonte: elaboração própria.

Figura 5 – Teste de Breusch e Pagan Modelo Geral

```

Breusch and Pagan Lagrangian multiplier test for random effects

  pib_pc[indice,t] = Xb + u[indice] + e[indice,t]

  Estimated results:

      |          Var          sd = sqrt(Var)
-----+-----
  pib_pc |   1.726439          1.31394
      e |   .0200226          .1415011
      u |   .4666622          .6831268

Test:  Var(u) = 0

      chibar2(01) =   301.67
      Prob > chibar2 =   0.0000

```

Ho: Modelo *Pooled* é melhor que o Efeito Aleatório.

Fonte: elaboração própria.

Figura 6 – Teste de Chow Modelo Geral

Fixed-effects (within) regression	Number of obs	=	366
Group variable: indice	Number of groups	=	102
R-sq: within = 0.2160	Obs per group: min	=	1
between = 0.0326	avg	=	3.6
overall = 0.0191	max	=	4
F test that all u <sub>i</sub> =0:	F(101, 258) =	93.59	Prob > F = 0.0000

Ho: Modelo *Pooled* é melhor que o Efeito Fixo.

Fonte: elaboração própria.

Figura 7 – Teste de Wald para Heterocedasticidade Modelo Geral

```
Modified Wald test for groupwise heteroskedasticity
in fixed effect regression model
```

```
H0: sigma(i)^2 = sigma^2 for all i
```

```
chi2 (102) = 1.0e+29
Prob>chi2 = 0.0000
```

Ho: modelo é homocedástico.

Fonte: elaboração própria.

Figura 8 – Teste de Hausman para os Países Desenvolvidos

```
. hausman fe re, sigmamore
```

```

      ---- Coefficients ----
      |          (b)          (B)          (b-B)          sqrt(diag(V_b-V_B))
      |          fe          re          Difference          S.E.
-----+-----
prod_ind_pib | .5527508   .075669   .4770818   .1311609
poup_pib    | .1393929   .2036694  -.0642765   .0396368
gov_pib     | .1015451   .1142931  -.012748   .0885833
exp_pib     | -.9210522  -.3270796  -.5939727   .1587819
banc_pa    | -.2115239  -.1481255  -.0633984   .0211532
pop_conta   | .7367439   .4982668   .2384771   .1280441
-----+-----

```

```

      b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg
      B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

```

```
Test: Ho: difference in coefficients not systematic
```

```

      chi2(6) = (b-B)' [(V_b-V_B)^(-1)] (b-B)
              = 28.69
      Prob>chi2 = 0.0001

```

Ho: Efeitos Aleatórios são melhores que o Efeito Fixo.

Fonte: elaboração própria.

Figura 9 – Teste de Breusch e Pagan para os Países Desenvolvidos

```
Breusch and Pagan Lagrangian multiplier test for random effects
```

```
pib_pc[ndice,t] = Xb + u[ndice] + e[ndice,t]
```

```
Estimated results:
```

```

      |          Var          sd = sqrt(Var)
-----+-----
pib_pc | .1910196   .4370579
e      | .0095938   .0979478
u      | .1033497   .3214804

```

```
Test: Var(u) = 0
```

```

      chibar2(01) = 100.38
      Prob > chibar2 = 0.0000

```

Ho: Modelo *Pooled* é melhor que o Efeito Aleatório.

Fonte: elaboração própria.

Figura 10 – Teste de Chow para os Países Desenvolvidos

Fixed-effects (within) regression	Number of obs	=	112
Group variable: ndice	Number of groups	=	30
R-sq: within = 0.4586	Obs per group: min	=	1
between = 0.0574	avg	=	3.7
overall = 0.0589	max	=	4
F test that all u <sub>i</sub> =0:	F(29, 76) =	41.77	Prob > F = 0.0000

Ho: Modelo *Pooled* é melhor que o Efeito Fixo.

Fonte: elaboração própria

Figura 11 – Teste de Wald de Heterocedasticidade para Países Desenvolvidos

Modified Wald test for groupwise heteroskedasticity in fixed effect regression model	
H0: $\sigma(i)^2 = \sigma^2$ for all i	
chi2 (30) =	3690.61
Prob>chi2 =	0.0000

Ho: modelo é homocedástico.

Fonte: elaboração própria.

Figura 12 – Teste de Hausmann para os Países em Desenvolvimento

. hausman fe re, sigmamore				
---- Coefficients ----				
	(b)	(B)	(b-B)	sqrt(diag(V_b-V_B))
	fe	re	Difference	S.E.
prod_ind_pib	.0926388	.2830204	-.1903816	.0679497
poup_pib	.0964711	.090748	.0057231	.0182891
gov_pib	.2964685	.4282198	-.1317512	.0459174
exp_pib	-.2240423	-.0646141	-.1594281	.0336635
banc_pa	.0426474	.1680987	-.1254513	.0286637
pop_conta	.1125689	.1475511	-.0349822	.0063214
-----				
b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg				
B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg				
Test: Ho: difference in coefficients not systematic				
chi2(6) = (b-B)'[(V_b-V_B)^(-1)](b-B)				
= 60.43				
Prob>chi2 = 0.0000				

Ho: Efeitos Aleatórios são melhores que o Efeito Fixo.

Fonte: elaboração própria.

Figura 13 – Teste de Breusch e Pagan para os Países em Desenvolvimento

Breusch and Pagan Lagrangian multiplier test for random effects		
pib_pc[ndice,t] = Xb + u[ndice] + e[ndice,t]		
Estimated results:		
	Var	sd = sqrt(Var)
pib_pc	.9165482	.9573652
e	.0229562	.151513
u	.3396635	.5828065
Test: Var(u) = 0		
chibar2(01) = 211.26		
Prob > chibar2 = 0.0000		

Ho: Modelo *Pooled* é melhor que o Efeito Aleatório.

Fonte: elaboração própria.

Figura 14 – Teste de Chow para os Países em Desenvolvimento

Fixed-effects (within) regression	Number of obs	=	254
Group variable: ndice	Number of groups	=	72
R-sq: within = 0.2292	Obs per group: min	=	1
between = 0.2684	avg	=	3.5
overall = 0.2322	max	=	4
F test that all u <sub>i</sub> =0:	F(71, 176) =	55.17	Prob > F = 0.0000

Ho: Modelo *Pooled* é melhor que o Efeito Fixo.

Fonte: elaboração própria.

Figura 15 – Teste de Wald de Heterocedasticidade para Países em Desenvolvimento

Modified Wald test for groupwise heteroskedasticity in fixed effect regression model	
H0: $\sigma(i)^2 = \sigma^2$ for all i	
chi2 (72) =	1.4e+29
Prob>chi2 =	0.0000

Ho: modelo é homocedástico.

Fonte: elaboração própria.

## APÊNDICE C – DESIGUALDADES REGIONAIS BRASILEIRAS

Quadro 2 – Índice de Inclusão Financeira do BCB – 2021

Região	Estado	Índice de Inclusão Financeira
Norte	Acre	20,90
	Amapá	17,40
	Amazonas	9,20
	Pará	12,00
	Rondônia	24,90
	Roraima	55,70
	Tocantins	40,80
Nordeste	Alagoas	41,20
	Bahia	48,20
	Ceará	46,20
	Maranhão	22,20
	Paraíba	51,70
	Pernambuco	38,10
	Piauí	54,80
	Rio Grande do Norte	53,10
	Sergipe	63,20
Sudeste	Espírito Santo	68,00
	Minas Gerais	60,80
	Rio de Janeiro	69,80
	São Paulo	69,20
Sul	Paraná	64,00
	Rio Grande do Sul	56,00
	Santa Catarina	71,30
Centro-Oeste	Distrito Federal	77,20
	Goiás	62,90
	Mato Grosso	69,70
	Mato Grosso do Sul	73,30

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 – Estimativa de Agência, Depósitos e Crédito por Habitantes

	Agência por 100 mil hab.	Depósito* por habitante	Crédito/pop
<b>Brasil</b>	<b>8,3</b>	<b>R\$ 15.661</b>	<b>R\$ 20.333</b>
<i>Norte</i>	5,6	4747,8	6127,6
Acre	5,5	R\$ 4.486	R\$ 6.449
Amapá	4,9	R\$ 3.694	R\$ 6.197
Amazonas	4,6	R\$ 5.046	R\$ 4.611
Pará	5,8	R\$ 4.340	R\$ 4.803
Rondônia	6,9	R\$ 5.828	R\$ 11.107
Roraima	4,0	R\$ 4.848	R\$ 7.684
Tocantins	6,8	R\$ 5.646	R\$ 10.915
<i>Nordeste</i>	5,2	5535,7	5569,5
Alagoas	4,7	R\$ 4.943	R\$ 5.136
Bahia	5,8	R\$ 6.059	R\$ 5.375
Ceará	4,7	R\$ 6.190	R\$ 5.653
Maranhão	4,3	R\$ 3.120	R\$ 4.570
Paraíba	5,2	R\$ 5.072	R\$ 5.921
Pernambuco	5,1	R\$ 6.458	R\$ 5.573
Piauí	4,7	R\$ 4.559	R\$ 6.090
Rio Grande do Norte	4,9	R\$ 4.766	R\$ 6.464
Sergipe	7,7	R\$ 7.372	R\$ 7.446
<i>Sudeste</i>	9,8	24806,5	33513,3
Espírito Santo	9,0	R\$ 11.823	R\$ 8.676
Minas Gerais	7,8	R\$ 12.061	R\$ 12.810
Rio de Janeiro	8,7	R\$ 24.708	R\$ 13.114
São Paulo	11,1	R\$ 31.837	R\$ 52.840
<i>Sul</i>	11,0	15510,8	15789,6
Paraná	10,0	R\$ 14.122	R\$ 15.533
Rio Grande do Sul	12,9	R\$ 19.149	R\$ 17.734
Santa Catarina	9,4	R\$ 12.020	R\$ 13.157
<i>Centro-Oeste</i>	8,8	14167,5	24930,2
Distrito Federal	11,9	R\$ 40.252	R\$ 63.240
Goiás	8,3	R\$ 8.459	R\$ 15.193
Mato Grosso	7,8	R\$ 8.933	R\$ 18.810
Mato Grosso do Sul	8,0	R\$ 6.807	R\$ 15.583

\*Somatório dos valores de Depósito à Vista, Depósito a Prazo e Poupança.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 – Dados Regionais e Estaduais de população sem acesso direto a agências bancárias

	População*			Cidades		
	Geral	Sem agências	% sem agências	Total	sem agências	% sem agência
<b>Brasil</b>	<b>213.317.639</b>	<b>18.455.839</b>	<b>8,7%</b>	<b>5.570</b>	<b>2.509</b>	<b>45,0%</b>
<b>Norte</b>	<b>18.906.962</b>	<b>1.572.160</b>	<b>8,3%</b>	<b>450</b>	<b>276</b>	<b>61,3%</b>
Rondônia	1.815.278	163.938	9,0%	52	22	42,3%
Acre	906.876	99.435	11,0%	22	7	31,8%
Amazonas	4.269.995	327.746	7,7%	62	20	32,3%
Roraima	652.713	135.126	20,7%	15	10	66,7%
Pará	8.777.124	201.091	2,3%	144	97	67,4%
Amapá	877.613	77.327	8,8%	16	8	50,0%
Tocantins	1.607.363	567.497	35,3%	139	112	80,6%
<b>Nordeste</b>	<b>57.667.842</b>	<b>11.106.111</b>	<b>19,3%</b>	<b>1.794</b>	<b>1.066</b>	<b>59,4%</b>
Maranhão	7.153.262	1.725.703	24,1%	217	121	55,8%
Piauí	3.289.290	1.163.172	35,4%	224	183	81,7%
Ceará	9.240.580	1.276.693	13,8%	184	88	47,8%
Rio Grande do Norte	3.560.903	952.034	26,7%	167	129	77,2%
Paraíba	4.059.905	1.317.480	32,5%	223	176	78,9%
Pernambuco	9.674.793	1.438.780	14,9%	185	93	50,3%
Alagoas	3.365.351	755.004	22,4%	102	63	61,8%
Sergipe	2.338.474	227.136	9,7%	75	29	38,7%
Bahia	14.985.284	2.250.109	15,0%	417	184	44,1%
<b>Sudeste</b>	<b>89.632.912</b>	<b>2.990.697</b>	<b>3,3%</b>	<b>1.668</b>	<b>552</b>	<b>33,1%</b>
Minas Gerais	21.411.923	2.350.525	11,0%	853	414	48,5%
Espírito Santo	4.108.508	0	0,0%	78	0	0,0%
Rio de Janeiro	17.463.349	0	0,0%	92	0	0,0%
São Paulo	46.649.132	640.172	1,4%	645	138	21,4%
<b>Sul</b>	<b>30.402.587</b>	<b>1.770.993</b>	<b>5,8%</b>	<b>1.191</b>	<b>422</b>	<b>35,4%</b>
Paraná	11.597.484	740.215	6,4%	399	149	37,3%
Santa Catarina	7.338.473	572.408	7,8%	295	127	43,1%
Rio Grande do Sul	11.466.630	458.370	4,0%	497	146	29,4%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>16.707.336</b>	<b>1.015.878</b>	<b>6,1%</b>	<b>467</b>	<b>193</b>	<b>41,3%</b>
Mato Grosso do Sul	2.839.188	164.191	5,8%	79	22	27,8%
Mato Grosso	3.567.234	398.846	11,2%	141	60	42,6%
Goiás	7.206.589	452.841	6,3%	246	111	45,1%
Distrito Federal	3.094.325	0	0,0%	1	0	0,0%

\*Estimativa de População apresentada ao TCU em 2021.

Fonte: elaboração própria.

## APENDICE D – ODS E INCLUSÃO FINANCEIRA

Quadro 5 – Objetivos Principais e específicos dos ODS ligados à Inclusão Financeira

Objetivo Principal	Objetivos específicos
Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	<b>1.1</b> Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia; <b>1.4</b> Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças
Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	<b>2.3</b> Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades	<b>3.8</b> Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos
Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos	<b>4.3</b> Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	<b>5.a</b> Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos	<b>8.3</b> Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros
Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	<b>9.3</b> Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados
Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	<b>10.2</b> Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra <b>10.5</b> Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	<b>16.4</b> Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado <b>16.5</b> Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

Fonte: elaboração própria.

## REFERÊNCIAS

ACCORSI, A. O banco do futuro: perspectivas e desafios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 205–216, mar. 2014. Business Department, School of Economics, Business & Accounting USP. <https://doi.org/10.5700/rausp1141>.

ALLEN, F.; SANTOMERO, A. M. The theory of financial intermediation. **Journal of Banking & Finance**, v. 21, n. 11–12, p. 1461–1485, dez. 1997.

AFI – Alliance for Finance Inclusion. **Financial inclusion measurement for regulators: Survey design and implementation**. 2010. Disponível em: <https://www.afi-global.org/publications/financial-inclusion-measurement-for-regulators-survey-design-and-implementation/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ANARFO, E. B. *et al.* Financial inclusion and financial sector development in Sub-Saharan Africa: a panel VAR approach. **International Journal of Managerial Finance**, v. 15, n. 4, p. 444–463, jan. 2019.

ARELLANO, M.; BOND, S. Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations. **The Review of Economic Studies**, v. 58, n. 2, p. 277–297, 1991.

AREOSA, W. D.; AREOSA, M. B. M. The inequality channel of monetary transmission. **Journal of Macroeconomics**, [s. l.], v. 48, p. 214–230, jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jmacro.2016.03.004>.

ARIENTI, P. F. F. **O papel da abertura financeira no financiamento dos investimentos da economia brasileira ao longo da década de 1990**. 2004. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

ARROW, K. J.; DEBREU, G. Existence of an Equilibrium for a Competitive Economy. **Econometrica**, v. 22, n. 3, p. 265, jul. 1954.

AZOLIBE, C. B. Banking Sector Intermediation Development and Growth of a Developing Economy: An Empirical Investigation of Nigeria. **In Review**, [s. l.], v. 1, out. 2020. Disponível em: <https://www.researchsquare.com/article/rs-95127/v1>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BALTAGI, B. H. **Econometric analysis of panel data**. 3rd ed. Chichester; Hoboken, NJ: J. Wiley & Sons, 2005.

BASU, P.; THOENISSEN, C. International business cycles and the relative price of investment goods: International business cycles. **Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économique**, v. 44, n. 2, p. 580–606, maio 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5982.2011.01645.x>

BECK, T.; SENBET, L.; SIMBANEGAVI, W. Financial Inclusion and Innovation in Africa: an overview. **Journal Of African Economies**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 3–11, 24 dez. 2014. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/jae/eju031>.

BECK, T.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; MARTINEZ PERIA, M. S. **Reaching Out: Access to and Use of Banking Services across Countries**. Washington, DC: World Bank, 2005. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/8534>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BERTI, D.; ORSO, L. E. **Bancos digitais: estudo sobre os fatores de adesão e permanência de clientes**. Erechim: URI Erechim, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uricer.edu.br/handle/35974/332>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BERTELLI JÚNIOR, A. L. *et al.* **Crescimento das Fintechs e impactos no mercado bancário brasileiro**. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2021.

BURGESS, R.; PANDE, R. Do Rural Banks Matter? Evidence from the Indian Social Banking Experiment. **American Economic Review**, v. 95, n. 3, p. 780–795, maio 2005.

BCB. **Constituição (1988)**. Resolução nº 1524, de 21 de setembro de 1988. Brasília, DF, 1988.

BCB. **Resolução N° 2.025**. Resolução nº 2025, de 24 de novembro de 1993. Brasília, DF, 1993.

BCB. **Evolução do Sistema Financeiro Nacional**. [S. l.: s. n.], 1998. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/index.asp?frame=1>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BCB. **Relatório de inclusão financeira**. Brasília: BCB, 2010. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/Nor/relinclin/relatorio\\_inclusao\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/relinclin/relatorio_inclusao_financeira.pdf). Acesso em: 20 jul. 2022.

BCB. **Relatório de Cidadania Financeira - 2018**. [S. l.: s. n.], 2018 Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relicidfin/index.html>. Acesso em: 3 abr. 2023

BCB. **Open Banking**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/openbanking>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BCB. **Estatísticas do pix**. [S. l.: s. n.], 2022a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/estatisticaspix>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BCB. **Sistema Financeiro Nacional (SFN)**. [S. l.: s. n.], 2022b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BCB. **Sistema Gerenciador de Séries (SGS)**. [S. l.: s. n.], 2022c. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries>. Acesso em: 20 jul. 2022

BCB. **BC#**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/bchastag>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Lei N° 12.865, de 9 de outubro de 2013. Brasília, DF, 2013

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caixa democratiza o acesso ao crédito**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/28081/caixa-democratiza-o-acesso-ao-credito>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CÁMARA, N.; TUESTA, D. Measuring Financial Inclusion: A Multidimensional Index. **BBVA Research**, Rochester, NY, n. 14/26, set. 2014. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=2634616>. Acesso em: 11 ago. 2022

CAPARELLI, A. de S. C. **Um modelo para medir o nível de inclusão financeira no Brasil**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/9837f61f-003b-4761-bd16-1ac238d6a85c/AndredeSouzaCruzCaparelli%20TCCPRO20.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. 2009. 300 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009.

CARVALHO, A. P. A. F. de. Dos Bancos Tradicionais aos Digitais: quais riscos corporativos os bancos brasileiros enfrentam ao investirem em Fintechs?. **Caderno Virtual**, [S. l.], v. 1, n. 46, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/4158>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CARVALHO, F. C. J. Sobre a centralidade da teoria da preferência pela liquidez na macroeconomia pós-keynesiana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 42–77, 1996.

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. Inclusão financeira e desenvolvimento rural: A importância das organizações territoriais. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 301–334, out. 2009.

CHAKRABORTY, S.; RAY, T. Bank-based versus market-based financial systems: A growth-theoretic analysis. **Journal of Monetary Economics**, v. 53, n. 2, p. 329–350, mar. 2006.

CHAKRAVARTY, S.; PAL, R. **Measuring Financial Inclusion: An Axiomatic Approach**. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/eabmicroe/22776.htm>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CRAMER, J. S. **Logit Models from Economics and Other Fields**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CROCCO, M. A; SANTOS, F; FIGUEIREDO, A. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 505–526, set. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572013000300008>.

CULL, R.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; LYMAN, T. **Financial Inclusion and Stability: What Does Research Show?** Washington, DC: World Bank, 2012. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/9443>. Acesso em: 11 ago. 2022.

DANISMAN, G. O; TARAZI, A. Financial inclusion and bank stability: evidence from Europe, **The European Journal of Finance**, v. 26, n. 18, p. 1842–1855, jun. 2020. DOI: [10.1080/1351847X.2020.1782958](https://doi.org/10.1080/1351847X.2020.1782958)

DEMIR, A. *et al.* Fintech, financial inclusion and income inequality: a quantile regression approach. **The European Journal of Finance**, v. 28, n. 1, p. 86–107, jan. 2022.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; KLAPPER, L. **Measuring Financial Inclusion: The Global Findex Database**. Washington, DC: The World Bank, 2012.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A; KLAPPER, L; SINGER, D; VAN OUDHEUSDEN, P. The Global Findex Database 2014: Measuring Financial Inclusion around the World. **Policy Research Working Paper**, World Bank, Washington, DC, n. 7255. 2015. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/21865>. Acesso em: 11 ago. 2022.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A; KLAPPER, L; SINGER, D. Financial Inclusion and Inclusive Growth: A Review of Recent Empirical Evidence. **Policy Research Working Paper**, World Bank, Washington, n. 8040, 2017. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26479>. Acesso em: 11 ago. 2022.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A. *et al.* The Global Findex Database 2021: Financial Inclusion, Digital Payments, and Resilience in the Age of COVID-19. Washington, DC: World Bank, 2022. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1897-4>.

EVANS, O. The Effectiveness of Monetary Policy in Africa: modeling the impact of financial inclusion. **Iranian Economic Review**, University of Tehran, Faculty of Economics, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 323–337, set. 2016. <http://dx.doi.org/10.22059/ier.2016.58961>.

FARHI, M; PRATES, D. M. **A crise financeira e a evolução do sistema bancário** (Texto para discussão, n. 2431). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018. Recuperado de [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8926/1/td\\_2431.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8926/1/td_2431.pdf). Acesso em: 11 ago. 2022.

FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F; DODL, A. V. B. (org.). **Perspectivas e Desafios para a Inclusão Financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

FMI. **World Economic Outlook Database**. 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October/select-aggr-data>. Acesso em: 1 jan. 2023.

GERSHENSON, D. *et al.* **Fintech and Financial Inclusion in Latin America and the Caribbean**. [S. l.]: International Monetary Fund, 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/08/20/Fintech-and-Financial-Inclusion-in-Latin-America-and-the-Caribbean-464324>. Acesso em: 16 jun. 2023.

GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Determinantes de risco de liquidez em cooperativas de crédito: uma abordagem a partir do modelo logit multinomial. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 4, p. 1019–1041, dez. 2008.

GREATTI, L.; SELA, V. M. Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 40, n. 3, p. 21–37, 2021.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. Eighth edition. New York, NY: Pearson, 2018.

GPFI. **Global Standard-Setting Bodies and Financial Inclusion for the Poor: Toward Proportionate Standards and Guidance**. [S. l.]: CGAP, 2011. Disponível em: <https://www.gpfi.org/sites/gpfi/files/documents/White-Paper-Global-Standard-Setting-Bodies-Oct-2011.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. Porto Alegre: Grupo A - AMGH, 2011.

JUDSON, R. A.; OWEN, A. L. Estimating dynamic panel data models: a guide for macroeconomists. **Economics Letters**, v. 65, n. 1, p. 9–15, out. 1999.

JÜNGER, M.; MIETZNER, M. Banking Goes Digital: the adoption of fintech services by german households. **SSRN Electronic Journal**, Elsevier BV, [s. l.], p. 1–13, 2019. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3368133>.

KEMPSON, H.; ATKINSON, A.; PILLEY, O. **Policy level response to financial exclusion in developed economies: lessons for developing countries**. [S. l.]: Department for International Development, 2004.

KLAPPER, L; EL-ZOGHBI, M; HESS, J. **Achieving the Sustainable Development Goals**. [S. l.]: CGAP, 2016. Disponível em: <https://www.cgap.org/research/publication/achieving-sustainable-development-goals>. Acesso em: 13 ago. 2022.

KOKER, L. de; JENTZSCH, N. Financial Inclusion and Financial Integrity: aligned incentives? **World Development**, Elsevier BV, [s. l.], v. 44, p. 267–280, abr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.11.002>.

LAPUKENI, A. F. The impact of financial inclusion on monetary policy effectiveness: the case of malawi. **International Journal Of Monetary Economics And Finance**, Inderscience Publishers, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 360, 2015. <http://dx.doi.org/10.1504/ijmef.2015.073229>.

LEVINE, R. Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. **Journal of Economic Literature**, v. 35, n. 2, p. 688–726, 1997.

- LEVINE, R. Bank-Based or Market-Based Financial Systems: Which Is Better? **Journal of Financial Intermediation**, v. 11, n. 4, p. 398–428, out. 2002.
- LEVINE, R.; BECK, T.; LOAYZA, N. **Financial Intermediation and Growth: Causality and Causes**. [S. l.] The World Bank, 1999.
- LENKA, S. K; BAIRWA, A. K. Does financial inclusion affect monetary policy in SAARC countries? **Cogent Economics & Finance**, Informa UK Limited, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 1127011, jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/23322039.2015.1127011>.
- MADDALA, G. S. **Limited-dependent and qualitative variables in econometrics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MARQUES, F. B. **Bancos Digitais X Bancos Tradicionais: uma análise das implicações causadas pelos bancos digitais no mercado bancário brasileiro**. 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão Organizacional, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- MARTINS, L. DE S. *et al.* O Impacto dos Bancos Digitais no Sistema Bancário Brasileiro. in: 19 Congresso da USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2022, São Paulo. Anais **19º Congresso da USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2022**.
- MBUTOR, M. O.; UBA, I. A. The impact of financial inclusion on monetary policy in Nigeria. **Journal of Economics and International Finance**, v. 5, n. 8, p. 318–326, nov. 2013.
- MEHROTRA, A. N.; YETMAN, J. Financial Inclusion and Optimal Monetary Policy. **BIS Working Paper**, n. 476, december 2014. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2542220>
- MEIRELLES, F. S. TI nos Bancos: Panorama e Evolução dos Investimentos. In: FONSECA, C. E. C. D.; MEIRELLES, F. D. S.; DINIZ, E. H. **Tecnologia Bancária no Brasil – Uma História de Conquistas, Uma Visão de Futuro**. 1ª ed. São Paulo: FGV RAE, 2010. p. 420. ISBN: 978-85-63620-00-2
- MENDES DE PAULA, G. **Inclusão financeira de pequenas e médias empresas no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2017.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19 NO BRASIL**. 2023. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 3 mar. 2023.

MONTES, S. O.; TABALES, J. M. N. Inclusión Financiera: Diagnóstico De La Situación En América Latina Y El Caribe. **Revista Galega de Economía**, v. 26, n. 1, p. 45–54, 2017.

MOTA, H. O que é IDH? **Brasil Escola**, [s. d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>. Acesso em: 15 agosto 2022.

NGUENA, C.-L. On financial innovation in developing countries: the determinants of mobile banking and financial development in Africa. **Journal Of Innovation Economics**, CAIRN, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 69, 2019. <http://dx.doi.org/10.3917/jie.029.0069>.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 jul. 2022.

OUMA, S. A.; ODONGO, T. M.; WERE, M. Mobile financial services and financial inclusion: is it a boon for savings mobilization?. **Review Of Development Finance**, Elsevier BV, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 29 –35, jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rdf.2017.01.001>.

OZILI, P. K. **Theories of financial inclusion**. [S. l.]: MPRA Paper, 2020a. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/104257/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

OZILI, P. K. **Financial Inclusion Research Around the World: A Review**. Rochester, NY, jan. 2020b. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=3515515>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PIEPER, D.; MATSUOKA, D. H.; TILLMANN, E. A. A inclusão financeira no brasil: uma análise a partir de um indicador multidimensional. *In: XXIV ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL (ANPEC-SUL)*, 2021, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis, 2021.

PINHO, D. B. *et al.* **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PUGA, F. P. **Sistema financeiro brasileiro**: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. [S. l.: s. n.], 1999.

REIS, D. A.; VENTURA, O. S. UMA AVALIAÇÃO DO ÍNDICE INCLUSÃO FINANCEIRA NOS ESTADOS DO NORDESTE BRASILEIRO. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, 14 jun. 2015. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v5i1.3072>

RIBEIRO, E. P. *et al.* **Inclusão Financeira**: Conceituação, relação com características observadas e o perfil dos excluídos no Brasil. [S. l.]: Instituto Propague, 2020.

RIBEIRO, A. O.; BAGNOLI, V. Open Banking: impactos e desafios no mercado financeiro. Constituição, Economia e Desenvolvimento: **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, v. 13, n. 23, p. 216–242, ago./dez.

2020. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3760439> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3760439>

SANTOS, C. B. dos. **Inclusão financeira e desenvolvimento econômico**: uma análise sob o contexto brasileiro. 2020. 89 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão e Competitividade, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020.

SARMA, M. **Index of Financial Inclusion**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/176233>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SARMA, M.; ROAD, L.; PAIS, J. **Financial Inclusion and Development**: A Cross Country Analysis. [S. l.: s. n.], 2008.

SILVA, S. W. *et al.* O Sistema Financeiro Nacional Brasileiro: contexto, estrutura e evolução. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 1, p. 1015–1029, jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v14i1.3043>.

TIMOTIO, J. G. M. Desenvolvimento de um Indicador de Inclusão Financeira (Na Dimensão Acesso) Para Regiões Brasileiras. *In*: V CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 5., 2016, Montes Claros. **Anais [...]**. Montes Claros: Unimontes, 2016. p. 1-14.

TIMOTIO, J. G. M. **Ensaio Sobre a Inclusão e o Desenvolvimento Financeiro no Brasil**. 2021. 159 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TIMOTIO, J. G. M. *et al.* Inclusão Financeira no Brasil: Investigação a Partir da Construção de Indicadores. *In*: VXIII USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 18., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2018. p. 1–20.

UNCDF – United Nations Capital Development Fund. **Financial Inclusion and the SDGs**. UN Capital Development Fund: New York, 2021.

VALLE, K. D; DIAS, T; LEHR, L; GIL, M. **A Aceleração da Inclusão Financeira durante a Pandemia de COVID-19**: trazendo à tona oportunidades escondida 2020. Disponível em: <https://www.mastercard.com/news/latin-america/ptbr/pesquisa-e-relatorios/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VAN, D. T. T.; LINH, N. H. The Impacts of Financial Inclusion on Economic Development: Cases in Asian-Pacific Countries. **Comparative Economic Research**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 7–16, 2019.

VARELLA, C. A. A. **Análise de componentes principais**. 2008. 12 p. Notas de Aula.

VENTURA, O. S. **Mapa da Inclusão Financeira do Estado do Sergipe**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2013.

VIEIRA, J.; PEREIRA, H.; PEREIRA, W. Histórico do Sistema Financeiro Nacional. **Revista Científica e-Locução**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 17, dez. 2012.

VO, D. H.; NGUYEN, N. T.; THI-HONG VAN, L. Financial inclusion and stability in the Asian region using bank-level data. **Borsa Istanbul Review**, v. 21, n. 1, p. 36–43, mar. 2021.

VOICA, M. C. Financial inclusion as a tool for sustainable development. **Romanian Journal of Economics**, v. 44, n. 1(53), p. 121–129, XXVII 2017.

WORLD BANK. **Global Financial Inclusion**. Global Findex: Microdata. World Bank, Abr. 2021.

WANG'OO, E. W. **The relationship between financial inclusion and economic development in Kenya**. Nairobi: University of Nairobi, 2008

ZYSMAN, J. **Governments, markets, and growth: financial systems and the politics of industrial change**. 4. print ed. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 1994.